



Início
às 10h02min

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 11ª
(DÉCIMA PRIMEIRA)
REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CPI PARA INVESTIGAR OS ATOS OCORRIDOS EM 12 DE DEZEMBRO
DE 2022 E 08 DE JANEIRO DE 2023, ESPECIALMENTE CONTRA OS
PODERES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL,
DE 11 DE MAIO DE 2023.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Declaro aberta a 11ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Atos Antidemocráticos do Distrito Federal, para investigar os atos ocorridos em 12 de dezembro de 2022 e de 08 de janeiro de 2023, especialmente contra os Poderes da República Federativa do Brasil.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pela *TV Câmara Distrital* ao vivo.

Solicito aos Deputados que registrem as suas presenças. (Pausa.)

Encontram-se presentes os Deputados titulares desta CPI: o Deputado Chico Vigilante, o Deputado Hermeto, a Deputada Jaqueline Silva e o Deputado Fábio Félix.

Lembro aos Deputados presentes que só os membros titulares podem votar. Os Deputados suplentes votam quando os titulares não estiverem presentes e forem comunicadas as suas ausências naquele dia.

Expediente.

Sobre a mesa, a seguinte ata de reunião anterior:

- [Ata da 10ª Reunião Ordinária](#), de 4 de maio de 2023.

Tendo em vista a divulgação prévia da ata, pergunto aos Deputados se podemos considerar como lida e aprovada a referida ata. (Pausa.)

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – De acordo, Presidente.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – De acordo, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sim.

A referida ata está aprovada com 4 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Assim sendo, não havendo objeção do Plenário, esta Presidência dispensa a leitura e dá por aprovada sem observações a ata mencionada.

Comunicados.

Pergunto ao Deputado Hermeto se há algum comunicado urgente a ser feito nesta

Casa.

DEPUTADO HERMETO – Não.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Fábio Félix. (Pausa.)

Deputada Jaqueline Silva, algum comunicado urgente? (Pausa.)

Não havendo comunicados, vamos ao próximo ponto.

Solicito a inclusão extrapauta de dois requerimentos de minha autoria.

Requerimento Administrativo nº 154/2023, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “requer a convocação do Coronel Elcio Franco, na condição de testemunha, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal – CPP, combinado com o art. 3º da Lei Federal nº 1.579/1952”.

Requerimento Administrativo nº 155/2023, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “requer a publicização no sítio eletrônico da CLDF dos pedidos e informações não sigilosas e suas respectivas respostas decorrentes de requerimentos aprovados por esta CPI, enquanto ela estiver vigente, para facilitação do acesso à informação, conforme tabela anexa”.

Esclareço aos Deputados que isso já está sendo feito, mas peço que todos os Deputados se posicionem a respeito da publicização para que não seja só um ato do Presidente.

Os requerimentos serão colocados na pauta para serem votados em seguida.

Comunico que, de acordo com o art. 2º, inciso I, alínea c, do Ato da Mesa Diretora nº 50/2022, publicado no *Diário da Câmara Legislativa* do dia 27 de abril de 2022, havendo a necessidade de exibição de qualquer recurso audiovisual durante as reuniões da CPI, os responsáveis deverão entregar esses recursos (fotos, filmes e mídias) ao Setor de Apoio ao Plenário até às 9 horas da manhã, ou seja, uma hora antes do início da reunião. Essa antecedência é importante para que os técnicos possam fazer a montagem e a passagem do som das etapas necessárias para a transmissão.

(As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a pauta disponibilizada pela CPI.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Item nº 1:

Discussão e votação do Requerimento Administrativo nº 149/2023, de autoria do Deputado Hermeto, que “convida o General Gustavo Henrique Dutra de Menezes, Ex-Chefe do Comando Militar do Planalto, para prestar esclarecimentos sobre os fatos ocorridos em 12 de dezembro de 2022 e 08 de janeiro de 2023”.

Deputado Fábio Félix, Deputada Jaqueline Silva e Deputado Hermeto, preciso fazer um esclarecimento à Casa, à imprensa que está presente e às pessoas que estão assistindo a nós com relação a esse requerimento do Deputado Hermeto.

Nós recebemos nesta Casa uma delegação de militares enviados pelo Comandante Militar do Exército Brasileiro e ele pediu que nós transformássemos, se fosse possível – portanto, é um pedido –, as convocações que havíamos feito a três generais em convites. Aí, ele garantiria a presença desses generais aqui, uma vez convidados. O Deputado Hermeto ouviu. Não sei se a Deputada Jaqueline Silva recebeu essa delegação. Eles conversaram com todos os Deputados. Estamos submetendo à votação os requerimentos.

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, esta CPI não está, em momento algum, querendo acirrar uma disputa. Foi de forma humilde e muito educada que fomos procurados pelos oficiais do Exército nos nossos gabinetes. Eu achei por bem ouvi-los como uma forma de consideração e gentileza da parte deles conosco. Não vejo nada demais em transformar uma convocação em um convite. Só isso.

Vou votar pela aprovação do requerimento.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos Srs. Deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Seguindo o acordo, com a expectativa de que os três compareçam, voto "sim".

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta Presidência vota "sim".

O requerimento obteve 4 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

Item nº 2:

Discussão e votação do Requerimento Administrativo nº 150/2023, de autoria do Deputado Hermeto, que "convida o General Augusto Heleno, Ex-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), para prestar esclarecimentos sobre os fatos ocorridos em 12 de dezembro de 2022 e 08 de janeiro de 2023".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos Srs. Deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta Presidência vota "sim".

O requerimento obteve 4 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

Item nº 3:

Discussão e votação do Requerimento Administrativo nº 151/2023, de autoria do Deputado Hermeto, que "solicita à Secretaria de Segurança Pública o compartilhamento de todas as imagens do QG do Exército onde se localizou o acampamento e das vias próximas de acesso ao referido, desde o dia 30/10/2022 até o dia 08/01/2023".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos Srs. Deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta Presidência vota "sim".

O requerimento obteve 4 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

Item nº 4:

Discussão e votação do Requerimento Administrativo nº 152/2023, de autoria do Deputado Fábio Félix, que "requer a convocação de Paulo José Ferreira de Souza Bezerra para prestar depoimento a respeito dos fatos ocorridos nos dias 12 de dezembro de 2021 e 8 de janeiro de 2022".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos Srs. Deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta Presidência vota "sim".

O requerimento obteve 4 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

Tendo em vista que os requerimentos dos próximos itens da pauta são de minha autoria, passo a Presidência à Deputada Jaqueline Silva.

(Assume a Presidência a Deputada Jaqueline Silva.)

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Assumo a Presidência.

Item extrapauta:

Discussão e votação do Requerimento Administrativo nº 154/2023, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "requer a convocação do coronel Elcio Franco, na condição de testemunha, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal – CPP, combinado com o art. 3º da Lei Federal nº 1.579/1952".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos Srs. Deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sim.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Esta Presidência vota "sim".

O requerimento obteve 4 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

Item extrapauta:

Discussão e votação do Requerimento Administrativo nº 155/2023, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "requer a publicização no sítio eletrônico da CLDF dos pedidos e informações não sigilosas e suas respectivas respostas decorrentes de requerimentos aprovados por esta CPI, enquanto ela estiver vigente, para facilitação do acesso à informação, conforme tabela anexa".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos Srs. Deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sim.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Esta Presidência vota "sim".

O requerimento obteve 4 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

Devolvo a Presidência ao Deputado Chico Vigilante.

(Assume a Presidência o Deputado Chico Vigilante.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) - Muito obrigado a V.Exa.

Convido, neste momento, a adentrar este plenário o Coronel Fábio Augusto Vieira, da Polícia Militar do Distrito Federal, que é o depoente do dia de hoje.

Enquanto o coronel adentra o plenário, quero registrar a presença de um grande amigo que eu tenho na Polícia Militar, que é o Coronel Tedeschi.

Deputado Hermeto, Deputada Jaqueline Silva e Deputado Fábio Félix, o Coronel Tedeschi era comandante da Tropa de Choque da Polícia Federal e eu era Presidente da CUT – Central Única dos Trabalhadores. Naquele tempo, a gente fazia muitas greves e muitas manifestações e o Coronel Tedeschi tinha um lema. Ele chegava às manifestações todo paramentado com aquela roupa preta do Batalhão de Choque e dizia: "Chico, cuide da sua tropa que eu cuido da minha. Não interfira no trabalho da minha tropa que eu não vou interferir no trabalho da sua tropa." E nunca houve incidentes. Nunca houve um incidente durante o comando dele enquanto eu comande o lado dos trabalhadores.

Portanto, a gente tem um respeito extraordinário por ele. Existe amizade, mesmo, e respeito pelo Coronel Tedeschi. E a prova da habilidade dele é que faz algum tempo, porque não dizer uns anos, que ele assumiu, Fábio, a coordenação de negociação na Caesb. De lá para cá, nunca mais houve greve na Caesb. Todo ano, eles têm assinado os acordos coletivos sem greve. Isso é a demonstração da habilidade e da capacidade desse homem. Muita gente do governo deveria ouvi-lo para saber como é que se tratam os movimentos sociais.

Portanto, seja bem-vindo, Coronel Tedeschi. (Pausa.)

Já tendo sido devidamente qualificado pela Coordenadoria de Polícia Legislativa desta Casa de leis, convoco a comparecer a este plenário – já está no plenário – o Coronel Fábio Augusto Vieira, da Polícia Militar do Distrito Federal.

Coronel Fábio, esclareço que o senhor está diante de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na condição de testemunha e, como tal, tem o dever de dizer a verdade sob pena de incorrer no crime previsto no art. 342 do Código Penal. Apesar disso, caso V.Exa. entenda ter envolvimento com os fatos criminosos ora investigados, terá o direito de permanecer em silêncio, de não produzir provas contra si mesmo e de ser assistido por advogado.

Pergunto a V.Sa.: o senhor trouxe advogado para acompanhá-lo?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Bom dia, Excelentíssimo Senhor Presidente – Deputado Chico Vigilante – desta Comissão Parlamentar de Inquérito, em nome do qual cumprimento todos Deputados e Deputadas aqui presentes. Eu trouxe advogado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – São seus advogados?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Sim, senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Peço a V.Sa. que declare o nome

dos advogados.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Doutor João Paulo Boaventura e Doutor Thiago Turbay.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado.

Sr. Fábio, a iniciar por mim, vamos começar a fazer as perguntas, as quais entendemos que terão de ser esclarecedoras quanto ao objetivo da CPI, que é o de encontrar a verdade com relação aos fatos criminosos ocorridos nos dias 12 de dezembro de 2022 e 8 de janeiro de 2023.

Primeira pergunta: qual cargo o senhor ocupava no dia 8 de janeiro de 2023? Quando assumiu tal posto na PMDF – Polícia Militar do Distrito Federal? Quais são as atribuições do Comandante da Polícia Militar? Qual efetivo o senhor comandava naqueles dias?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Exmo. Sr. Presidente, primeiro gostaria de agradecer esta oportunidade de estar aqui colaborando. Desde o início que os fatos ocorreram, nós nos colocamos à disposição para poder esclarecer tudo aquilo que a gente presenciou, tudo aquilo que a Polícia Militar preparou para que os atos não ocorressem da forma que ocorreram. Fui nomeado... Sou Coronel da Polícia Militar, Fábio Augusto Vieira. Iniciei minha carreira em 1º de fevereiro de 1993. Na data do dia 12 de dezembro e do dia 8 de janeiro eu era o Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal. Eu assumi esse cargo em 1º de abril de 2022. Durante muito tempo da minha carreira... Eu trabalhei cerca de dezesseis anos no regimento de polícia montada, na cavalaria da Polícia Militar, sempre adotando um perfil mais técnico. Tive a oportunidade de trabalhar um período na casa militar por sete anos. Nesse período eu servi na segurança de seis governadores, tendo sido inclusive o diretor de segurança pessoal, chefe da segurança pessoal do Governador Agnelo durante o mandato dele. Nesse período eu tive a experiência de trabalhar com várias siglas partidárias, porque nós tivemos um período de oito anos em que nós tivemos seis governadores aqui no Distrito Federal. Quando foi... Quero esclarecer que desde a academia eu nunca tinha sequer, Deputado Hermeto, um fato observado negativo na minha ficha. Tenho várias condecorações.

(Intervenção fora do microfone.)

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – O fato observado é quando o cadete, o aluno, o oficial comete alguma falta, alguma falha e o superior hierárquico notifica, e aí, às vezes, ele fica sem o final de semana, sem ir para casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Fica preso, não é?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Fica preso. Então, nenhum fato observado. E os processos que eu respondi na polícia foi como vítima especificamente. No ano de 2020, quando eu ia entrar no quadro de acesso – e o Deputado Hermeto sabe disso – para a promoção de coronel, eu, ainda tenente-coronel, fui designado para comandar essa área do 1º Comando de Policiamento Regional, que é a área responsável... Hoje tem seis batalhões responsáveis pela proteção da área central, também. Inicialmente, que assumimos o comando lá, nós passávamos um período muito difícil. Desde 2019, com a assunção do ex-Presidente Jair Bolsonaro, houve uma polarização muito grande. Em 2020, quando foi decretado o estado de emergência, a pandemia, começaram a surgir várias manifestações, muitas delas – inclusive no mesmo local – antagônicas. E aí houve um episódio, V.Exas. devem recordar, em que houve a queima de fogos de artifício na praça. O Governador Ibaneis de imediato exonerou o comandante-geral em exercício...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Na verdade não foi a queima na praça. Foi uma simulação de ataque ao Supremo Tribunal Federal.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – É. Em razão disso o comandante também havia sido exonerado. Eu estava trabalhando em uma função lá no 2º Comando de Policiamento Regional Sul, que fica no Recanto das Emas, e fui alçado pela confiança do comandante a vir comandar o antigo Comando de Policiamento Regional Metropolitano, que depois, no mês de setembro do mesmo ano de 2020, teria virado o 1º Comando de Policiamento Regional. E aí agregou-se mais dois batalhões. Nesse período, especificamente, nós tivemos diversas manifestações, e tínhamos também na rodoviária um alto índice de criminalidade.

Desenvolvemos ações, uma operação denominada (Ininteligível.), tanto na Rodoviária, quanto no Setor Comercial Sul. Essas operações, através de videomonitoramento, orientavam o policiamento para que pudessem combater a criminalidade. Nós obtivemos grande sucesso. Com a assunção de um novo SSP, ele me convidou para trabalhar na Subsecretaria de Operações Integradas. À época, era o Secretário Júlio Danilo. Não nos conhecíamos, mas, pelo trabalho realizado ali, o trabalho técnico feito à frente do 1º Comando de Policiamento Regional, o Delegado Júlio Danilo acabou me convidando para trabalhar na Subsecretaria de Operações Integradas, onde eu tive a oportunidade de exercer essa integração entre as instituições, órgãos e agências. E aí, Presidente, é importante eu fazer um parêntese aqui para explicar – se for permitido – que a Subsecretaria de Operações Integradas...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas eu preciso que antes o senhor explique, especialmente para esta CPI e para as pessoas que estão assistindo a nós, quais são as atribuições do Comandante da Polícia Militar do Distrito Federal e qual o efetivo que o senhor comandava. Depois o senhor faz a outra explicação.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – O Comandante-Geral da Polícia Militar é o gestor político, estratégico. Ele tem a função de comandar a Polícia Militar do Distrito Federal, representá-la diante das outras instituições, órgão, agências, secretarias, Governo Federal. É ele que é responsável por aprovar e editar normativos que vão, dentro da Polícia Militar, regulamentar a vida do policial. Quando eu assumi o comando, a Polícia Militar tinha 10.780 policiais – salvo engano.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está certo. Agora o senhor pode explicar o que o senhor ia explicar há pouco.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – É porque eu estou explicando a trajetória para V.Exa. poder entender. Então, a Subsecretaria de Operações Integradas é uma subsecretaria que cuida da integração entre as instituições, órgãos e agências do Governo do Distrito Federal. O papel dela é fazer o órgão integrador. Por que estou esclarecendo isso aqui? Porque eu vi alguns depoimentos onde parecia que havia um entendimento de que a secretaria tinha um poder de fiscalização na execução das operações, e não tem. O que a secretaria faz é reunir as instituições. Faz essa integração, e a integração só dá certo quando as atribuições de cada instituição são respeitadas – ou seja, a própria instituição vai dizer com que ela pode contribuir para aquele evento, seja manifestação, jogo de futebol...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Nós vamos chegar neste ponto mais à frente, e o senhor vai poder explicar muito bem.

Eu pergunto ao senhor, Coronel Fábio: o senhor comandou a PM durante os atos realizados no dia 7 de setembro de 2022? O senhor também estava no comando no dia 1º de janeiro de 2023, dia da posse do Presidente Lula? Como foi o planejamento operacional nesses eventos e qual foi o efetivo empregado pela Polícia Militar do Distrito Federal?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Presidente, é preciso separar as coisas aqui. Eu era o comandante da Polícia Militar, mas não é papel do comandante estar no terreno, exercendo o comando efetivo da operação. O comando da operação ou é do Departamento de Operações ou de quem o Departamento de Operações designar.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Quem comandou no dia 7 de setembro?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – No dia 7 de setembro foi o Coronel Naime.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E quem comandou no dia 1º de janeiro, na posse do Presidente...?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – O Coronel Naime também.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O que o senhor, enquanto Comandante da Polícia Militar, e com experiência, acha que falhou? Porque deu certo no dia 7 de setembro, deu certo no dia 1º de janeiro. Onde houve a falha para que acontecesse aquela baderna no dia 8? De quem é a culpa?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Para V.Exa. entender: a responsabilidade pelo

planejamento é do Departamento de Operações ou a quem ele designar. Comando de Policiamento Regional...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Quem era o chefe do Departamento Operacional?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Nessa data, de 1º de janeiro e 7 de setembro, era o Coronel Naime.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E dia 8?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Também era o Coronel Naime, mas estava afastado...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor acha que o Coronel Naime, que comandou bem o dia 7, o dia 8, ou melhor, o dia 12, falhou no dia 8?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – O Coronel Naime, pelo que consta, ele estava afastado no dia, nesse período.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Quem estava no comando nesse dia?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Quem estava à frente do chefe do Departamento de Operações...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O que ele estava fazendo lá no meio, naquele dia?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – O Coronel Paulo José.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu vi um depoimento do senhor e estou com ele aqui. O senhor declarou na Polícia Federal que se surpreendeu ao encontrar o Coronel Naime lá no meio das manifestações.

O que ele estava fazendo lá naquele dia?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – O que ele respondeu especificamente é que ele tinha ido ajudar, que havia recebido uma ligação, salvo engano, do Coronel Paulo José – que estava respondendo pelo Departamento de Operações –, e que, parece, o subcomandante-geral também teria pedido... Ele ligou para o subcomandante-geral, e o subcomandante-geral teria pedido...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas não era mais correto quem estava no dia da operação ligar para o senhor, que era o comandante?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Aí, Excelência, eu não sei qual foi a...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu já aproveito para fazer uma pergunta ao senhor e quero que o senhor seja muito honesto na resposta.

Aqui nos corredores desta Câmara... Circula no Distrito Federal que havia uma luta fratricida pelo comando da Polícia Militar, que tinha uma turma querendo derrubar o senhor e que essa turma que estava querendo derrubar o senhor articulou para que acontecesse o dia 8 exatamente para que o senhor caísse. Isso é fato?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Excelência, eu não tenho conhecimento desse fato.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas o senhor ouviu falar disso?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Eu ouvi pela CPI, acompanhando a Comissão Parlamentar de Inquérito.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Isso não circulou nos corredores da Polícia Militar?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Nós precisamos entender que eu fui preso dois dias depois da operação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas eu estou falando antes. Antes já estava circulando esse boato, não estava?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – De que queriam me derrubar?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sim.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Excelência, o comandante-geral sentou na cadeira, já circula boato que ele está caindo. Na Polícia Militar, as coisas normalmente ocorrem dessa forma. Começa surgir reportagem...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pelo que o senhor está dizendo, parece que a cadeira de Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal é um negócio meio que parece uma cadeira de choque, porque, se entrar, já querem ejetar o homem da cadeira.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – (Risos.) Deputado, essa situação é uma situação corriqueira. Começa-se a publicar reportagens a respeito do comandante-geral, e a maioria delas nem tem fundamento. V.Exa. sabe, porque nós vivenciamos isso em 2012 com a queda de um comandante-geral porque havia determinado a compra de capa de chuvas, e essas capas de chuva nunca mais foram compradas. Hoje eu, quando comandante-geral, determinei que iniciasse um processo porque, de fato, é uma cadeira que é muito cobiçada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas o senhor acha que aquelas ações do dia 12 e do dia 8 fazem parte do contexto de tentativas de derrubar o senhor?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – A primeira coisa que nós precisamos entender é que dia 12 foi uma situação que a polícia nem tinha conhecimento. E se o senhor quiser que eu já fale, posso tratar...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Nós vamos chegar lá.

No dia 12 de dezembro de 2022, dia da diplomação do Presidente Lula, vários manifestantes causaram o caos em Brasília. Eles queimaram ônibus, depredaram delegacias e tentaram ainda invadir a sede da Polícia Federal. Pergunto: por que a PMDF não efetuou prisões em flagrante naquele dia?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Eu posso dar uma contextualizada para o senhor entender como foi que aconteceu. Eu acho que, no depoimento do Delegado Júlio Danilo, ele já explicou, mas eu vou ter a oportunidade de dar uma detalhada aqui de como ocorreu no dia 12.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Ótimo.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Nós estávamos na posse do Procurador-Geral do MPDFT, Dr. Georges Seigneur, e, de repente, eu vejo o Dr. Júlio Danilo fazendo uma sinalização. Eu olho o celular, e aí vejo que está acontecendo uma série de movimentos – até então, nós nem sabíamos o que tinha acontecido. Por quê? Nosso efetivo havia sido empregado em grande quantidade para assegurar a diplomação. E aí o meu perfil como comandante-geral, Presidente, sempre foi ir até ao local, na tentativa de poder dar uma motivada ao policial, observar também se tem alguma coisa, mas não era de assumir o comando da operação. Então, quando eu cheguei lá na diplomação especificamente, a gente observou que precisava montar um gradil. De imediato, eu chamei lá o responsável – o comandante da operação – e sugeri a ele, e foi feita essa necessidade. Então, após a diplomação, transcorreu dentro da normalidade, nós fomos elogiados, não houve nenhum problema. Ocorre que, mais tarde, por volta de umas 19h, 19h e pouco, a Polícia Federal resolveu cumprir um mandado de prisão judicial sem comunicar a secretaria e as forças de segurança – e não avaliou os reflexos do que poderia ocorrer com aquela operação. E, de repente, nós nos vimos instalados num caos na área central. Era próximo do período natalino – era dia 12 de dezembro –, os *shoppings* estavam lotados, os hotéis estavam lotados, e a gente... Qual foi a nossa primeira...? Primeiro, houve uma informação de que era na superintendência, que fica no Setor Policial Sul. Então, de imediato, a tropa começou a ser deslocada para a superintendência. Quando o secretário executivo checou a informação de que era lá na sede da Polícia Federal – que fica em frente ao Brasília Shopping –, nós começamos a concentrar toda a tropa lá. Para o senhor entender, eu estava de túnica, troquei de roupa dentro da viatura para poder ajudar no combate. E aí qual foi a nossa determinação? A nossa determinação foi para concentrar todas as viaturas do Distrito Federal naquela área central, no intuito de, primeiro, restabelecer a ordem, preservando vidas, porque as ruas

estavam cheias, pessoas assustadas. Havia 150 crianças no Brasília Shopping que precisavam ir para casa, e o ônibus delas estava sob ameaça. Nós precisamos fazer a escolta deles até lá. Então, de imediato, a gente procurou restabelecer a ordem pública. Eu dei a ordem ao Coronel Cláudio Peres, que é o Comandante da ROTAM, para que, juntamente com o Batalhão de Operações Especiais – Tenente-Coronel Melo – tentasse... após conseguir restabelecer a ordem, por quê? Era um foco de incêndio do lado de cá, e quando tentava o policiamento... E aí vale dizer que o primeiro policiamento que chega é um policiamento sem qualquer equipamento de proteção individual.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Coronel Fábio, mas por que que não prenderam ninguém?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Por isso. Explicando para o senhor, quando deslocou de imediato para o negócio, foi tentando se conter para preservar as vidas que estavam ali. Quando partiram os efetivos – que o efetivo de choque é um efetivo que anda com equipamento pesado, não consegue ir para o embate para fazer a prisão –, quando a gente começou a empregar os efetivos lá, já na tentativa de fazer a busca e captura, a gente não conseguiu entranhar. Ficou uma concentração de pessoas na frente da sede da Polícia Federal que não havia... Mas, Presidente, eu quero deixar claro aqui que foram instauradas apurações e tem um inquérito policial militar em vigor – eu chequei se já houve a conclusão ou não – para averiguar se houve qualquer irregularidade na conduta dos policiais, e a gente saber e realmente entender. Mas as prisões foram tentadas ser feitas, mas nós não logramos êxito. O objetivo inicial era restabelecer a ordem e preservar vidas, que foi o que a gente conseguiu fazer. A Polícia Militar conseguiu fazer.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está certo.

O ex-Subsecretário Executivo Fernando Oliveira, em depoimento a esta CPI, disse que a PMDF falhou. Ele ainda disse que não houve planejamento operacional por parte da PM e que nem mesmo a ordem de serviço foi confeccionada. O que o senhor tem a dizer sobre isso? O planejamento operacional deveria ser feito por qual departamento? Quem era o comandante responsável pela realização do planejamento por parte da PMDF para conter as manifestações do dia 8 de janeiro de 2023?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – O Delegado Fernando fez essa afirmação e nós temos que esclarecer o seguinte: quem é responsável na polícia, pelo planejamento, é o Departamento de Operações, ele que tem...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Quem era o chefe do Departamento de Operações?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – O chefe era o Coronel Naime, no entanto, como ele estava afastado, o chefe em exercício era o Coronel Paulo José.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – De quem foi a culpa, Coronel Fábio?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – A culpa, eu entendo que, dentro do que eu fiquei sabendo... Porque até esse momento, para o senhor entender, havia sido informado que todas as providências estavam sendo tomadas, dia 4, dia 5, dia 6, dia 7, a informação que eu havia recebido, tanto do Coronel Paulo José – se o senhor quiser, eu posso citar eventos especificamente...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Cite, por favor.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – No dia 4/1, foi me informado que, no acampamento, não havia muita adesão de pessoas, no entanto, estava circulando na internet um *banner* digital onde se falava em uma manifestação pela tomada do poder. De imediato, o DOP me informou que determinou que fossem feitas ordens de serviço para que, se surgisse algum problema, que estaria sendo monitorado também pela inteligência e pelo comandante regional, que é o coronel, especificamente do 1º CPR, que é o Coronel Casimiro. O Coronel Casimiro também me confirmou a mesma situação: que estava monitorando e que estava em condições de atuar. No dia 5, a mesma coisa foi passada. O Coronel Klepter inclusive me falou que não havia ocorrido uma mobilização de aumento do acampamento. No entanto, a gente estava monitorando, e com ordens de serviço caso houvesse alguém... E ele falava também

que, pelo contrário, estava tendo uma possível desmobilização, mas, se tivesse qualquer reflexo, retornaria, de imediato, o policiamento para que pudesse fazer a proteção da área que fosse afetada, porque...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor acha que esse pessoal mentiu para o senhor? Traíram-no?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Deputado, são pessoas que trabalham há trinta anos na polícia. Vinte e nove, trinta anos, Deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Não, mas pelo visto eles falharam. Pelo que temos, pelo que nós já investigamos e pelo que o senhor está dizendo, não foi cumprido nada do que estava planejado.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – É.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E isso não é normal na polícia.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – E aí é onde eu venho falar: o planejamento operacional, que é importante dizer, eu tomei conhecimento que ele não havia sido feito. Porque qual é o normal? Surgiu uma reunião, como teve na sexta-feira, no dia 6 de janeiro. Saindo da reunião, é necessário que seja feito um planejamento, um plano de operações...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E isso foi feito?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Eu tomei conhecimento, após o relatório do interventor, que não teria sido feito um planejamento escrito, elaborado, ou um plano de operações ou uma ordem de operações. Esse documento...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E isso é normal na polícia, Coronel Fábio?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Deputado, não é normal.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Se não é normal, quem falhou, quem errou e por que fizeram?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Quem tem a obrigação de fazer o planejamento da Polícia Militar é o DOP e suas unidades subordinadas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Quem era o chefe do DOP?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – O Coronel Paulo José, em exercício, e o Coronel Naime, afastado, era o chefe afastado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O Naime se afastou por quê, Coronel Fábio?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Não sei dizer. Não sei dizer para o senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Ele avisou para o senhor que estava se afastando?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Não, não avisou para mim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Saiu sem dizer para o senhor?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Eu queria dizer, o senhor tem que entender que os departamentos são subordinados ao subcomandante-geral. Houve uma autorização, por parte do subcomandante, para que o Coronel Naime, naquele período, estivesse afastado. Mas, se o senhor me permitir voltar lá...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sim, sim.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – É importante entender o que é um plano de operações ou uma ordem de operações. Esse documento é um documento que, mais do que a distribuição do efetivo, ele detalha exatamente como a operação vai ser executada. Ele traz o conceito da operação, ele traz a distribuição do efetivo no terreno de acordo com a necessidade no local. Então, "Ah, preciso de tantos homens em frente ao ministério, preciso de tantos homens na linha de contenção lá do Tatuí, de revista". Ele vai explicar exatamente.

Ele traz o nome do comandante da operação...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está bom. E isso foi feito?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Esse plano, segundo informações do relatório do secretário interventor, esse plano não foi elaborado. Mas havia...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sim, mas o interventor foi depois que o fato tinha acontecido. Eu pergunto para o senhor: ao senhor, enquanto Comandante da Polícia Militar do Distrito Federal, comunicaram que havia um plano?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Me deram um pronto, que todas as providências haviam sido tomadas, todas as providências haviam sido executadas, que o efetivo era suficiente. Eu ainda falei com o Coronel Paulo José no sábado: "Vamos aumentar o efetivo".

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Aumentaram?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Então...é... O que eu detectei lá no dia, pelo que a gente pôde ver, de manhã, havia um efetivo mais que suficiente. Por quê? Na dinâmica da linha temporal, até às 11h da manhã, o acampamento não sabia se ia descer. Se ia descer. Para mim, quando eu cheguei ao terreno, foi dito...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor chegou que horas lá?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Foi dito que estava providenciando. Entre oito e meia e nove horas da manhã.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Coronel, nós vamos avançar aqui. O senhor saberia informar o efetivo utilizado no dia da posse presidencial e o efetivo utilizado preliminarmente no dia 8 de janeiro de 2023? Pois, em seu depoimento na Polícia Federal, o senhor diz que seriam 440 homens. A Coronel Cintia disse aqui, nesta CPI, que seriam cerca de 600 homens. Porém, nas imagens que temos, notamos que o número de policiais na linha de contenção era muito abaixo, talvez, menos que 100. Onde estavam os seus comandados, Coronel Fábio?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Se o senhor pudesse repetir só o início.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Vou repetir tudo de novo de maneira pausada.

O senhor saberia informar o efetivo utilizado no dia da posse presidencial, que é dia 1º de janeiro, e o efetivo utilizado preliminarmente no dia 8 de janeiro de 2023? Em seu depoimento à Polícia Federal, o senhor diz que seriam 440 homens e a Coronel Cintia disse, nesta CPI, que seriam cerca de 600 homens. Porém, nas imagens que temos, notamos que o número de policiais na linha de contenção era muito baixo, talvez menos que 100. Onde estavam os comandados, Coronel Fábio? Como é que eles sumiram? Por que não estavam na Esplanada?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – O que a gente precisa, da posse... Eu não sei precisar o efetivo da posse, Excelência, porque esse planejamento também estava a cargo do DOP. O que eu fiz em relação à posse? Dia 31 de janeiro... Desculpe, 31 de dezembro, para V.Exa. saber, e aí reportando... Depois do dia 12 de dezembro, nós tivemos uma série de operações denominadas Petardo deflagradas em Brasília. Essas operações estavam trazendo um estado de falta de segurança, de insegurança, à comunidade do Distrito Federal. Eu fiz uma reunião de imediato com o setor hoteleiro, junto com o secretário de segurança, e nos comprometemos a trazer e resgatar esse estado de tranquilidade pública. Então, nós começamos a empregar um grande efetivo na área central para que as pessoas se sentissem seguras a fazer compras e poderem se hospedar lá, especificamente. No dia 31 de dezembro, eu passei o *Réveillon* na Torre de Televisão. Fiquei até dispersar todo mundo, porque havia essa série de operações, na tentativa de trazer um estado de tranquilidade, observar a operação e tudo. No dia 1º pela manhã, eu acompanhei a posse do governador. E a posse do Presidente... Eu tinha feito com os oficiais, na semana anterior, uma reunião com quatrocentos oficiais, explicando a importância daquela posse – tanto no cenário nacional quanto no cenário internacional; no cenário internacional, inclusive, divulgava-se na imprensa que seria uma espécie de redemocratização do País –, e a importância de que cada policial que estava no

final da linha soubesse especificamente o papel dele, por ser a nossa Polícia Militar uma polícia de Estado. E isso foi propagado de uma forma importante. Mas eu não sei realmente dizer para o senhor. O que me havia sido passado é que o efetivo era suficiente e seria de cerca de 440 para o dia 8. E aí eu pedi um aumento de efetivo, especificamente para que a gente pudesse ter um pouco mais de segurança lá e não deixasse que algo pudesse ocorrer. Pedi também que fossem empregadas as tropas especializadas, que são o choque e a cavalaria, de maneira que a gente não tivesse nenhum problema.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E eles não atenderam nada do que o senhor pediu?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – De manhã, quando eu cheguei lá, eles informaram que havia uma... O próprio Coronel Casimiro chegou a comentar que havia uma média de 550 a 600 policiais militares e que depois chegariam mais policiais. Ele postou isso e, inclusive, o Delegado Fernando mencionou isso aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pois é, Coronel Fábio, a Coronel Cintia teria dito ao senhor que o efetivo empregado pela Polícia Militar seria de 600 policiais.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Foi a informação que ela recebeu.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Porém, documento encaminhado pela Polícia Militar a esta Casa de leis diz que o efetivo seria de cerca de 200 alunos do curso de formação de policiais e que o restante da tropa ficaria de sobreaviso.

Eu pergunto para o senhor: de quem foi a ordem para escalar esse número reduzido de policiais e, acima de tudo, para escalar aluno do curso de formação sem experiência em manifestações? Quem determinou que a tropa ficasse de sobreaviso, foi o senhor ou quais dos seus subordinados à época?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Excelência, o importante é a gente entender aqui que o planejamento é do DOP, do Departamento de Operações. Esses alunos estavam a 18 dias da formatura. Eles recebem treinamento de con..., porque a gente chama hoje não mais de policiamento de choque. Eles recebem policiamento sensível de controle de massas. Então, são alunos que já estavam, tinham o treinamento adequado para poder participar de uma manifestação. A questão do sobreaviso é uma questão que também faz parte do planejamento. O DOP precisa, como os departamentos são subordinados ao subcomandante-geral...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu queria que o senhor explicasse para quem está assistindo. Eu sei como é que é, mas quero que o senhor explique. Existe a prontidão, em que o policial fica no quartel pronto com bernal, com armas, com tudo, para, na hora em que precisar, entrar no ônibus e ir para o teatro de operações. E, no sobreaviso, o policial fica em casa, dependendo de um telefonema, e, se não telefonarem, se ele não atender, não acontece nada. É isso mesmo?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – É, na prontidão, o policial está no quartel equipado. Ela normalmente é feita quando, no planejamento do Departamento de Operações, ele necessita de uma mobilização rápida de um grande efetivo. Ele tem que mencionar isso. Como eu estava explicando ao senhor, os departamentos são subordinados diretamente ao subcomandante-geral. O que chegou ao meu conhecimento...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Coronel Fábio, mas se o senhor disse aqui, nós temos provas do chamamento para a tomada do poder. Estavam chamando para tomar o poder. Tomar o poder não é pouca coisa. Tomar o poder é invasão, é depredação, é tomar o poder. Como é que, se havia chamamento para tomada do poder, se colocam duzentos cadetes para fazer a segurança contra terroristas que queriam tomar o poder?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – É, as informações que eu recebi no dia eram de que o efetivo era maior. Foram essas informações que eu recebi. Eu estava...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – De quem o senhor recebeu essa informação?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Do Coronel Casimiro, do comandante da operação que era o Major – acho que – Flávio Alencar e também do Coronel Paulo José. E aí, só explicando, retornando ao sobreaviso para que o senhor entenda, o policial é um policial... Hoje, na atualidade que a gente tem, o policial é um profissional. O DOP precisa fazer essa solicitação ao subcomandante-geral em razão de uma necessidade de um emprego de um efetivo grande. Se ele fez um planejamento e entende que esse planejamento não é suficiente para poder abarcar... Nesse planejamento, inclusive, dizia que tinha tropas especializadas a partir de 7h da manhã. Como ele não solicitou ao subcomandante, o subcomandante fez uma circular, colocando a tropa de sobreaviso, que não é simplesmente o policial estar em casa. Ele sabe que ele pode ser acionado a qualquer momento. E nós tivemos, inclusive, uma resposta... Para eu que acompanhei a operação desde um pouco mais cedo, quando houve o furo do cerco que a gente precisou acionar o efetivo e a gente já tinha feito um pedido de reforço antes, a gente viu que o policial, de imediato, começou a se apresentar.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Coronel Fábio, se estava convocado e foi dito para o senhor que haveria tropas especializadas a partir das 7h da manhã, por que essa tropa só apareceu depois do fato consumado?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Excelência, quando eu estava lá, eu vi a tropa especializada lá.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Então, o senhor chegou lá que horas?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Eu cheguei entre oito e meia e nove horas da manhã. Havia tropa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E a tropa estava onde?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Havia tropa especializada presente. Inclusive, antes da invasão, eu cheguei a mencionar com o Coronel Casimiro – que deveria... – onde que estava o reforço que a gente havia pedido, que eu já havia solicitado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E o reforço estava onde?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Inclusive, cavalaria e choque, onde que estavam? Ele falou que estava tomando as providências. Ele, o Coronel Paulo José, que estava no terreno, também.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu estou perguntando tudo isso, Coronel Fábio, porque eu fiquei muito chocado – e creio que Brasília ficou chocada – com aquela imagem de um policial a cavalo apanhando. Ele, sozinho, naquele cavalo. Aquilo não é digno. Aquilo não é correto. Aquilo é falta de planejamento. Aquilo não poderia ter ocorrido, porque aquilo expõe a imagem da Polícia Militar e fica parecendo que a Polícia Militar do Distrito Federal não tem capacidade de combater o crime, e ela tem, é de muito e muito tempo.

Portanto, Coronel Fábio, o que nós queremos é descobrir de quem foi a falha, por que aquilo aconteceu, e o senhor pode colaborar muito com isso. O senhor pode ajudar a gente a encontrar isso aí.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Por isso que eu digo... Eu disse a V.Exa., estava explicando da importância do planejamento operacional, escrito, elaborado, onde tem discriminado nesse planejamento o quê que cada unidade vai fazer no terreno...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E eles fizeram?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – ... Isso é importante. Logística... Depois, eu tomei conhecimento... Tinham me dado que todas as providências... tinham me falado que todas as providências haviam sido tomadas. É importante dizer que o papel do comandante-geral não é relatar, observar detalhes e minúcias do planejamento...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Coronel Fábio, pelo que o senhor está declarando nesta CPI, pela constatação – e aí é minha –, o senhor foi traído.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – É, eu não posso dizer isso, Excelência.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas eu estou dizendo, eu estou afirmando: o senhor foi traído.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – É, o que eu acho que é um dos papéis das investigações, inclusive da Comissão Parlamentar de Inquérito, tentar chegar a essa conclusão. O que eu vejo e que posso dizer para o senhor é que nós solicitamos a presença de mais efetivo, e falavam que as providências estavam sendo tomadas...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E não tomaram, não é?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Inclusive, quando houve o rompimento da linha, lá na frente do Congresso Nacional – estava na linha já, isso consta no relatório do interventor, inclusive –, foram, inicialmente, divulgados 44 policiais feridos e, depois, parece, salvo engano, 64, no último relatório. O primeiro policial ferido foi o comandante-geral que tentou conter a invasão do Congresso Nacional. Eu recebi um cone na cabeça. De imediato, entramos e fizemos um cerco, em que ainda éramos um número reduzido de policiais, juntamente com policiais legislativos, para que o Salão Verde da Câmara dos Deputados não fosse ocupado. Nós fizemos um cordão assim para que a gente pudesse evitar que ele fosse ocupado e, por isso, o salão não foi muito depredado. E, de imediato, a gente começou a tomar as decisões para que, até então, o suposto planejamento operacional, de plano de operações fosse cumprido. Na minha cabeça, havia um plano de operações, e eu comecei a acionar as unidades especializadas para que a gente pudesse...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E só depois eles chegaram, não é?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Não, eles estavam posicionados no terreno, mas em número que não conseguia atender toda a situação. E eu determinei, pessoalmente, em seguida, que todas... À medida que fossem progredindo no terreno, que os vândalos lá, os manifestantes fossem expulsos das casas e fosse estabelecida a ordem e, o mais importante, que nós teríamos que efetuar o máximo de prisões possível.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Excelente.

Coronel Fábio, a Coronel Cintia, em depoimento a esta CPI, disse que conversou com o senhor durante quase todo o dia 8 de janeiro de 2023 e que o senhor, desde a manhã, estava preocupado com o efetivo empregado pelo Departamento Operacional da Polícia Militar. Isso é verdade? Em trecho do depoimento da Coronel Cintia, na Polícia Federal, ela chega a dizer que o DOP/PMDF não providenciou nem mesmo água para os policiais escalados. Isso é verdade, coronel?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Deputado, a primeira coisa que a gente precisa entender é que outras coisas a gente percebeu. Assim que eu cheguei no local, eu pedi ao meu ajudante de ordens, que funciona como uma assessoria do Comando-Geral, que fizesse uma volta ao redor de toda a área central ali da Esplanada e que detectasse... Eu expliquei alguns pontos para ele – como eu havia trabalhado no 1º Comando de Policiamento Regional –: se tinha policiamento na escadaria, se tinha policiamento entre os ministérios, quantos, se tinha policiamento na linha de contenção, tanto do Tatuí... Porque eu ressaltai isso muito ao Coronel Casimiro e ao Coronel Paulo José, que deveriam todos serem revistados. O próprio subcomandante-geral chegou a me perguntar, e eu falei: "Olha, todos que tentarem adentrar a Esplanada deveriam ser". À medida que a gente (Ininteligível.), que não tinha, que isso tem que constar no planejamento escrito, chama-se falha... Não tinha comando móvel. O comando móvel é o local que o policial militar se apresenta para receber a missão. Isso é uma falha...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Isso não tinha?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Não tinha comando móvel. Não havia, na parte logística, equipamento de proteção individual – e eu solicitei. Eu já vinha...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E não tinha, também, na parte de logística?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Esse, inclusive, é um dos grandes problemas da linha na frente do Congresso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Quem era responsável por isso,

coronel?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – O Departamento de Operações...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Nomes! Por que, do departamento, quem era?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Era o Coronel Paulo José.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Ele era o responsável por isso?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Ele era o DOP em exercício.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E ele não providenciou nada por isso?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – E eu fui solicitado...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O Coronel Paulo José era um dos que queriam derrubar o senhor?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Eu acredito que não. Eu acredito que não.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E ele fez isso por quê?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Aí, nós vamos ter oportunidade de ouvi-lo aqui, mais para frente...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Na sua cabeça, hoje, o senhor acha que ele fez isso para quê e por quê? Interessava a quem?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Não tenho como fazer essa avaliação. Assim, para o senhor entender...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Era só para desmoralizar a polícia?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Entendo que não. Eu, quanto ao Paulo José, na minha opinião, é um profissional que tem trinta anos de serviço. Ele pode ter se equivocado, falhado. Pode... A chave que eu acho que a gente tem que... E, assim, eu vou dizer para o senhor, eu acho, porque, no dia 8, à noite, eu liguei para o corregedor e determinei que fossem instauradas apurações, quantas fossem necessárias, para elucidar os fatos. Logo no dia 8. Dois dias depois, eu fui preso pela Polícia Federal. Então, eu passei 24 dias e não foi (Ininteligível.). Como eu sou investigado, eu não posso, sob pena de até estar tentando um julgamento de interferir na instrução criminal, eu não tenho acesso, eu tenho que fazer requerimentos. E fiz requerimentos, tentando obter informações, inclusive para poder trazer a esta Casa, para que a gente possa ter uma melhor elucidação dos fatos. No entanto, eu não recebi. Eu não acredito que o Coronel Paulo José tenha feito isso de uma forma que seja para prejudicar, ou a Polícia Militar ou...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu quero pedir para o senhor assumir um compromisso com a gente aqui, com a CPI. Tudo do que o senhor tiver conhecimento e tudo do que o senhor já teve conhecimento, no que os seus advogados puderem ajudar, encaminhe para esta CPI. Nós queremos chegar à verdade, coronel. Nós não queremos, nunca mais, passar pelo que esta cidade passou.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Presidente, V.Exa.... E, aí, permita-me fazer um parêntese.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sim.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Eu defendo aquela área há trinta anos. Eu não sei dizer para o senhor quantos quilômetros eu já rodei, indo dali, de onde a gente normalmente posiciona a cidade, quando é um evento maior, da Catedral até o (Ininteligível.), lá embaixo, ou vice-versa. Quantas vezes eu almocei com uma rédea na mão, segurando o cavalo e uma marmitta – o cavalo puxava e a marmitta se esparramava! Eu não sei dizer. Não existe ninguém que ficou mais consternado, porque aquela área ali é uma área que sempre foi muito importante. Quando eu assumi lá, eu fui escolhido pelo comandante-geral, justamente porque ele entendia que eu era uma pessoa que conhecia e tinha compromisso com a área da Praça

dos Três Poderes. Nós sempre procuramos, eu como Subsecretário de Operações Integradas e depois Comandante de CPE ou mesmo o Comandante-Geral, nós sempre procuramos preservar aquela área ali para que sequer as pessoas passassem. Várias vezes fomos julgados como pessoas que estavam cerceando o direito de manifestação, porque fechávamos na altura da Avenida das Bandeiras ou mesmo na Avenida José Sarney, não permitindo que pessoas pudessem avançar.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Coronel Fábio, por que é que não fechou naquele dia?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Foi fechado. Foi fechado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E quem abriu?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Não foi aberto. Quando eu estava na linha lá, eu observei policiais combativos. É o que eu estou dizendo pra o senhor. O grande problema na linha na frente do Congresso era a ausência do equipamento de proteção individual.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Por que não levaram os equipamentos?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Essa foi a mesma pergunta que eu, que eu, quando...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu dei um exemplo aqui. Eu estou fazendo essas perguntas todas para o senhor, porque eu não sou policial, mas eu tive muito enfrentamento em greves, em manifestações, e eu dei um exemplo aqui de um coronel que está sentado aqui na porta, na frente, que é o Coronel Tedeschi – que, por sinal, é meu amigo. A gente se tornou amigo num enfrentamento, ele comandando a tropa de choque e eu coordenando os trabalhadores. Sempre que o Coronel Tedeschi chegava, ele chegava todo... A polícia paramentada, organizada, com escudo, com arma, com tudo. Nunca precisou dar um tiro na gente.

Havia também um coronel que foi Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, que era o Coronel João Brochado. A gente fazia manifestação e ele botava 4, 5 mil policiais. Um dia eu perguntei para ele: "Coronel, por que que o senhor bota tanta gente?" Ele falou: "É para proteger vocês, porque, se eu coloco esse tanto de gente aqui, ninguém vai ter ousadia de querer fazer baderna".

Aquela tropa, com duzentas pessoas ali, foi um convite para que acontecesse o que aconteceu, não é, Coronel Fábio?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Deputado, essas falhas contribuíram para que a tropa não conseguisse conter naquele momento...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A culpa não é da tropa. A culpa é de quem coordenou o processo.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Não estou dizendo que a culpa é da tropa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E eu estou dizendo que o senhor foi traído.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Eu estou dizendo a V.Exa. que esses, esses fatos contribuíram para que o cerco fosse furado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esses fatos foram fundamentais.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – A todo momento que eu estive, eu estive no Congresso, evitando inclusive, inicialmente, que ele fosse depredado, mas aí a quantidade era muito grande. Eu estive depois no STF e na Praça dos Três Poderes, onde eu entrei sozinho e recuperei um crucifixo, que é um símbolo histórico do nosso STF, recuperei as letras de uma frase, que salvo engano é de Rui Barbosa, que tem lá no STF, sempre procurando, em colaboração com a polícia judicial, ser combativo, chamando a tropa para ir à frente, para ir dando um exemplo para que a gente pudesse retomar o STF. E digo aqui para o senhor...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Correu o risco de morrer, não é?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Corri o risco de morrer.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Se aquela pancada de cone tivesse sido um cacete, o senhor não estava aqui depondo para a gente.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Presidente, eu vou dizer para V.Exa. que dói também.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sim. Dói, mas não mata, não é?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – É porque acertou...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Se fosse um cacete na sua cabeça, o senhor não teria escapado, não.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Mas eu quero dizer a V.Exa. que nós, o tempo todo que eu presenciei, eu vi policiais sendo combativos, tentando evitar, e depois tentando recuperar... e recuperamos. Não foi outra instituição que recuperou.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sim.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Não é? E aí eu reafirmo aqui que a Polícia Militar não estava comprometida com essa tentativa de golpe. A Polícia Militar esteve presente inicialmente, tentando conter essa invasão, e depois nós, sob a liderança inclusive do próprio comandante-geral, que estava presente no terreno, nós recuperamos o Palácio do Planalto com intervenção. Foi divulgado amplamente que havia pessoas tentando impedir as prisões dentro do Palácio do Planalto. Nós recuperamos o STF com a ajuda do Comando de Operações Terrestres da Polícia Federal e nós recuperamos o Congresso Nacional, fizemos a dispersão e, salvo engano, cerca de 400 a 450 prisões.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Coronel Fábio, consta, na documentação enviada pela Polícia Militar, que o Coronel Naime estava de dispensa recompensada entre os dias 3 e 8 de janeiro.

Como funciona essa dispensa?

Quem autorizou essa licença?

O senhor não acha estranho que o coronel Naime, estando de dispensa e, após a confusão começar, tenha aparecido no teatro de operações? O senhor não achou isso estranho, não?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Sobre a dispensa-recompensa. Como os departamentos são subordinados ao subcomandante-geral, a atribuição de conceder essa dispensa-recompensa é do subcomandante-geral. Quanto à aparição do Coronel Naime lá, me causou surpresa, porque havia sido informado que ele estava afastado. E aí eu perguntei para ele.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E o que ele disse?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Ele me respondeu que havia ido ajudar. Sendo que havia recebido um telefone do Coronel Paulo José, ele, de imediato, parece que teria ligado para o subcomandante-geral – e aí eu estou usando palavras que ele usou, aqui, na CPI também –, e aí ele disse que teria ligado para o subcomandante-geral, que falou que toda força que pudesse comparecer ao terreno para ajudar seria disponível.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Ele estava fardado? Estava armado?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Estava fardado, armado, estava vestido corretamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está bom.

Em depoimento à Polícia Federal, o senhor disse que o choque e a cavalaria estavam na Esplanada, antes de os ataques começarem.

Se estavam, o senhor poderia nos falar onde tais forças estavam posicionadas, pois nos vídeos que circulam pela imprensa, não percebemos essas forças no teatro de operações? O que percebemos, nas imagens do dia 8 de janeiro de 2023, são alguns alunos tentando conter os manifestantes com gás lacrimogênio, enquanto outros policiais tiram *selfies* e bebem água de coco. O que o senhor tem a dizer a respeito disso?

E eu vou passar o vídeo para o senhor comentar melhor. Peço que passem o vídeo 2.

(Exibição de vídeo.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado.

Coronel Fábio, como que a gente explica isso aí?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Só dizer para o senhor que...

DEPUTADO HERMETO – Presidente, só um momento.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pois não, Relator.

DEPUTADO HERMETO – Pelo Regimento, o Relator pode...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A qualquer momento.

DEPUTADO HERMETO – A qualquer momento.

V.Exa. disse que havia policiais tomando água de coco, não é? É preciso esclarecer que, quando os policiais tomaram água de coco, era praticamente acho que onze ou dez horas da manhã. Não havia um manifestante na Esplanada dos Ministérios. E a grande, sei lá, mídia colocava, fazia a ligação de que, nesse exato momento em que estava havendo a invasão, os policiais estavam tomando água de coco – e não é verdade. Não havia um manifestante ainda. Foi comprovado isso – e o coronel sabe disso – que os policiais realmente ficam colocados lá e que não havia nenhum manifestante. Eles poderiam tomar água de coco, ir ao banheiro, qualquer coisa parecida.

Quero deixar registrado isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está certo.

Como é que a gente explica isso aqui, coronel?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Isso não vai... Eu garanto para o senhor que isso não vai acontecer nunca mais. Agora, eu passei as informações, no meu depoimento, com relação àquilo que eu havia recebido. O choque, eu ainda tinha visto no local. E aí eu vou relatar aqui para o senhor um episódio que aconteceu com o comandante da cavalaria. O comandante da cavalaria é uma pessoa que eu conheço há mais de vinte anos. Quando eu o encontrei na Praça dos Três Poderes, eu não o preendi, mas disse que ele se preparasse porque ele seria exonerado, porque, na minha época de cavalaria, eu jamais deixaria aquilo acontecer. E, aí, eu tomei conhecimento depois – ele ficou calado na hora porque ele estava atuando –, e aí eu tomei conhecimento depois, pelo destino, porque eu fiquei custodiado no Regimento de Polícia Montada, onde ele comanda, e ele me falou que a cavalaria não havia sido acionada, sendo que havia sido passado, e eu havia enfatizado, que as unidades especializadas eram para serem empregadas todas. Agora, do choque, realmente tinha uma fração que foi posicionada lá, e a ROTAM, do outro lado. Só que se mostrou ser em número insuficiente, depois do rompimento da linha. Eles foram combativos, mas, num dado momento, eles relataram – eu aí vi por um relatório a que tive acesso – que parece que a própria munição química teria esgotado, e teve que buscar... determinar até que essa munição química fosse buscada no BPChoque.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Comandante Fábio, de quem é a falha?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Eu entendo que a falha é a falta de um planejamento operacional...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Quem deveria planejar?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – O DOP.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Quem é o DOP?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Nesse dia, estava respondendo pelo Departamento Operacional o Coronel Paulo José. Agora, o que não ficou esclarecido para mim é se ele havia atribuído isso a alguma da... Ao Comando do 1º CPR, por exemplo, que é subordinado a ele.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Coronel, estou perguntando e sendo repetitivo porque, sabe, Relator Deputado Hermeto, aquela imagem daquela policial que teve o capacete quebrado por algo contundente... Aquela policial correu o risco de ser assassinada ali. Portanto, quem foi o responsável também é responsável pela agressão que os policiais sofreram.

O objetivo desta CPI, Coronel Fábio, é chegar aos mandantes, aos financiadores e a quem se omitiu para que aqueles fatos acontecessem. Estou vendo que o senhor foi para o teatro de operações, que o senhor também foi ferido. O senhor correu o risco de ser assassinado ali, porque, se houvesse a tomada do poder – todo mundo sabe como as coisas se dão e onde já aconteceram – e se descobrissem ali, naquele momento, que o senhor era o Comandante da Polícia Militar do Distrito Federal, o senhor não estaria aqui. Para eles, o senhor seria um símbolo da distribuição do poder. Se eles assassinassem o senhor, não interessaria quem quebrou o Palácio do Planalto, quem quebrou o Supremo Tribunal Federal e quem quebrou o Congresso Nacional.

Portanto, é isto que quero pedir: que o senhor ajude a gente. Temos um policial experiente aqui, que é o Deputado Hermeto, que, à cada intervenção – não é, Deputado? – tem dito das suas passagens pela Esplanada, que coincidem muito com o que o senhor falou aqui: de ficar lá, levar chuva, enxugar a roupa no corpo. Muitas vezes, não comer nada para ficar lá, também compreendido pela sociedade. Agora, o que aconteceu no dia 8, Coronel Fábio, não é normal! Quando o senhor disse o DOP, queremos saber o nome, porque desta CPI – tenho certeza disto, Deputado Hermeto – vai sair gente indiciada. Temos de chegar a essas pessoas!

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Hermeto, para as suas perguntas. Pelo regimento aqui da CPI, V.Exa. tem o tempo que quiser para concluir as suas indagações.

DEPUTADO HERMETO – Obrigado, Presidente.

Vou começar dando o encaminhamento que o senhor terminou de falar. Conheço o Coronel Fábio desde quando ele era tenente, capitão. Foi ajudante de ordem do então Governador Arruda. O senhor passou por vários governos.

Quando o senhor falou aqui, Presidente, que se pega chuva, sol... Eu estou vendo aqui muitos coronéis, muitos oficiais antigos aqui na frente, como o Coronel Tedeschi. Eu trabalhei com Coronel Tedeschi, para você ver como sou antigo! Eu era soldado ou cabo, à época, não lembro. A gente ia para a Esplanada dos Ministérios e até falava mal dos oficiais que planejavam o negócio, nós praças: "Pô, colocam mil policiais aqui e há dez manifestantes". A gente, dentro dos ônibus ou em pé, lá na Esplanada, tinha noção e falava assim: "Cara o que estamos fazendo aqui com tanto policial para pouco manifestante?" Está aí o que V.Exa. falou: o planejamento sempre é maior do que o esperado.

Na Polícia Militar, Presidente, temos um lema que diz o seguinte: é melhor errar para mais do que para menos. Então, de todas as manifestações de que participei, que não foram poucas na Esplanada do Ministério, o nosso efetivo sempre era bem maior do que o dos manifestantes. Sempre ficávamos na Esplanada, e algumas vezes dentro dos ônibus, esperando que aumentasse o número dos manifestantes. Todo mundo ali já sabia o que fazer, qual linha que iria tomar e onde iria ficar. Existia todo um planejamento ao longo disso. Isso não foi só na minha época, não, porque minha época não é tão distante. Fui para a reserva no dia em que fui eleito pela primeira vez, no meu primeiro mandato, em outubro, novembro de 2018. No momento em que eu fui eleito, pela legislação militar, ele é colocado na reserva.

O Coronel Fábio já comandou diversas – e não foram poucas, não é, Coronel Fábio? – manifestações na Esplanada, em que o nosso efetivo sempre foi planejado, sempre foi muito maior do que a expectativa de manifestantes. Não é verdade? Eu estou errado?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – V.Exa. está certo. Principalmente quando eu comande o Comando de Policiamento, o 1º Comando...

DEPUTADO HERMETO – Eu sei.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – A gente avocava o planejamento muitas vezes, porque, em geral, o departamento de operações, na minha época, como comandante, ele faz

essas operações já conhecidas, carnaval, essas operações maiores. E a gente procurava sempre pedir um apoio para o (Ininteligível.) ...

DEPUTADO HERMETO – Maior.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – ... fazia, escrevia um planejamento. E é isso que é importante o senhor entender, V.Exa. entender. Por quê? Porque o planejamento, ele detalha o que cada um vai fazer...

DEPUTADO HERMETO – Exatamente.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – ... onde que o policiamento vai estar. A falta desse planejamento escrito dificultou para que a tropa inclusive fosse distribuída no terreno para... até para o comandante que estava lá na operação. Ele não esteve na reunião que a SOPI fez.

DEPUTADO HERMETO – Isso. E o senhor comandou... O senhor estava no *impeachment* da Dilma, na Esplanada?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Eu estava pela cavalaria.

DEPUTADO HERMETO – Isso, comandava a cavalaria. Certo?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Comandava a cavalaria.

DEPUTADO HERMETO – No *impeachment* da Dilma, tínhamos duas frentes ali. Tínhamos até o que separava os que a gente chamava de vermelhos dos amarelos.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Exatamente, exatamente.

DEPUTADO HERMETO – Não houve um incidente grave.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Ainda digo mais para o senhor. Quando da posse do Presidente Lula como Chefe da Casa Civil, havia cerca de quatrocentos apoiadores do Partidos dos Trabalhadores...

DEPUTADO HERMETO – Isso.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – ... e a multidão começou a romper o cerco. Rompeu a linha convencional, rompeu o choque. E aí eu estava comandando a cavalaria. E nós impedimos que eles chegassem à Praça dos Três Poderes e pudessem ferir os quatrocentos manifestantes...

DEPUTADO HERMETO – Exatamente.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – ... a favor do, nesse momento, Chefe da Casa Civil, que era o ex-Presidente Lula naquela época, hoje Presidente.

DEPUTADO HERMETO – No planejamento, imprensa que está nos ouvindo aqui, existem várias linhas. Nós policiais rotineiros ficamos na primeira linha. Depois vem, se eu não me engano – o senhor me corrija, comandante –, a tropa mais especializada. Certo?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Normalmente, o grupo de pronto-emprego.

DEPUTADO HERMETO – Pronto-emprego, exatamente, o GPE. O policiamento normal fica na primeira linha. Depois, o grupo de pronto-emprego. Cada linha tem a definição. Aí vem o choque, a cavalaria, e, por último, quando não tiver jeito, vem o BOPE para resolver. A gente tem quantos filtros até chegar? Uns quatro filtros, não é, coronel?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – É. Isso seguindo um planejamento...

DEPUTADO HERMETO – Os planejamentos. Eu participei de todos.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Porque cada evento precisa de um planejamento.

DEPUTADO HERMETO – Eu estou falando da minha experiência. Quando policial, participei de várias manifestações, Deputada Paula Belmonte. Existia toda uma metodologia, tudo certinho. O tenente fiscalizava cada fração. Havia um sargento. Depois vinha um tenente. Ninguém podia sair do seu local. Se saísse do seu local, você iria responder administrativamente, então era muito difícil qualquer tipo de manifestante ultrapassar as nossas barreiras. Era muito difícil. E, por isso, nunca houve, na história de Brasília, o que

aconteceu dia 8.

Então, comandante, eu tenho várias perguntas aqui e vou fazê-las, mas antes eu tenho que ser justo, como sempre estou sendo nesta CPI. A sua prisão, na minha concepção, foi extremamente injusta, porque eu lhe conheço e sei do grau de comprometimento que o senhor tem com a tropa.

Esse cabelo raspado hoje do senhor – aqui talvez ninguém saiba, tamanho é o envolvimento do nosso comandante, e eu vou falar isso – foi para uma campanha de uma aluna do Colégio Militar Tiradentes de Brasília, da PM, que estava com câncer, e ela constrangida raspou a cabeça e foi ao colégio. O comandante-geral viu aquilo e fez a raspagem da cabeça junto com ela. Isso demonstra o caráter e a pessoa que o senhor é.

Eu o conheço. Eu sei que o senhor não tem culpa de nada disso aí. Agora, vou dizer uma coisa, comandante. Não vou dizer com as palavras do Deputado Chico Vigilante, que o senhor foi traído. Não vou dizer, mas vou dizer com outras palavras. Faltou planejamento. Alguém dentro da secretaria ou dentro da própria corporação trabalhou contra V.Exa. Não sei quem. Porque, pela minha experiência, jamais, jamais, a gente iria para a Esplanada dos Ministérios com um efetivo tão pequeno, tão pequeno.

Outra coisa, Deputado Chico Vigilante, os policiais que foram para a Esplanada – que foram agora condecorados, foram promovidos – foram como se fossem para um abatedouro. “Ah, porque estavam tomando caldo de cana, estavam tomando água de coco.” Pelo amor de Deus! Como eu falei agora na minha intervenção, eram 11h da manhã. Os policiais ficaram ali, no mínimo, quatorze horas em pé, aqueles que foram. Concorda, comandante? No mínimo, quatorze horas.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Sim, senhor.

DEPUTADO HERMETO – Imaginem alguém aqui neste plenário ficar quatorze horas em pé na Esplanada dos Ministérios com capacete, com arma na cintura, com tudo. Então, aqueles policiais... “Ah, houve um que tirou *selfie*.” Que responda o que tirou *selfie*. “Ah, houve um que eu vi que ele fez assim com a mãozinha para passar.” Que responda aquele da mãozinha, mas não a corporação. Porque o senhor estava lá ensanguentado no meio dos policiais.

Vou fazer uma pergunta a V.Sa. aqui na frente. Por enquanto, nas minhas perguntas, estou fazendo umas colocações. Eu sei que é comum ao senhor acompanhar a tropa desde tenente, desde capitão. Então, repito aqui: a sua prisão foi injusta. Agora, a responsabilidade naquele momento era de V.Sa., que é o comandante-geral. Mas houve falhas. Algumas forças trabalharam contra V.Sa. naquele dia. E esta CPI vai chegar lá. Eu tenho certeza disso.

Volto *ao script* aqui. Primeira pergunta: o senhor conseguiria explicar os motivos da vossa prisão pelo STF?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Deputado, ordem judicial, a gente não discute. Eu colaborei desde o início, quando a Polícia Federal chegou a minha casa, na parte da tarde. Eu já tinha tomado conhecimento, porque foi divulgado pela *Folha e Uol*. E aí começaram a divulgar. Eu acabei vendo. De imediato, tentei ligar para o corregedor para tentar que eu pudesse sair de casa para que meus filhos não testemunhassem esse momento. Mas eu colaborei desde o início, desde que o delegado da Polícia Federal chegou. Nós abrimos o portão, disponibilizamos. Eu disponibilizei o meu celular com senha inclusive. Não tive nenhum momento de dificuldade. Foi feita a busca e apreensão em toda a casa. Tudo, foi facilitado o acesso. Não houve dificuldade. Depois, lá na prisão, no segundo dia de prisão, já nos disponibilizamos a dar esse depoimento. Então, V.Exa. tem que entender que era um momento de choque. Choque pelo que tinha acontecido e choque por uma prisão que a gente não esperava, porque a gente estava no terreno. Mas eu não discuto ordem judicial, mesmo tendo sido a vítima. Eu acho que a fundamentação que levou o Ministro Alexandre de Moraes a decretar a minha prisão... Eu tenho que confiar na instituição. Esta é a minha parte: confiar na instituição e colaborar o máximo possível para que os fatos sejam elucidados.

DEPUTADO HERMETO – O senhor não pode falar, mas eu posso: na minha concepção, foi injusta.

Qual é a opinião do senhor quanto a esses acampamentos? Primeira pergunta. Qual é a opinião do senhor? No caso específico de Brasília, havia preocupação da sua parte quanto à manutenção daquelas pessoas naquele local? Só anota aí, para o senhor não... Em algum momento, o senhor identificou que aquele ajuntamento de pessoas representava periculosidade social para a ordem pública de Brasília?

Então, recapitulando, vou fazer as perguntas por partes. Qual é a opinião do senhor quanto àquele acampamento?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Deputado, primeira coisa que eu quero dizer é da colaboração que a Polícia Militar teve desde o início, tão logo recebeu a determinação do Ministro Alexandre. Um pouco antes até, quando surgiu o movimento e começaram a bloquear as rodovias, a Polícia Militar já começou a atuar, antes mesmo da expedição da determinação judicial do Ministro Alexandre de Moraes. Aqui em Brasília talvez tenha sido o único lugar onde não houve interrupção de vias porque a Polícia Militar agiu de imediato. Agora, o acampamento foi instalado numa área pública, mas sob a administração do Exército Brasileiro. Então, toda e qualquer intervenção ou... que a gente precisava adentrar cabia de duas formas: ou da autorização do Exército Brasileiro, ou da expedição de uma ordem judicial. O que foi amplamente divulgado, a CPI já sabe: nós tentamos fazer essa desmobilização por cerca de quatro vezes. Estou incluindo o dia 8 também, porque, no dia 8, quando a gente vem tentando realizar as prisões desde a Praça dos Três Poderes, a gente chega lá no acampamento para tentar fazer a prisão. E aí o episódio conhecido, a própria imprensa divulgou, que havia acionado um plano de defesa do Setor Militar Urbano e havia uma série de militares do Exército que impediram a nossa entrada lá. Eu tinha antes recebido uma ligação do General Dutra e, como eu havia visto... Eu achei que fosse alguma coisa dizendo que ia reforçar a tropa na Praça dos Três Poderes. Eu retornei a ligação, e ele me perguntou: "O que é que está acontecendo que eu estou vendo uma movimentação de policiais militares para cá?" Eu falei: "Não, a gente recebeu uma ordem... Houve intervenção federal. O senhor deve estar sabendo. Nós recebemos ordem do secretário interventor para poder entrar no acampamento e realizar todas as prisões." E o general pediu uma reunião em frente à Catedral Rainha da Paz, o que foi realizado, onde participou o interventor, e eu também estava presente.

DEPUTADO HERMETO – O Coronel Naime, quando esteve aqui, disse que, diversas vezes, tentou tirar o acampamento e, inclusive, Coronel Fábio, que houve uma certa resistência do Exército no sentido até de um confronto. O senhor confirma isso?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – A relação do confronto foi no dia 8, porque, se a gente chegasse sem ter essa conversa antes para alinhar essa reunião, provavelmente teria confronto. Porque a minha visão é que deveriam também ser feitas as prisões, mas a gente atenuou. Mas, nas outras três tentativas, foi o próprio Exército que vinha requisitando. Eu não participei especificamente das reuniões. O que eu posso dizer a V.Exa.? No dia 29, eu, percebendo que já não tinham ocorrido as duas anteriores, pessoalmente, fui acompanhar a operação. Aí o General Dutra me chama para uma reunião, o Comandante Militar do Planalto, e aí ele manifestou uma preocupação com a quantidade do efetivo que a Polícia Militar estava empregando, salvo engano, cerca de 500 policiais, 550 policiais. E eu disse a ele que eu tinha uma preocupação, depois do dia 12, de impedir que qualquer ação que fosse feita, em qualquer lugar, tivesse reflexo na área central. Esse era o meu compromisso com a população, essa era a determinação do Governador Ibaneis, do Secretário Júlio Danilo. Por isso, eu estava com um efetivo grande, porque, se surgisse algum problema lá e tivesse reflexo em outro lugar, eu tiraria esse efetivo e o deslocaria para lá. E aí ele optou por iniciar a operação sem a participação da Polícia Militar, só com o Exército brasileiro. E eu disse a ele: "General, a gente não vai conseguir fazer desse jeito, porque o pessoal do Exército não tem *expertise* de acompanhar o DF Legal. A Secretaria de Proteção da Ordem Urbanística, quando ela se aproxima de um lugar, eles vão chegar e tentar repelir a secretaria. E isso vai ficar ruim, porque aí eles vão gravar vídeos dizendo que, mais uma vez, o Exército expulsa a Polícia Militar e o DF Legal do acampamento." E aí ele: "Não, mas a gente não pode acreditar nessa narrativa". E eu disse: "General, o problema é que essas narrativas acabam fortalecendo o movimento". Só resalto que, mesmo diante das tentativas da própria secretaria à frente,

criando protocolos, e da Polícia Militar, nós não conseguimos realizar a desmobilização do acampamento. Por quê? Por falta de autorização do Exército, que era o responsável pela área, ou mesmo de uma possível ordem judicial.

DEPUTADO HERMETO – A próxima pergunta era essa mesma. Durante o seu comando, por que a PM não desmobilizou o acampamento em frente ao QG do Exército?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Por isso. Vou ressaltar aqui, para que fique bem claro: a PM se preparou, a PM mobilizou um grande efetivo. Qual era a nossa preocupação, Deputado, depois do dia 12? Que, a qualquer momento, depois do dia 12, a qualquer momento, a gente pudesse ter uma nova ação como aquela, porque, inclusive, depois foram realizadas prisões no Brasil inteiro e dentro do próprio acampamento. Mas por que não teve reflexo? Graças ao planejamento que a gente empregou na área central ali, com um grande efetivo, que era meu compromisso de restabelecer a tranquilidade social.

DEPUTADO HERMETO – O Coronel Naime, quando esteve aqui, disse que, lá no acampamento, havia de tudo. Havia o pessoal do pix, o pessoal da oração – graças a Deus que ainda estavam lá para contrapor –, havia o pessoal das festas, havia o pessoal da droga, da prostituição, havia de tudo. Parecia uma cidade dentro da cidade. O senhor sabia disso tudo? O Coronel Naime disse isso aqui. Ele era o chefe do DOP.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Deputado, eu tomei conhecimento e, por algumas vezes, eu estive visitando o acampamento, na maioria das vezes com o Secretário Executivo de Segurança Pública, Dr. Milton, mas cheguei a ir também com o Dr. Júlio Danilo para ver a dimensão que era. Existiam algumas tendas – eu não sei se pode se referir a uma máfia do pix –, eu vi que existiam algumas tendas. Mas é preciso esclarecer aqui que não houve nenhuma demanda por parte do Exército, por ser área do Exército, à Polícia Militar. Nós nos prontificamos a todo instante a ajudá-los no que fosse preciso, mas não houve demanda por parte do Exército para que a gente pudesse fazer alguma desmobilização, efetuar alguma prisão, ou mesmo não sei dizer se alguma outra força foi demandada especificamente. Agora, nem todos os crimes que ele relatou eu tive conhecimento. Eu fiquei sabendo pelo depoimento dele aqui na CPI.

DEPUTADO HERMETO – O que me estranha é que, vendo todos esses crimes, a polícia não podia atuar lá dentro. Isso é que eu não entendo. Mas nós vamos entender lá na frente.

Como é a estrutura e como funciona a Polícia Militar? Qual é o papel do Comandante-Geral da Polícia Militar no DF? Cabia ao senhor a responsabilidade pelo planejamento, organização e fiscalização da tropa escalada para o dia 8 de janeiro de 2023? Quem escalou o efetivo? Quem determinou o sobreaviso? Por que havia tão poucos homens na Avenida das Bandeiras, em frente ao Congresso Nacional – algo em torno de setenta a cem policiais?

Aliás, a pergunta é esta: no momento das invasões, por que havia de setenta a cem homens da Polícia Militar no momento das invasões? Por que foi ignorada pela Polícia Militar a escalada de violência das pessoas vinculadas ao acampamento, cito os atos de vandalismo do dia 12 de dezembro de 2022 e bomba no dia 24?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – O senhor podia...

DEPUTADO HERMETO – Vamos por partes. Primeiro: como é a estrutura e como funciona a Polícia Militar?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – A Polícia Militar tem um comando...

DEPUTADO HERMETO – O senhor respondeu para o Deputado Chico Vigilante, mas...

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Isso. A Polícia Militar tem um comando-geral. Quem faz parte do comando-geral? O comandante-geral, o subcomandante-geral, os chefes de departamento, os diretores, e aí, num plano mais abaixo, os comandantes de unidades, e tudo. O comandante-geral, como eu disse...

DEPUTADO HERMETO – O alto-comando, a estrutura do alto-comando. Vamos fazer por hierarquia. O comando-geral por hierarquia: o senhor, o sub, o CHEM, aí vai descendo.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Isso. Sou eu o comandante-geral, à época eu era o comandante-geral. Primeiro vem o comandante-geral, depois vem o subcomandante-geral, ele é alinhado com o chefe do Estado-Maior, porque o chefe do Estado-Maior é o chefe do planejamento estratégico. No entanto, por uma questão de subordinação, prevalece o subcomando-geral. Em seguida, tem os órgãos de assessoramento direto ao comandante-geral, mas que também respondem ao subcomandante-geral como demandado, que é o centro de inteligência, o centro de comunicação social, o gabinete do comandante-geral. Abaixo do subcomandante-geral vêm os departamentos, são seis departamentos, e abaixo dos departamentos vêm as diretorias. No caso do DOP, especificamente, vem os comandos regionais; e abaixo dos comandantes regionais, as unidades.

DEPUTADO HERMETO – *Ok*. Então, pelo entendimento aqui, o DOP é responsável por praticamente toda a operação da Polícia Militar.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Está no regimento interno. Está na legislação.

DEPUTADO HERMETO – Está na legislação, não é?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Está na legislação.

DEPUTADO HERMETO – Eu sei disso, mas talvez o público e a imprensa não saibam. Então, o DOP é o responsável por toda a operação. Por qualquer operação policial militar, no Distrito Federal, é o DOP o responsável?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – É o Departamento de Operações.

DEPUTADO HERMETO – *Ok*. Quem escalou o efetivo naquele dia?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Tudo parte, inicialmente... Eu volto a dizer: eu recebi que todas as providências haviam sido tomadas. Depois, tomei conhecimento, pelo relatório do interventor, que não havia o planejamento escrito. Foi criado um processo SEI e nesse processo SEI foi divulgado o Protocolo de Ações Integradas.

DEPUTADO HERMETO – Mas quem costuma escalar o efetivo?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Exatamente isso, é o que o plano determina. Quem deveria ter feito o plano é o DOP, ou eles definido ao comando de policiamento regional. Como o DOP detém sobre as outras unidades...

DEPUTADO HERMETO – É dele a responsabilidade.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Ele teria que emitir as determinações para que os efetivos fossem escalados.

DEPUTADO HERMETO – *Ok*. Então, o DOP é o responsável?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Segundo, que eu acho que já é a próxima pergunta. Sobreaviso.

DEPUTADO HERMETO – A segunda é a seguinte: quem determinou o sobreaviso para que os policiais ficassem...

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Então, a primeira coisa que se precisa entender é o seguinte: o sobreaviso ou prontidão faz parte do planejamento. O DOP...

DEPUTADO HERMETO – Só uma pergunta, porque houve uma intervenção aqui. A Coronel Cintia, quando esteve aqui, disse que desconhece sobreaviso na Polícia Militar. Eu até falei para ela que isso é comum na nossa corporação, porque eu – fui policial militar por muitos anos – que o policial militar, às vezes, até o oficial de dia pode ficar de sobreaviso e, em determinada ocorrência, pode ser chamado. É comum o sobreaviso na Polícia Militar.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Não. É comum, e outra coisa...

DEPUTADO HERMETO – Porque ela disse aqui que não era comum o sobreaviso de oficiais e de todos.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Deixa eu explicar.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pessoal, a palavra está com o

Relator, V.Exas. terão à oportunidade de falar também.

DEPUTADO HERMETO – É comum o sobreaviso de oficial?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Deixa eu explicar a V.Exa... Eu vou explicar de maneira que possam entender. Como as coisas não aconteceram como deveriam acontecer, porque o efetivo não tinha um planejamento específico, o sobreaviso está sendo, de uma forma ou de outra, sendo criticado. Mas o sobreaviso, em tese, seria o seguinte: como o planejamento está com o efetivo necessário – isso que foi informado...

DEPUTADO HERMETO – Não, eles colocaram, no planejamento que o senhor recebeu, que o efetivo estava suficiente.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Exatamente. Foi o que foi informado, inclusive...

DEPUTADO HERMETO – Informado por quem? Pelo DOP?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Informado ao subcomandante-geral. Foi informado ao subcomandante-geral que não havia...

DEPUTADO HERMETO – Ao subcomandante-geral por quem?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Pelo DOP.

DEPUTADO HERMETO – Pelo DOP.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Que não havia necessidade de prontidão. Então, o que que o subcomandante-geral fez preventivamente? Fez uma circular, por quê? Como todos os departamentos, que possuem os demais efetivos, são subordinados ao subcomandante-geral, ele emitiu uma circular determinando “olha, como há previsão de emprego maciço, massivo da tropa, a gente precisa deixar o efetivo em prontidão”. Isso está dentro das atribuições dele, em razão de que o DOP, no planejamento que havia informado ao subcomandante-geral – isso foi o que ele me passou –, não havia mencionado a necessidade de prontidão. Em razão disso que a circular foi feita.

DEPUTADO HERMETO – Então, só para eu entender...

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Deputado, se V.Exa. me permite só complementar aqui.

DEPUTADO HERMETO – Pode complementar.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – O que também faltou? O sobreaviso, ele tem que ser formalizado, tem que ter uma escala de sobreaviso. Então, a partir de sete horas esse, esse, e esse policial estão escalados. Me parece que essa escala também não foi feita.

DEPUTADO HERMETO – Então, quem determinou o sobreaviso foi o DOP?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – O DOP não pediu que fosse prontidão e solicitou o subcomandante-geral.

DEPUTADO HERMETO – Estava de sobreaviso.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Como o DOP não tem gerência sobre outros departamentos, a circular é feita pelo subcomandante. Mas cabe...

DEPUTADO HERMETO – Então, o subcomandante-geral, como o senhor, ele é assessorado pelos que estão. Então, o subcomandante-geral foi assessorado pelo DOP para colocar a tropa de sobreaviso. Certo?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Na verdade, ele foi assessorado que não necessitava de prontidão.

DEPUTADO HERMETO – Que não necessitava de prontidão, posteriormente, se não necessita...

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – E, a partir daí, preventivamente, também não vou deixar de folga, vou botar o pessoal de sobreaviso.

DEPUTADO HERMETO – Entendi. Então, só para esclarecer: o DOP sugeriu ao

subcomandante-geral que, naquele dia 8 de janeiro, o efetivo de que colocasse a tropa não de prontidão, que não haveria necessidade.

Que faça constar aí no depoimento que o DOP solicitou ao subcomandante-geral que não haveria a necessidade de prontidão. E o subcomandante-geral colocou de sobreaviso. Certo?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Só para esclarecer, para tentar organizar a ideia. O que chegou ao meu conhecimento, através do subcomandante-geral, é que o DOP não havia solicitado prontidão, porque entendia que o efetivo era necessário para o êxito da operação. E, a partir daí, preventivamente, deixou de sobreaviso, que o policial deveria estar, como eu mencionei para ao senhor, em condições. Porque eu quero ressaltar isso, Deputado, porque hoje a nossa polícia é uma polícia muito profissional. O policial militar, sabendo que está de sobreaviso, ele não vai para churrasco, ele não vai beber alguma coisa.

DEPUTADO HERMETO – Não. Em hipótese alguma.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Então, não é um negócio assim que ele...

DEPUTADO HERMETO – E ele é acionado imediatamente.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Imediatamente. E ele já está em condições. A farda já está passada, já fez a barba de manhã. Não é aquele negócio que vai pegar o cara de surpresa.

DEPUTADO HERMETO – Está bem. Então, nós vamos ter a oportunidade de esclarecer isso melhor, porque nós aprovamos o requerimento para o depoimento do subcomandante-geral na época e, hoje, Comandante-Geral, o Coronel Klepter. Ele vai esclarecer melhor isso aqui, Deputado Chico Vigilante.

Coronel Fábio, mais uma pergunta que eu acho que vai desembocar no DOP. Por que havia tão poucos homens na Avenida das Bandeiras, em frente ao Congresso Nacional? Pelas imagens, algo em torno de setenta a cem militares naquele local. E nós sabemos que aquele local é crucial, porque, se eles passarem dali, já era.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – É, o que eu preciso dizer para o senhor é que nós vamos ter a oportunidade de ouvir o Chefe do Departamento de Operações que estava em exercício no dia, o Coronel Paulo José...

DEPUTADO HERMETO – Nós já ouvimos ele aqui. Em exercício, está certo, está certo.

Quem indicou o Coronel Paulo José?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – O Coronel Naime.

DEPUTADO HERMETO – O Coronel Naime que indicou o Coronel Paulo José? Quem indicou V.Sa. para ser Comandante-Geral?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Eu fui indicado pelo Secretário Júlio Danilo. À época, como eu estava relatando aqui, era Subsecretário de Operações Integradas. Fui pego de surpresa. Eu não tinha, Deputado Chico Vigilante, a intenção de ser comandante-geral. O Deputado Hermeto sabe disso.

DEPUTADO HERMETO – Sei.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – E como o senhor relatou no início aqui, é comum uma corrida. E eu, olhando nos olhos de cada Deputado aqui presente, V.Exas., eu nunca vim aqui solicitar a ninguém...

DEPUTADO HERMETO – Nem nunca pediu politicamente a ninguém.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Nunca pedi politicamente a ninguém! Fui pego de surpresa. Digo a V.Exa.: se eu tivesse dormido uma noite, eu não tinha aceitado o Comando-Geral.

DEPUTADO HERMETO – E eu vou dizer para V.Exa. agora e para a CPI, que talvez não saiba, e para a mídia que o Júlio Danilo, o secretário que foi muito aclamado – e deve ser mesmo – pelo trabalho que fez no dia da posse do Presidente Lula, que fez um excelente

trabalho na Secretaria de Segurança Pública, sem dúvida alguma – inclusive o Ministro Flávio Dino o elogiou –, no dia que eu o encontrei no Palácio do Buriti, ele disse: “Hermeto, estou pensando em indicar o Coronel Fábio, você o conhece bem?” Eu falei: “É um excelente comandante, é altamente profissional.” O delegado Júlio Danilo perguntou a minha opinião e eu falei: “Você está escolhendo um excelente oficial”. Então, não houve interferência de nenhum político na indicação de V.Sa.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Que eu tenha conhecimento, foi indicação do Secretário Júlio Danilo. À época, a gente trabalhava juntos na Subsecretaria de Operações Integradas. Teria partido dele e o governador acatado.

DEPUTADO HERMETO – Eu quero ressaltar aqui também que algumas pessoas dizem: “Ah, interferência política!” Eu fiquei trinta anos na polícia, assim como Deputado Jorge Vianna é da saúde. É normal. É normal a Secretária de Saúde chegar para o Deputado Jorge Vianna, que é da área de saúde, e perguntar para ele a sua opinião. É normal em qualquer democracia.

É normal o Comandante do Corpo de Bombeiros perguntar para o Deputado Roosevelt alguma informação. Sabem por quê? Porque o Deputado Roosevelt ficou vinte e tantos anos no Corpo de Bombeiros. Isso é normal em uma democracia. Isso não é interferência política. Ninguém nomeia, quem nomeia é o governador.

Vamos lá, comandante. Quem da PMDF participou do PAI nº 2/2023?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – O PAI a que o senhor está se referindo...

DEPUTADO HERMETO – O do dia 8.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – O do dia 8 de janeiro. Quem compareceu à reunião foi o Major Leonardo, que era da sessão operacional do DOP – não sei se ainda está lá – e o Comandante do 1º Comando de Policiamento Regional, Coronel Casimiro.

DEPUTADO HERMETO – Casimiro.

O que o DOP e a inteligência da PMDF reportaram ao senhor sobre os atos do dia 8? O que o DOP e a inteligência da Polícia Militar passaram de informação para o senhor sobre o que veio a acontecer?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – O Departamento de Operações... Por várias vezes, o Coronel Paulo José me falou que estava sendo monitorado. O próprio Coronel Casimiro também falou, por várias vezes, que estava sendo monitorado e que, até então, o movimento não estava ganhando adesão. Quando chega, do dia 7 para o dia 8, eles começaram a aumentar o quantitativo de ônibus lá no acampamento. O tempo todo eles me informavam. Inclusive, sendo mais específico, o Coronel Casimiro, que estava acompanhando de perto a execução de tudo, por ser da área de competência dele, informava que o efetivo providenciado era suficiente, juntamente com as especializadas que eu havia dito, inclusive, para que fossem empregadas de forma massiva. E a inteligência... Eu acho que esse... Eu assisti aos outros depoimentos e acho que essa tem sido uma grande dúvida para todo mundo. Eu não sou formado em curso de inteligência, mas eu, que estava no terreno, percebi que, ao mesmo tempo que um postava uma informação que estava acontecendo, com um cara com um estilingue, depois vinham dez informações dizendo que o ânimo era pacífico e tranquilo. É importante entender que aquele extrato de inteligência postado no grupo de WhatsApp não é informe de inteligência que consta no relatório. Por quê? No extrato de inteligência está “O cavalo está em cima da rampa”. Já aconteceu. Não há um tratamento, não há uma análise pelo profissional de inteligência, e isso dificulta para o gestor tomar uma decisão sendo que é depois que a situação já aconteceu. Então, assim, vinham-se sendo relatados, na sua grande maioria, pequenos incidentes, ainda que graves, mas pequenos incidentes, em que as providências iam sendo tomadas. “Ah, o cara com estilingue.” Foi preso. Há inclusive uma consulta para mim em um desses grupos de WhatsApp da Polícia Militar que pergunta: “Ah, foi encontrado com estilingue”. “Leva para DP.” Vamos fazer a prisão de acordo com o crime que está sendo cometido.

DEPUTADO HERMETO – O que o DOP e a inteligência da PMDF reportaram ao senhor sobre os atos do dia 8/1? O que eles reportaram ao senhor, o senhor já disse aqui.

Havia alguma informação, coronel, quanto à possibilidade de invasões de prédios públicos? Passaram isso para o senhor?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Então, quando o Coronel Casimiro vai à reunião lá, ele mesmo retrata que o chamamento desse movimento era para uma possível invasão. E aí ele fala mesmo lá na própria reunião da questão dos outros órgãos, das outras instituições, de aumentarem o efetivo. E aí eu tomei conhecimento. Depois que ele vem da reunião, ele me manda algumas coisas, mas fala: “Fique tranquilo, que nós vamos empregar um efetivo suficiente para...”

DEPUTADO HERMETO – Deixou o senhor tranquilo, então?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – É.

DEPUTADO HERMETO – Quem deixou?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – O Coronel Casimiro falou e ele disse que estava em contato com o DOP fazendo as tratativas...

DEPUTADO HERMETO – Mas o Coronel Casimiro recebe ordem de quem diretamente?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Ele é subordinado ao Chefe do Departamento de Operações, que...

DEPUTADO HERMETO – Do DOP?

FÁBIO AGUSTO VIEIRA – No dia, era o Coronel Paulo José.

DEPUTADO HERMETO – Coronel Paulo José no dia.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Inclusive gostaria de relatar que nós tivemos uma reunião de alto-comando na sexta-feira e após a reunião...

DEPUTADO HERMETO – Então, o Coronel Casimiro tranquilizou...

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO HERMETO – Deputada, quando a senhora tiver a palavra, a senhora fala, está bem? Quando V.Exa. tiver a palavra, a senhora fala.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO HERMETO – A senhora não está com a palavra. V.Exa. não está com a palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Hermeto, é o seguinte: nós vamos seguir...

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO HERMETO – Deputada, eu não tenho nada para esconder. Quem está tentando esconder acampamentos aqui não sou eu, não.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Hermeto, nós vamos seguir como sempre seguimos, e eu não vou aceitar interferência de ninguém.

DEPUTADO HERMETO – Quem está tentando esconder acampamentos aqui não sou eu, não.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Os Deputados que chegaram na hora terão direito a palavra, não vão falar agora. Está com a palavra V.Exa.

DEPUTADO HERMETO – Obrigado, Presidente. Até perdi onde estava.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – O senhor perguntou a quem o Coronel Casimiro era subordinado.

DEPUTADO HERMETO – É, é subordinado ao...

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Ao Chefe do DOP, que, nesse caso, era o Coronel

Paulo José. E aí eu estava dizendo que eu tinha ido a uma reunião. A gente tinha feito uma reunião de alto-comando. Quando terminou a reunião de alto-comando, eu chamo o Coronel Paulo José e pergunto para ele.

DEPUTADO HERMETO – Ele tranquilizou o senhor.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Ele fala que não tem informações detalhadas ainda, isso na sexta-feira por volta de dez e quarenta, onze horas da manhã, não sei precisar o horário, mas ele me fala: “Pode ficar tranquilo”. E aí eu ressalto com ele a importância de a gente empregar um grande efetivo e sobretudo a questão das especializadas, ROTAM, cavalaria, choque, BOPE etc.

DEPUTADO HERMETO – Obrigado.

Coronel, a Coronel Cintia se exime de qualquer responsabilidade, sob o argumento de que seu papel se encerrou com a confecção do PAI do dia 2 de 2023 (*sic*). Ela disse que naquele dia encerrou toda... O senhor concorda?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Eu posso especificamente falar... Na verdade, não é nem que eu concorde, é o que está previsto na legislação...

DEPUTADO HERMETO – Na lei.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – O que acontece? O Subsecretário de Operações Integradas, a subsecretaria, é responsável pela integração das agências. Eu comecei a explicar isso aqui. Ela não tem o papel de fiscalização e executoriedade: obrigar que a instituição faça isso ou faça aquilo. E outra coisa, quando ela faz a reunião que confecciona o protocolo e envia para as agências, terminou o papel da subsecretaria. Eu tinha um perfil como subsecretário – e o Deputado Fábio Félix sabe disso, porque estivemos em várias manifestações – de acompanhar as manifestações para que novas sugestões pudessem vir em novos protocolos. Então, é exatamente isso. E aí – se V.Exa. me permitir –, uma coisa que não tem sido falada muito é sobre o Protocolo Tático Integrado, não é? Isso aqui é importante a gente falar. O Protocolo Tático Integrado é o embrião das operações integradas no Distrito Federal. Ele foi... Apesar de existir antigamente, não existia um centro integrador que hoje, pela legislação, é o Centro Integrado de Operações de Brasília que é uma coordenação da SOPI.

Então, é importante entender que esse Protocolo Tático Integrado envolve órgãos federais, órgãos distritais da diversa natureza. E que nesse protocolo, à época, quando foi feito, há um compromisso de que as instituições, cada uma, tenham as suas atribuições previstas no protocolo, ou seja, a instituição concordou que aquilo ali seria parte dela. E aí esse Protocolo Tático Integrado estabelece que o Congresso é responsabilidade da Polícia Legislativa; o STF, da Polícia Judicial; e o Palácio do Planalto fica a cargo do GSI e dos apoios que ele tem lá do BGP e do RCG. Então, esse protocolo ele traz bem definido isso aí. Então, ele é o embrião das operações integradas. Lá atrás foi feito isso.

DEPUTADO HERMETO – Você terminou de responder a minha pergunta? Então, eu vou fazer a outra.

Mesmo assim, ela participou de uma reunião com a Polícia Federal na qual foi informada sobre as intenções dos manifestantes no dia 8. Ela comunicou isso ao senhor? Já que ela até encerrou... Porque ela disse que o papel dela era só naquele momento. Mas ela participou e ela informou isso para o senhor?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Deputado, o senhor fala de uma reunião com a Polícia Federal?

DEPUTADO HERMETO – É. Exatamente.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Eu não me recordo, do que eu tomei conhecimento dessa reunião... E aí se me permitir eu estender um pouco mais...

DEPUTADO HERMETO – Não... Com tranquilidade.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – É. O que acontece? Quando eu era Subsecretário de Operações Integradas, normalmente a gente era demandado – à época era o Secretário Júlio

Daniilo – para essas reuniões. Quando me tornei comandante-geral, havia um procedimento na secretaria de que eventos que tivessem um certo risco e um grau de ameaça, de imediato, o secretário convocava – o Secretário Júlio Danilo convocava – o chefe das forças de segurança para uma reunião onde seriam socializadas as informações. Em seguida, instalava-se o gabinete de crise, instalavam-se células de inteligência integrada presencialmente para acompanhar o movimento, para acompanhar tudo aquilo que estava acontecendo e, se necessário fosse, remanejar efetivo, empregar o efetivo da melhor forma possível, de uma forma otimizada. Com a mudança da secretaria, da cúpula da secretaria, eu imagino que não houve tempo hábil para fazer uma reunião de alinhamento operacional. Então, esse fluxo foi quebrado. E aí a gente... Por exemplo, nessa reunião aí seria importante que todos os chefes das forças estivessem presentes, mas a gente não foi convocado, não foi chamado para essa reunião a que o senhor está se referindo.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Thiago Manzoni, neste momento não haverá questão de ordem.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Não tem questão de ordem. O Deputado Hermeto vai terminar as indagações.

Deputado Thiago Manzoni, não tem questão de ordem. Está com a palavra o Relator.

DEPUTADO HERMETO – Eu obedeço a Presidência, e o Presidente é S.Exa. Se eu fosse o presidente, eu passaria a palavra para V.Exa.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO HERMETO – Está bem.

O senhor terminou, não é? Então, eu vou aqui...

A Coronel Cintia disse que o papel dela se encerrava ali – ela disse isso aqui. Mas ela participou de uma reunião, depois disso, com a Polícia Federal e da qual o senhor não tem conhecimento.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Eu não me lembro se fui informado dessa... O que eu posso dizer para V.Exa. é que eu não fui convocado para essa reunião.

DEPUTADO HERMETO – Você coloca isso em...

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – E eu não sei, Deputado, também, dizer a V.Exa. quais foram ordens que ela recebeu do Secretário Fernando, que estava à frente da secretaria nesse momento.

DEPUTADO HERMETO – Está bom.

O senhor chegou a conversar com o General Dutra a respeito da desmobilização do acampamento? O senhor disse que conversou, não é?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Eu estive presente no dia 29, que era a nossa última tentativa de desmobilizar ainda antes da posse. E eu cheguei a conversar com o General Dutra, explicando para ele sobre as razões de a Polícia Militar ter um grande efetivo para poder atuar no auxílio da desmobilização do acampamento.

DEPUTADO HERMETO – Segundo informações, o Coronel Paulo José Ferreira de Sousa Bezerra, responsável pelo DOP nos dias 6, 7 e 8 de janeiro, apenas elaborou a Circular nº 13, encaminhando o PAI nº 2/2023 para as unidades subordinadas, para que essas se atentassem para as providências pertinentes ao dia 8, e que não foi feito o devido planejamento do DOP para que, dessa forma, fosse discriminado o efetivo em forma de atuação. Sabia disso?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Eu tomei conhecimento através do relatório do interventor, depois que os fatos já tinham acontecido.

DEPUTADO HERMETO – Mas é estranho, não é?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Deputado, não é o protocolo, não é o procedimento da Polícia Militar. O procedimento é fazer um planejamento para que, sobretudo, quem quer que seja o comandante, ele tenha detalhado o que vai, como ele vai executar a operação.

DEPUTADO HERMETO – Aqui consta que o DOP sequer solicitou água e alimentação para os poucos militares escalados no dia 8. O senhor tem conhecimento disso?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Eu tive conhecimento quando cheguei ao local, lá, conversando com o Comandante Major Flávio Alencar, de que não havia esse apoio logístico lá. Tentei resolver, também – viu, Deputado? Liguei para o DLF e tudo, mas conseguimos só a água, porque o contrato de alimentação previa uma demanda anterior de cerca de 72 horas, parece-me.

DEPUTADO HERMETO – Aqui há uma pergunta que o senhor já respondeu: quem determinou que a tropa ficasse de sobreaviso? Vou pular para sermos mais rápidos.

O senhor esteve em campo no dia 8. O senhor estava presente e foi ferido. O senhor percebeu, em algum momento, o pouco efetivo? Na hora, o senhor viu?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Deputado, como V.Exa. disse, a parte da manhã foi uma parte muito tranquila. Até mais ou menos às 11h, eles nem tinham a intenção de descer. E, depois, eles decidem, numa conversa lá, que desceriam por volta de 13h. Até esse momento, o efetivo que tinha lá – e, aí, eu quero relatar que a gente não pode contar só com a linha. Nós tínhamos todo um perímetro de proteção lá que estava... à minha visualização, era suficiente. Mas como o Coronel Casimiro havia relatado, inclusive, que novos efetivos chegariam... aí eu ressaltai a ele que: "Oh, você está sabendo que eles vão descer 13h, não é? Então, tem que ser dentro disso daí." E aí ele falou que estava tudo dentro do planejamento, que ele estava vendo com o Coronel Paulo José e estava tudo...

DEPUTADO HERMETO – O senhor cobrou a presença de mais militares?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Cobrei a presença de mais efetivo.

DEPUTADO HERMETO – Cobrou para quem?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Cobrei para o Coronel Casimiro e Coronel Paulo José.

DEPUTADO HERMETO – Que é o...

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Chefe do DOP em exercício.

DEPUTADO HERMETO – Chefe do DOP em exercício.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – E o Coronel Paulo Casimiro era...

DEPUTADO HERMETO – E o que eles disseram para o senhor?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Disseram que o efetivo estava chegando, que estava conforme o planejamento.

DEPUTADO HERMETO – E esse efetivo chegou?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Deputado, o que acontece. Na hora em que eu estava na linha lá – e aí isso se mostrou pelas imagens que a gente viu, pelos fatos ocorridos –, eu não sei dizer para o senhor aonde que chegou e se chegou. Porque, logo depois, a linha foi rompida e aí eu saí para o *front*, para o combate, para poder tentar, de alguma forma ou de outra... Aí tentava ligar. Não conseguia. Tentava acionar via rádio, porque, devido ao quantitativo de pessoas, houve uma dificuldade das comunicações.

DEPUTADO HERMETO – A chegada do efetivo de sobreaviso foi primordial para a PMDF recuperar os prédios federais e prender os manifestantes? Quando chegou o efetivo que estava de sobreaviso foi primordial?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Foi primordial.

DEPUTADO HERMETO – Primordial, não é?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Primordial.

DEPUTADO HERMETO – Então, se esse efetivo de sobreaviso tivesse sido empregado,

não haveria as invasões. O senhor concorda?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Não dá para prever.

DEPUTADO HERMETO – Não dá para prever.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Mas o que eu quero dizer a V.Exa. ali que há uma coisa que não foi mencionada por mim aqui ainda que é a questão do gradil lá na frente do Congresso.

DEPUTADO HERMETO – Hum.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Aquela última linha de contenção, como o Congresso tem a frente muito ampla e os gradis não estavam... Eles eram duplos, mas não tinha a contenção que evitasse... porque eles puxaram o gradil para cá, que estava na frente, e empurraram o que estava atrás. Se tivesse a contenção que a gente chama de barramento, que é feito com outro gradil amarrado, ele teria puxado e a grade não teria saído do lugar e aí isso facilitaria... Se o senhor me permite citar um episódio específico.

DEPUTADO HERMETO – Claro. A gente tem todo o tempo, até meia-noite.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – No dia 6 de setembro de 2021 – V.Exa. deve saber, mas a grande parte da população não sabe –, quando os caminhões furaram o bloqueio e invadiram a Esplanada, estávamos na Esplanada eu, o secretário executivo, o Delegado Milton Neves e o comandante aposentado da Marinha Márcio Lobo. E nós ultrapassamos – com um Corolla do secretário executivo –, atravessamos na frente dos comboios dos caminhões, retardando eles, descemos dos veículos. Como os gradis estavam montados, nós conseguimos montar na via, impedindo que eles chegassem ao STF. Se eles tivessem chegado ao STF, seria um completo caos, não é? E foi uma operação que durou mais de cinco dias depois para fazer a desocupação.

DEPUTADO HERMETO – Eu quero que o nosso escrivão aqui da Polícia Civil dê ênfase aqui para mim. Segundo palavras do Coronel Fábio: “o efetivo que estava de sobreaviso foi primordial, foi determinante para a retirada e recuperação dos prédios públicos”.

Estamos chegando ao final.

Para eventos pequenos, com baixa probabilidade de agressividade de manifestantes, sempre são utilizados grandes efetivos de tropas de choque, equipamentos de eixo, esqueletos. Esqueletos, para quem não sabe, é aquele equipamento...

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Exoesqueletos.

DEPUTADO HERMETO – Exoesqueletos. O efetivo é dimensionado para menor de acordo com a informação prestada pela inteligência e pelo planejamento. Certo?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – O senhor pode repetir? O início ficou confuso aí.

DEPUTADO HERMETO – Para eventos pequenos, com baixa probabilidade de agressividade de manifestantes, sempre são utilizados grandes efetivos. Por exemplo, mesmo que a probabilidade de acontecer alguma coisa grande seja baixa, sempre são utilizados grandes efetivos, tropa de choque, equipamento, exoesqueleto – etc., etc., etc. –, com informações prestadas pela inteligência. O que faltou, então? Por que, se para um evento tão menor do que aconteceu no dia 8 usamos tudo isso, isso não foi planejado para o dia 8?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Pois é, isso é o que nós precisamos descobrir. Qual foi o gargalo na falta do planejamento prevendo... Isso, inclusive, eu relatei, aqui, que uma das coisas que contribuiu para esse rompimento da linha foi a ausência de equipamentos de proteção individual: escudo, capacete, exoesqueleto. Isso daí faz a diferença para a proteção do policial. Então, às vezes, uma imagem acaba sendo enxergada de outra forma porque o policial não estava equipado adequadamente. Eu tinha percebido e tinha solicitado também que isso fosse corrigido. E olha, Deputado, eu já vinha falando com o Coronel Naime – há algum tempo – sobre essa questão de policiais que estavam presentes em manifestação, muitas vezes, não usando o equipamento de proteção individual. E pedia sempre que fosse corrigido. Chegaram alegar, uma vez, que estavam com dificuldade do equipamento. Não sei se V.Exa. tem conhecimento, mas nós recebemos uma doação da China. Só que esses

exoesqueletos são verdes, que é uma doação. E aí eles estavam com receio de usar por ser verde, e eu falei: "Meu amigo, o que importa é a proteção do policial, vamos usar esse exoesqueleto".

DEPUTADO HERMETO – Pode ser verde, vermelho, pode ser qualquer cor, tinha que usar.

A falta de informação de inteligência ou uma avaliação de inteligência errada influem na qualidade de planejamento operacional?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Bastante.

DEPUTADO HERMETO – Bastante.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Bastante.

DEPUTADO HERMETO – Para terminar, peço que o senhor complete seu raciocínio referente à linha do tempo dos eventos de chegada do dia 8, que não foi concluído durante as perguntas anteriores. É só para o senhor completar seu raciocínio.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – O que eu gostaria de dizer sobre o dia 8 é que eu havia sido informado, constantemente, que as providências estavam sendo tomadas. Esses oficiais que estavam à frente são oficiais com mais de 29 anos, 30 anos de serviço; oficiais que, à época, como o comandante, gozavam da minha confiança. E dizer para o senhor que eu, pessoalmente, como comandante-geral, quando vou a uma operação, eu não assumo a operação, eu não avoco a operação para mim. Pelo contrário, eu sou um fator de motivação aos policiais militares. O meu papel ali não é permanecer, inclusive, o tempo todo na manifestação. Eu permaneci nessa manifestação por uma questão de necessidade dos fatos ocorridos. E fomos nós, graças à minha liderança lá junto às tropas – tanto no STF quanto no Congresso Nacional –, determinando ao comandante do choque – que estava a maior parte lá no Palácio do Planalto – que realizasse as prisões; que realizasse, do que não fosse possível, a dispersão para afastar o eminente perigo daquela situação. E, a partir daí, a gente pudesse reestabelecer a ordem pública ali, recuperar os prédios públicos – e isso foi feito pela Polícia Militar do Distrito Federal. Importante consignar – ficar consignado – que não houve comprometimento. Eu não presenciei nenhum policial, em qualquer momento, sendo conivente com o movimento. O que eu vi foram policiais combativos tentando recuperar e restabelecer a ordem e o Estado democrático de direito, que estava ameaçado ali, naquele momento.

DEPUTADO HERMETO – Chego ao final e, antes de fazer a minha finalização, pergunto ao senhor: houve alguma coisa que foi interrompida aqui, que o senhor não tenha conseguido falar? Isso é para que ninguém de má-fé possa alegue que eu cerceei o direito do senhor. O senhor quer falar mais alguma coisa? O senhor tem todo o tempo do mundo. Há alguma coisa que o senhor queira falar?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Deputado, eu estou aqui para prestar esclarecimentos e não me senti cerceado, se o senhor se satisfaz com essa resposta, porque, na verdade, grande parte da pergunta retrata realmente a forma, a dinâmica como os fatos ocorreram. Um ou outro Deputado vai fazer outra pergunta que talvez a gente consiga complementar aqui, nesse momento.

DEPUTADO HERMETO – Eu quero terminar dizendo que, como muitos Parlamentares que não têm político de estimação, eu não tenho oficial de estimação, eu não tenho policial de estimação, eu não tenho ninguém de estimação. Sou policial militar e estou Deputado. Sou veterano da Polícia Militar, mas estou sentado nesta cadeira como Parlamentar e Relator desta CPI. Com toda imparcialidade e toda transparência será feito o meu relatório.

Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor quer ir ao banheiro?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Deputado, estou pronto.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Vou suspender a reunião por cinco minutos.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Eu aqui estou à disposição. O senhor é quem manda aí.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Vou suspender por cinco minutos para que o senhor e os advogados possam ir ao banheiro. Sei que o senhor é policial e acostumado a ficar muito tempo. Não é, Deputado Bispo?

Está suspensa a reunião.

(Suspensa às 12h14min, a reunião é reaberta às 12h21min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Declaro reaberta a reunião. Retomamos os nossos trabalhos.

Concedo a palavra ao Deputado Fábio Félix por até 23 minutos.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Obrigado, Presidente. Boa tarde – já é boa tarde, 12h22min – a quem assiste a nós pela *TV Câmara Distrital*. Boa tarde, Coronel Fábio. Seja bem-vindo à Câmara Legislativa do Distrito Federal. Obrigado por prestar esclarecimentos, hoje, a esta Casa. Acho que o senhor é uma testemunha muito importante pela experiência que tem na área da Esplanada dos Ministérios, pelos conhecimentos que tem sobre a importância da Polícia Militar na defesa daquela região e também por, naquele momento, ter sido o Comandante-Geral da Polícia Militar. Então, acho que os esclarecimentos que V.Exa. prestar hoje para esta Casa serão muito importantes para a investigação que esta Casa conduz.

Eu queria começar me solidarizando pelos ferimentos, pelo dia. Parece-me que o senhor sofreu uma série de ferimentos no dia e esteve em campo trabalhando. Acho que é importante, também, que o senhor tenha estado lá, no terreno, até porque pode nos ajudar a entender o acontecido.

Antes de ser o Comandante-Geral da PM, o senhor foi o Subsecretário de Operações, que é o cargo ocupado hoje pela Coronel Cintia, correto?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Sim, senhor, secretário, com a minha alçada e o convite aceito para o comando-geral, a Coronel Cintia foi indicada pelo Secretário Júlio Danilo para assumir a Subsecretaria de Operações integradas.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Nesse momento que o senhor ocupava esse local, acompanhei muitas manifestações como Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar e dialogamos algumas vezes na Câmara Legislativa do Distrito Federal, em reuniões de preparação para outros tipos de manifestações. O senhor conduzia uma série de reuniões, organizava paz, naquele contexto. Como o senhor enxerga a onda, desde que o senhor foi nomeado Subsecretário de Operações, das manifestações bolsonaristas? Como eram feitos os acordos? Como é que era a dinâmica dessas manifestações? A impressão que eu tinha era que a secretaria tinha dificuldade na organização dessas manifestações. O senhor concorda? Explique um pouco para a gente.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – É... Deputado, eu acho que nós sempre... é importante ressaltar que aqui tivemos vários pontos divergentes, mas nunca faltou respeito e diálogo entre nós.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Com certeza.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Isso é muito importante. E eu acho que, numa vez, eu até comentei com V.Exa. que havia uma dificuldade muito grande pela falta de uma liderança para conduzir os interesses que eles propunham lá. Isso já se inicia quando eu assumo a Subsecretaria de Operações Integradas. Às vezes, uma reunião, ela durava muito tempo em razão de pontos divergentes entre eles mesmos. Eram cinco, seis carros de som, e a gente queria disciplinar. O senhor sabe como a gente buscava ser o mais justo possível. Era chamado, muitas vezes, até de rígido, mas V.Exa. sabe do quanto a gente buscava ser o mais justo possível, mas em prol da segurança e da ordem pública daqueles manifestantes que ali estavam. Podia comparecer um manifestante antagônico, então, a gente tinha que fazer um planejamento que pudesse, de uma forma ou de outra, evitar...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Era mais caótico o processo de planejamento com esse segmento?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – É. No transcorrer, à medida que as reuniões foram, cada um queria uma coisa, era época de pandemia. Aí, tinha...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Muito desrespeito às medidas sanitárias.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Na época, eles não queriam cumprir as medidas sanitárias e, aí, o DF Legal, sempre querendo fazer o papel do DF Legal... E aconteceu que, às vezes, eram as reuniões acaloradas, esse negócio, mas tudo previsto dentro de uma reunião. E aí, só para frisar aqui, essas reuniões da Sopi, a gente, não... primeiro, faz-se a reunião para saber a intenção de quem protocolou a manifestação, de quem... e isso é importante – viu, Deputado? –, porque, quando a gente tem um protocolo de manifestação, a gente tem um responsável pela manifestação. Hoje, a gente enfrenta uma certa dificuldade em razão de que, muitas vezes, a manifestação não tem liderança. A gente fica sabendo através da rede social. E, aí, não tem uma liderança, não tem um responsável, não tem com quem dialogar para tentar organizar.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Em 2021, houve um grau razoável, até grande, de violência no 7 de setembro: invasão de caminhoneiros na Esplanada dos Ministérios. Como foi a atuação da PM nesse dia?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – É, a Polícia Militar... Eu era Subsecretário de Operações Integradas. Quem coordenava a parte da Polícia Militar de execução do planejamento era o Coronel Naime.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Ele já era do Departamento de Operação.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Já era o Chefe do Departamento de Operações. O Comandante-Geral era o Coronel Vasconcelos e...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas o senhor sempre acompanha as coisas no terreno.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Tanto é que eu, juntamente com o Secretário...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Porque a ordem era não entrar caminhões. Depois, teve uma invasão.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Não era entrar caminhões.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Houve divergência entre o Departamento de Operações e o comando do senhor nesse dia?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – É, na verdade, não é comando. Na verdade...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O Comando da PM.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Assessoramento lá do subsecretário. É, houve uma divergência em razão do posicionamento de dois Jerseys. Jersey é aquele bloco de concreto. Eu queria fechar completamente ali a entrada da Esplanada na altura da Alça Leste. E aquela passagem foi me justificado que ela estaria aberta para que as viaturas pudessem passar. E eu, de imediato, informei ao Chefe do Departamento de Operações, Coronel Naime, que aquilo ali poderia ser alguma coisa que facilitasse a entrada dos caminhões, que estava prevista para zero hora.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Naquele momento, a gente já teve um problema na segurança pública da cidade. Aquele dia já foi considerado, no meu ponto de vista, um dia caótico.

O senhor, depois, virou Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal. O senhor já respondeu bastante aqui ao Deputado Hermeto sobre interferência política. Como o senhor foi nomeado Comandante-Geral da PM?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Eu fui indicado pelo Secretário Júlio Danilo. Eu era o subsecretário de operações integradas.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Já trabalhava com ele?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – O comandante saiu, e ele... Foi de surpresa mesmo. Ele não me chamou lá e: "Oh, vem aqui que eu vou te...", não. Ele chamou para uma reunião. Eu estava inclusive em uma reunião com todos os servidores dos ministérios da segurança falando sobre o *design* de ambiente. Ele falou: "Venha ao meu gabinete agora que eu preciso tratar de um assunto urgente". Eu achei que era uma manifestação, alguma coisa. Eu cheguei lá, e ele falou: "Estou indicando o senhor para ser o comandante-geral".

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Convidado. Aceito. Virou comandante-geral. Depois, para estruturar a equipe do Comando-Geral da Polícia Militar, o senhor teve dificuldade de escolher e nomear os seus ou aqueles que o senhor confia para a execução do trabalho na Polícia Militar?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Eu...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Porque o senhor disse, acho que é importante relatar, o senhor disse em depoimento que... O senhor, "perguntado se a nomeação de todos os oficiais do alto comando da PMDF e demais oficiais em função de comando e responsáveis pelo planejamento operacional foram indicações suas, se não, quem os indicou?", respondeu que "ao assumir o comando tentou trocar alguns oficiais pertencentes ao alto comando. Porém não conseguiu. Que um desses oficiais era o chefe do Departamento de Operações. No entanto, recebeu, via processo SEI-GDF, a informação de que, conforme tratativas, o processo seria restituído. Que reiterou o pedido. No entanto, recebera o mesmo despacho e que não houve tratativas com este declarante".

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Exatamente. O que acontece? Quando eu assumo o comando-geral, é evidente que a gente não vai trocar todo mundo. A gente tem que estudar, deixar a equipe trabalhar, observar, apesar de a gente conhecer a estrutura da Polícia Militar. Mas o que é importante dizer é que eu não tenho nenhum problema com o Coronel Naime. Sempre foi a nossa relação de respeito, tratamento urbano e tudo. Mas eu entendia, naquele momento, que o perfil que eu gostaria para o Departamento de Operações era de uma outra pessoa. E o Coronel Naime já havia solicitado ao comandante-geral anterior, já havia um processo em andamento, que solicitava, a pedido do próprio Coronel Naime, a exoneração. O que eu fiz na verdade foi concordar. E, quando veio, conforme tratativas, restituo o processo... Acho que o senhor leu aí...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor colocou: "Restituo o processo" e o senhor reiterou a tentativa de exoneração do Coronel Naime.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Eu reiterarei porque eu gostaria de colocar uma pessoa no processo. E o secretário falou: "Oh, parece que o Coronel Naime desistiu e ele vai permanecer".

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então o Coronel Naime continuou trabalhando com o senhor, mesmo o senhor tendo tentado por duas vezes... Esse processo foi restituído, o senhor reiterou, e o Coronel Naime continuou com o DOP. Ele era do Departamento de Operações da Polícia Militar.

Sobre o acampamento, eu queria...

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – V.Exa. quer que eu detalhe o fluxo? Porque tudo da polícia passa pela secretaria e segue para o governador. Então, só sei até a secretaria.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – A gente pode solicitar esse documento. Como o meu tempo é curto... Eu vou pedir licença ao senhor porque tenho dezesseis minutos ali. Depois a gente pede os documentos do SEI. Acho que o importante são as informações de que o senhor tentou, reiterou e não foi permitida, naquele momento, a troca do departamento de operações. Parece-me que, independentemente do respeito que V.Exa. aponta ter pelo Coronel Naime, havia talvez diferenças de trabalho e uma avaliação de critérios, que é natural nas nomeações, quando se está à frente de uma área.

Quando o senhor ficou sabendo sobre o acampamento? A gente vai entrar um pouco na discussão do acampamento porque há uma divergência. Algo que precisa ficar claro para nós sobre o acampamento. A Coronel Cintia veio aqui e disse que sempre foi a intenção da Secretaria de Segurança Pública e a intenção do Comando da Polícia Militar retirar o

acampamento ali da frente. Eu já negociei com o senhor acampamento em outros momentos. Eu sei que acampamento na área tombada do DF é difícil de negociar. Os acampamentos que são autorizados nessa área são com prazo para começar, prazo para terminar, com alvarás sendo emitidos pela Administração do Plano, pela vigilância sanitária, a cozinha que é montada... Todos os detalhes são acompanhados pela Secretaria de Segurança Pública.

Então, quando eu vi aquele acampamento na área do Exército, aquilo me chocou um pouco, porque não se trata de livre manifestação apenas, trata-se de uma discussão de controle de fluxo na área tombada, que era, inclusive, o discurso que a Secretaria de Segurança Pública apresentava para nós todas as vezes em que nós levávamos uma demanda em relação a esse tema. Então aquilo me chocou um pouco.

De fato, a PM e a Secretaria de Segurança Pública – o senhor era Comandante-Geral –, tentou, tinha a intenção de desmobilizar aquele acampamento?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Deputado, nós não só além de termos tentados por essas três vezes... Eu vi até V.Exa. perguntando, acho que foi para a própria Coronel Cintia, a questão de que: "Ah, mas quando chegava lá era para tirar os ambulantes, não é?".

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – É porque o PAI sempre fala: "Combater atividade irregular".

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – É. Mas a solicitação do comando do Exército inicial, quando da gente – que era a nossa intenção –, era de retirar o acampamento. Qual é a diferença? A diferença é que o local que o senhor queria instalar o acampamento, a responsabilidade é da Administração de Brasília. Então, embora fosse difícil, ou fácil como o senhor informou, a administração que fazia esse gerenciamento. No caso daquela área sendo área pública tombada, ela está sob a Administração Militar do Exército Brasileiro. Se ele não permitia a entrada lá...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então vocês chegavam com a intenção, e o Exército não deixava vocês entrarem?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – No dia 29, nós mobilizamos cerca de 500, 550 homens para fazer essa desmobilização, porque nós tínhamos essa preocupação depois do dia 12, por questão da posse. A operação foi cancelada a pedido do general que falou que faria a desmobilização utilizando os meios do Exército Brasileiro – o General, Comandante Militar do Planalto.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – E a desmobilização? Então ele falou para vocês que faria a desmobilização, e a desmobilização, posteriormente, como a gente sabe bem, não foi feita, não é?

Sobre ainda o dia 8. O senhor teve notícia de alguma interferência ou pedido do antigo Ministro da Justiça, Anderson Torres, sobre o acampamento, pela manutenção, defendendo a manutenção do acampamento?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – É importante dizer que eu nem conhecia o Ministro a não ser de vista, não é? O senhor, eu já tratei, conversamos várias vezes.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – O Deputado Thiago Manzoni conheço de vista.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas o senhor teve notícia?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Não tive notícia, pelo menos que eu tenha conhecimento, que tenha chegado ao meu conhecimento e tampouco da parte dele. Eu recebi uma ligação do ministro na hora em que o Congresso já estava invadido. Eu não consegui ouvir direito. Mais tarde, eu vi uma mensagem dele, dizendo assim: "Não deixe chegar ao Supremo".

Porque a internet não estava funcionando adequadamente em razão do quantitativo de pessoas dentro do Congresso Nacional.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Vou falar um pouco sobre o Ministro Anderson Torres. O

senhor disse que não o conhece muito. Eu acho que é importante. Primeiro, quero parabenizar o senhor porque o senhor disponibilizou o celular, a sua senha, enquanto alguns sumiram com o celular, disponibilizaram senhas incorretas. Isso é uma demonstração de que quer, pelo menos, prestar contas, colaborar com as investigações. Eu acho que várias falas do senhor têm sido importantes para que a gente possa elucidar, elaborar um pouco sobre o que aconteceu naquele dia.

O senhor disse que não tem relação com o Anderson Torres. O senhor tem conhecimento da relação de coronéis da Polícia Militar com o Sr. Anderson Torres?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Deputado, como eu não o conhecia, não tinha proximidade, eu não sei dizer para o senhor.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor tem conhecimento da relação do Sr. Anderson Torres com o Coronel Naime?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – De... Assim, de amizade?

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim. Se eles eram compadres?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Não. Acho que não. Não sei. Acho que não. Imagino que não. O que eu sei é que, quando ele foi secretário e o Coronel Naime era comandante do Quarto CPR, ele visitava muito a Ceilândia, e o Coronel Naime o recebia lá como comandante, algumas vezes.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Só uma relação profissional.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – O que eu ouvi falar foi isso, pelo próprio Coronel Naime.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está certo. O senhor sabia que o Anderson Torres se encontrou com o General Dutra no dia 6 de janeiro? O senhor sabe o que foi tratado nessa reunião?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Não. Eu soube pela Comissão Parlamentar de Inquérito assistindo aos depoimentos, mas eu não fui convidado para a reunião.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor teve alguma reunião com o Sr. Anderson Torres entre o dia 1º e o dia 8?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – O despacho com o secretário era sempre nas terças-feiras, e ele já havia cancelado, então, terça-feira que antecede o dia 8 de janeiro. Ele tinha cancelado o despacho, mas aí, depois, ele pediu para eu comparecer à secretaria. Nós ficamos dez minutos conversando. O que foi tratado? Efetivo da PM, viaturas e operações que a PM vinha fazendo para fazer... Inclusive, eu ressalto aqui que a gente devia estar aqui discutindo era até melhorias, porque nós tivemos, no ano de 2022, os melhores índices em Crimes Violentos Letais Intencionais, os menores da história dos últimos 45 anos, desde que passou... Infelizmente, isso não se tornou tão público por conta dos atos do dia 8, mas não foi nada além disso. Ele informou que estaria de férias e, quando voltasse, faria uma reunião com o chefe das forças; e eu informei que estaria de férias e se teria algum problema também.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – A intenção do Sr. Anderson Torres era manter o senhor como Comandante-Geral da PM?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Não sei. Ele não falou.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Não teve essa afirmação?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Não teve tratativa sobre isso. Ele perguntou: efetivo, viatura e operações feitas pela polícia.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Foi uma fala bem objetiva a conversa?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Foram cerca de dez... Eu imagino que dez a quinze minutos.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Há uma tese que atribui o dia 8 de janeiro a um apagão na Inteligência. O senhor concorda com essa tese ou o senhor acha que houve informações

suficientes?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Eu acho que houve confusão. Eu, que estava no terreno lá vendo, e Vossa Excelência até chegou aqui perguntar, salvo engano, para a subsecretária de inteligência. Porque é aquilo que eu falei: para mim, esse extrato de inteligência é como se fosse uma foto, o negócio já aconteceu. O relatório de inteligência, que precisa estar subsidiado com uma análise, um tratamento, ele é um filme; então ele é que vai trazer ao gestor – e eu estou falando como quem era o gestor...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas houve o Relatório de Inteligência nº6, que fala de todas as tentativas, de golpe de Estado...

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – É, então, mas ela diz que entregou esse relatório. Mas aí eu posso explicar o fluxo? Tem tempo de explicar? Como era antes – para o senhor entender – quando eu era Subsecretário de Operações Integradas? Quando eu era Subsecretário de Operações Integradas, o Subsecretário é o Dr. George Estefani. Ele entregava o relatório, por aplicativo Chronos, escrito. Normalmente eu tinha que dar o recibo lá, ele não entregava para outro policial normalmente. Ele me ligava dizendo a análise que ele tinha feito, um resumo da análise dele. Não aconteceu nada disso. Eu achei estranho ela falar: “Ah, foi feito num grupo chamado Difusão...”

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – No WhatsApp.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – No WhatsApp.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Ela ficava mandando relatos.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Relatos, mas ela fala do relatório também ou não?

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Fala.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Não sei. Pois é. Eu não vi esse relatório e digo aqui: esse grupo Difusão... Eu tinha permanecido no outro porque eu era subsecretário e aí acabou me tirando... Tanto é que, do novo grupo Difusão e do anterior, eu não participava com os chefes das forças, e acabei ficando lá. Então, era um grupo de assessoramento do secretário. Quando era o Secretário Júlio Danilo, qualquer coisa que era necessária, ele demandava as forças, e o protocolo era marcar...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, o senhor acha que esse relatório, para a gente ser...

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Eu não vi esse relatório.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – A esse relatório de inteligência o senhor não teve acesso?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Não tive acesso.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor acha que não houve o manejo adequado do Relatório de Inteligência nº 6, dada a gravidade da situação que o próprio relatório coloca no papel?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Sim. O que eu entendo que ela deveria ter feito era... E outra: por que não foi divulgado na cela integrada? Ou seja, se o Centro de Inteligência, que faz parte do SISP, que é o Sistema Integrado de Segurança Pública, recebesse lá, de imediato, eles iam me passar, e não receberam.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor falou que, depois do PAI nº2, que planeja a operação do dia 8 de janeiro, deveria haver um plano operacional feito pelo DOP?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Pelo chefe de... É pelo DOP.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Chefe do departamento ali.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Ou do delegado pelo DOP para alguém, que seria, no caso, o Comando de Policiamento Regional, o 1º Comando. Eu não sei se foi delegado.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor teve conhecimento se foi feito depois?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Eu tive conhecimento depois pelo relatório do

secretário interventor, que não foi feito o plano elaborado...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Não foi feito. O senhor considera esse erro grave?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Na verdade, o que acontece? Esse planejamento, esse plano de operações é que detalha a execução da operação. Sem esse detalhamento não dá nem para saber exatamente onde cada policial vai trabalhar, onde que ele vai ser empregado, qual o meio logístico vai ser empregado, as comunicações, rádio...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, sendo objetivo, a falta de um planejamento operacional no dia é um erro grave.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – É um erro.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – É um erro. Grave. O senhor concorda?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Concordo. Que...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Porque se você tem um planejamento abstrato, e você não tem um planejamento operacional, há um erro grave do DOP, que é o departamento que tem essa função pelo regimento – inclusive eu peguei o regimento do Departamento de Operações – e ele não realizou esse planejamento operacional no dia. Nós temos que entender por que isso não foi realizado, o porquê a gente não sabe. Ninguém sabe dizer objetivamente quantos policiais militares havia ali. A gente sabe que a função central de proteger a Esplanada dos Ministérios é do Governo do Distrito Federal, é da Secretaria de Segurança Pública, e isso é um erro grave que nós precisamos apurar.

Quando o senhor chegou? Que horas o senhor chegou à Esplanada?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Entre 8h30 e 9h.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Ficou o dia todo na Esplanada?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Até 3h da manhã.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Até 3h da manhã. Quando o senhor chegou à Esplanada, o Sr. Paulo José estava lá?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Ele chegou mais tarde. Eu cheguei, eu cheguei... Eu não sei precisar se ele chegou perto de 11h, meio-dia...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O Sr. Casimiro estava lá? O Comandante do Primeiro Comando de Policiamento.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Também, não. Chegou mais tarde também. Porque assim, eles determinaram que o Major Flávio Alencar comandasse a operação, especificamente.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor falou que, no meio da confusão, o senhor encontrou o coronel Naime, estranhou a presença dele e questionou – o senhor já esclareceu isso aqui. Mas depois houve um momento que me chama atenção no depoimento do senhor: que o coronel Naime recebe uma ligação que fala para ele sair do terreno. Essa ligação o senhor sabe de quem é?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Então... ele não me relatou, né.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Não relatou.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Eu inclusive cheguei a abordá-lo e perguntar: Naime, quem é do... Ele só me disse que não era o governador.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Não era o governador? No depoimento...

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Não era o governador. Então, quem é que, não seja o governador...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Que está mandando você sair. O senhor sabe qual era o objetivo que ele sairia do terreno naquele momento?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Deputado, foi a mesma pergunta que eu fiz para ele.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Aí ele saiu... Pelo depoimento do senhor, ele saiu, deu uma voltinha, pensou, estava na dúvida se saía ou não do terreno...

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Cerca de 20 minutos depois ele bateu nas minhas costas e falou: “Zero um, estamos juntos até o final”.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então ele decidiu ficar. Mas houve uma ligação no meio da operação, o bicho pegando na Esplanada dos Ministérios, para um coronel sair – a gente não sabe quem fez essa ligação –, e ele ficou na dúvida. Segundo o depoimento do senhor, cerca de 20 minutos ele ficou pensando se ele continuaria no terreno ou não. Depois ele decide ficar no terreno e fala que vai ficar com o senhor até o final.

Eu acho importante a gente ir dirimindo algumas dúvidas. Quem teria ligado? Qual era o objetivo dessa ligação? Com quem o coronel Naime vinha se comunicando nesse momento? Por que essa dúvida de permanecer no terreno, no campo, sendo que vocês estavam prestando um serviço? Lendo o seu depoimento, Coronel Fábio, eu vejo que o senhor atuou ativamente para, junto com outros, retirar as pessoas de dentro do Congresso, de dentro do Supremo – pelo menos é o relato que o senhor faz, isso vai ser apurado. Então, por que alguém sairia dali? Quem fez essa ligação? Eu fico com essa dúvida. E acho que essa dúvida aparece para muita gente.

Vou falar da confusão final, ainda tenho três minutos. Houve uma reunião lá em cima, na altura do QG do Exército, na Rainha da Paz. Houve a reunião com o comando. O momento foi tenso ali?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Deputado, já estava em um momento de tensão muito grande, não é? Não foi só a questão da reunião...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Vocês queriam entrar, o interventor tinha dado o comando para vocês entrarem e prenderem as pessoas e saírem com elas...

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Na verdade, mesmo que não tivesse intervenção, a ideia era que a gente desmobilizasse. E aí, quando nós chegamos lá, o General Dutra conversou com o interventor. Havia uma formação do Exército na frente, com vários militares do Exército, dois blindados apontados para a via N1. E aí o General Dutra conversou com o interventor – era o secretário naquele momento. Conversaram os dois e nos convidaram para uma reunião lá dentro do gabinete lá do Comandante Militar do Planalto. Na verdade, era uma sala de reuniões...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – A resistência para a entrada ali era de quem? Quem não queria deixar a Polícia Militar entrar?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – O Exército Brasileiro que não permitiu a entrada da...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – A voz que dizia isso em nome do Exército Brasileiro era qual?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Nesse momento, o Comandante Militar do Planalto.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – General Dutra.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – General Dutra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Alguma outra voz representou o Exército Brasileiro nesse momento?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Depois, lá dentro da reunião lá, que a gente estava, no momento em que a gente estava lá na reunião, dentro do Comando Militar do Planalto, em uma sala de reuniões, estava presente o General Arruda, que àquela data, era o comandante do Exército Brasileiro. E ele teria explicado ao interventor...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Os motivos.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Os motivos por que não ia permitir a entrada, e aí marcaram uma reunião em que estiveram presentes o Ministro da Defesa e o Ministro da Justiça, e dessa eu não participei.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor acha que conspiraram contra o cargo do senhor

de Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Deputado, eu não tenho como precisar essa situação. Eu espero que não. Eu, eu... São pessoas, como eu já relatei aqui ao Deputado Hermeto, são pessoas com 29 a 30 anos de serviço. Eh...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor acha que havia algum coronel agindo de má-fé para ocupar o cargo de Comandante-Geral da Polícia Militar e retirar o senhor do cargo?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Eu espero que não. Eu espero que não, porque tudo o que eu passei, minha família passou...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas é possível?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Tudo é possível, Deputado. Tudo é possível até que a gente... as investigações em si revelem de fato o que aconteceu. É uma... Pode ser uma hipótese aí de quem está na linha de investigação. Eu espero que não seja isso, porque...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor acha que algum coronel da Polícia Militar, ou policial militar do alto comando, poderia ter conspirado para um golpe no Brasil nesse dia?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Eu espero que não. Eu, eu...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor espera que não?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Dentro dos oficiais que eu conhecia lá...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Algum coronel poderia ter associação direta com o Sr. Anderson Torres ou com o grupo mais radical do bolsonarismo para conspirar por um golpe?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Eu também espero que não, mas eu não tenho conhecimento. Não tenho como fazer essa afirmação para o senhor.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Nem que sim, nem que não?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Nem que sim, nem que não, porque eu não tive acesso a essa informação.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor acha que o Coronel Naime estava lutando pelo cargo do senhor?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Deputado... Os rumores que vinham eram esses, ele mesmo nunca falou...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Era o rumor?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Eu inclusive cheguei...

(Soa a campainha.)

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Eu cheguei uma vez inclusive a tratar em uma reunião de alto comando, onde estavam todos os oficiais presentes, que o cargo estava à disposição, quem desejasse assumir, que fizesse com forma, né... Vamos preparar uma transição, de uma forma ou de outra. Ninguém se manifestou. Então, eu imagino que todos estavam comprometidos em executar o seu trabalho dentro da Polícia Militar, porque, lembrando que o chefe de departamento, o alto comando, não trabalha para o comandante-geral. Eles trabalham para a Polícia Militar. O comandante-geral é quem lidera os trabalhos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Coronel Fábio.

DEPUTADO HERMETO – Presidente?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pois não, Relator.

DEPUTADO HERMETO – Aproveitando a última fala, Coronel Fábio. Alguma vez o Coronel Naime chegou para o senhor e falou que ia trabalhar para ser comandante-geral e que ia buscar apoio para ser comandante-geral?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Deputado, não me recordo assim especificamente. Não me recordo. Não me recordo. Essa atuação nos bastidores, o senhor me conhece, o meu perfil é técnico, eu procuro trazer o máximo de rendimento possível para a Polícia Militar. Eu

não ficava dando muito ouvido para isso. Às vezes, chegava uma pessoa ou outra e falava: "Olha, fulano está trabalhando para te derrubar". Aí eu já dava uma missão para tentar já dizer: "Olha, meu amigo, vamos parar a fofoca aqui e vamos seguir trabalhando por nossa corporação".

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está com a palavra, por até 25 minutos, o Deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Bom dia a todos presentes. Imprensa, quem nos assiste pela *TV Câmara Distrital*. Saúdo o Presidente Chico; o Deputado Hermeto, nosso Relator; o Deputado Fábio Félix; o Coronel Fábio Augusto e seus nobres advogados.

É uma alegria recebê-los nesta Casa. A nós, como Parlamentares, estamos aqui imbuídos em uma função extremamente importante, mas árdua, porque nós queremos extrair de quem se senta nesta cadeira a verdade real. Para que a gente possa culpar quem precisa ser culpado e inocentar os inocentes, que precisam ser inocentados. E sabemos que há muitos. Há muitos.

Ouvimos relatos aqui nesta tribuna – eu estou fazendo uma cadeiazinha desses relatos –, e eu lamento, Sr. Presidente, porque muitas pessoas que se sentam aí nesta cadeira – e aqui não é uma fala dizendo que alguém está mentindo, não é isso –, mas que tem tanta oportunidade de falar a verdade, e segura. Vejo que, em vários momentos, V.Exa. aperta nas perguntas. A gente percebe que é um protegendo o outro, um segurando o outro, e acaba não falando o que sabe. Porque muitas pessoas que se sentam aí sabem. Porque nós sabemos.

Quem deu a ordem para o sobreaviso, Coronel Fábio? Isso tem uma ordem por escrito, isso correu em *WhatsApp*. Eu, por exemplo, sei quem deu. Eu quero ouvir do senhor quem deu.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Conforme já relatado aqui, Deputado, o sobreaviso foi emitido...

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Não, por favor, eu vou fazer uma pergunta aqui, se o senhor souber o senhor fala o nome, se o senhor não souber, não fala. Porque não vamos tergiversar, não, porque eu tenho 25 minutos só e, hoje, eu tenho muitas perguntas.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – A circular foi assinada pelo subcomandante-geral. Como eu já relatei.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Pois é, quem é o subcomandante-geral?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – É o Coronel Klepter.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Era o Coronel Klepter. Porque o senhor falou aí, e, pela sua fala, pareceu que o responsável geral foi o Coronel Paulo José, que, inclusive, há um requerimento meu, o de nº 36, de convocação para ele vir a esta Casa para prestar os esclarecimentos. Na sua fala, apareceu que ele que foi o responsável pelo sobreaviso.

E vamos lá, sobreaviso é uma coisa, e prontidão é outra coisa. Nós já aprendemos um pouco aqui, mas eu vim da Escola Nacional de Formação, fiz Academia da Polícia Civil, eu acho que eu entendo um pouquinho também. Sobreaviso, o cidadão está em casa, o Deputado Hermeto já deu uma aula para nós nesse sentido, não é, Deputado Hermeto? O nosso Relator. Porque sobreaviso o cara está de qualquer jeito em casa. Ele recebe uma ligação, ele vai se vestir, ele vai se armar, vestir coturno, pegar condução até chegar no quartel. Só aí já demora um tempão. Prontidão, está lá no quartel. O tempo de chegada no local que se destina a conter alguma desordem é muito mais rápido.

Então, é importante nós sabermos de quem partiu essa decisão. Porque nós estamos falando de um ato que todo mundo nesta cidade sabia, todo mundo sabia, a ABIN tinha emitido um relatório para, se não me falha a memória aqui, treze órgãos. O Governo Federal sabia, o Governo de Brasília. Todos nós sabíamos o que ia acontecer! Porque o que ia

acontecer eles falaram!

Aqui está passando o vídeo. As pessoas estão falando. A Coronel Cintia, sentada aí, disse: tinha trezentas pessoas no acampamento. Cento e cinquenta eram pessoas de rua, em estado de vulnerabilidade que para lá afluíram porque viram lá alimentação. E lá eles ficaram comendo de manhã, tomando café, almoçando, jantando. Então, significa que também foram presos. Não sei o que eles fizeram, mas eles estão presos. Então, se havia trezentas, quem veio a Brasília veio de fora.

Sr. Presidente, requeiro, mais uma vez, a V.Exa. que nos ajude, pela força desta comissão: nós precisamos das imagens, que já estão requeridas – é um requerimento meu. Nós precisamos da relação da ANTT de todos os ônibus e de todos os passageiros que estavam naqueles ônibus. Eu não sei por que isso não vem. Foi aprovado nesta Casa, e esses órgãos não as enviam. Eu requeiro a V.Exa. que nos ajude, que faça uma força, pelo poder da Presidência da CPI, para que esses documentos cheguem aqui. É importante, porque muitas dessas pessoas vieram, Deputado Hermeto, fizeram a bagaceira, e a culpa é da polícia, a culpa é do Exército.

Eu quero fazer uma palavra em defesa das nossas forças. Ressalte-se: a falha nunca será da instituição. Não vai ser da polícia e não vai ser do Exército. Muitas vezes, a gente confunde e fala isso. E assim a gente denigre a imagem de duas instituições de Estado. As falhas foram de pessoas. Quero deixar isso bem registrado.

Quando V.Sa. assumiu o comando da Polícia Militar, todos os ocupantes dos cargos de direção e de comando foram escolhidos por ato de V.Sa.?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Não, senhor.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Quem os escolheu? O senhor sabe?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Eles já estavam. Eu assumi o comando, e já existia um posicionamento. E eu não tinha inclusive intenção de mudar todos. Eu fiz alguma proposição de alguns nomes, como foi relatado aqui anteriormente, e acabou que esses nomes não... a nomeação não prosseguiu.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Eu faço essa pergunta porque ela é importante. Nós estamos dentro de dois contextos. V.Sa., uma escolha pessoal, que não queria; o secretário o chama e o nomeia comandante. A outra escolha é uma escolha que, em tese, tem uma relação política, mas ela não é indicação política de um político. Acaba sendo, porque o governador é político. O governador é o Comandante e Chefe da Polícia Militar. Correto? É ele que indica.

O Deputado Hermeto já fez uma ponderação aqui que eu acho que é importante. O governador não vai chegar para mim – eu sou advogado – e falar: “Você não tem um nome para sugerir?” Ele não vai falar isso para mim. Às vezes, o Deputado é da base, e ele faz uma inquirição ao Deputado. O Deputado pode sugerir um nome, e não passar. Muitas vezes, não passa mesmo, mas, às vezes, passa e acaba que há um relacionamento. É bom deixar isso ressaltado, para que também não achem que há demérito nisso. Aqui é um Parlamento, aqui se faz política. Quem chega aqui chega com voto. Tem uma classe que defende, tem uma bandeira que defende. Cargos de livre provimento são cargos de indicação política. Perfeito? É bom deixar isso ressaltado. A gestão da escolha de V.Sa., sendo uma escolha do secretário... Eu imagino que ele lhe deu total autonomia para fazer as mudanças necessárias.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – É, autonomia que eu possa...

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Para exonerar os integrantes.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Não, então, mas, para que V.Exa. entenda, eu, especificamente, sou um soldado, sou militar. Recebi... Solicitei que fosse feita uma mudança. A mudança não foi atendida, eu não vou ficar chateado. Eu tenho que tocar a corporação. Então, conversei com o secretário. Ele falou que não ia mudar. Eu segui a vida. Vamos tocar a polícia do jeito que precisa. Chamei o que permaneceu...

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – O secretário está acima de V.Sa. nesse comando hierárquico?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – É bom entender que, constitucionalmente, não. No entanto, o Governador Ibaneis já citou várias vezes, até em entrevistas, que ele empoderou os secretários, que foi até o que proporcionou o sucesso da integração, porque todo fluxo de documentação passava primeiro pela secretaria. O que acontecia depois da secretaria, eu não tenho conhecimento.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Ok. Durante os atos do dia 8 de janeiro, houve algum descumprimento ou retardo no cumprimento de alguma ordem exarada por V.Sa.?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Houve o que eu já descrevi aqui. Eu pedi que fosse reforçado o efetivo anteriormente. Eu não sei dizer se esse efetivo chegou no quantitativo que precisava lá, porque não foi possível detectar na hora lá, mas, na hora que eu percebi que eles iam descer, eu conversei tanto com o Coronel Casimiro quanto com o Coronel Paulo José que era necessário que esse efetivo se posicionasse lá. E acabou que eles falaram que estava sendo providenciado, estava sendo providenciado, até que a linha se rompeu.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – As perguntas aqui, coronel, nenhuma será carregada de apontar a, b, c. Eu fico muito, na minha cabeça, vendo a ação de cada pessoa, a conduta de cada pessoa, porque essa conduta vai ser encaixada na pessoa para criarmos o devido processo legal, obedecermos ao Código de Processo Penal e aí nós entrarmos na chamada individualização da conduta. Porque é impossível, como foi mostrado aí no vídeo, que essas quase duas mil pessoas tenham praticado os mesmos atos nos mesmos lugares e na mesma hora. Isso é impossível. Então, é por isso que a gente busca saber qual foi a conduta de cada pessoa.

Eu analisei as oitivas de outros depoentes. E, se compreendi corretamente, o Departamento Operacional da Polícia Militar coordena todos os batalhões do Distrito Federal. Esse entendimento está correto?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Correto.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Quem era o diretor do Departamento Operacional?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – O chefe do departamento de operações era o Coronel Naime, afastado, e, em exercício, na data, era o Coronel Paulo José.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – O Coronel Naime já falou aqui... Não defendendo de maneira nenhuma, mas ele falou aqui que coordenou vários eventos, tinha pedido exoneração e aí estava, se não me engano, em recesso, parece que para ir para Caldas Novas. Nesse dia, em exercício, era qual coronel?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Paulo José.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – E o DOP é subordinado a quem na Polícia Militar?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Ao subcomandante-geral. Na linha direta, todos os departamentos, inclusive o DOP, ao subcomandante-geral.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Todos os departamentos da Polícia Militar são subordinados ao subcomandante, não ao comandante?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Exatamente. Esse é o organograma.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – O subcomandante, aqui nessa oportunidade, quem era?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – O atual comandante, Coronel Klepter.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Nos meses de dezembro de 2023 e janeiro de 2023, quem comandava o Departamento Operacional da Polícia Militar?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – O departamento foi comandado, foi chefiado pelo Coronel Naime até o dia 31 de dezembro, desculpe, até o dia 1º de dezembro. Salvo engano, do dia 2 ao dia 5, 6, ao dia 6, o Coronel Naime estaria de dispensa recompensa, e passou a

responder pelo departamento o Coronel Paulo José.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Existem critérios predefinidos para que um comandante de um batalhão da Polícia Militar ou mesmo o responsável por uma tropa decida se ela ficará em estado de prontidão ou de sobreaviso? Ou essa opção é uma discricionariedade do oficial responsável?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Na verdade, é de acordo com o planejamento elaborado pelo DOP. O DOP solicita ao subcomandante-geral, para V.Exa. entender, porque o subcomandante-geral detém hierarquicamente todos os departamentos. Como os efetivos vão ser escalados de todos os departamentos, o DOP, no seu planejamento, inclui se quer prontidão, após uma análise dos riscos da manifestação, não sei se houve... Eu imagino que houve uma tratativa com o Centro de Inteligência e, a partir daí, ele solicita ou não se vai ser regime de prontidão, sobreaviso, e, nesse caso, o que eu tomei conhecimento é que o DOP não havia solicitado a prontidão.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – *Ok.* O senhor pode nos informar a data em que, pela primeira vez, o serviço de Inteligência relatou que havia manifestantes com *animus* de invadir os prédios públicos? Essa informação chegou a V.Sa.?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Então, Deputado, os próprios centros de Inteligência da Polícia Militar vinham dizendo que havia. O chamado da manifestação era esse, mas que a adesão estava sendo baixa. Ele relata isso no dia quatro, dia cinco, dia seis, e dia sete começa a aumentar quantitativo de ônibus, não é? E foi essa a informação que eu tive, mas que, até aquele momento... Mas, para o chamativo da manifestação, é de que havia uma tentativa, eles teriam uma tentativa de invasão. Isso já aconteceu também em outras épocas: "Vamos sitiar Brasília". Houve outras manifestações que, por acaso, eles também diziam esse tema aí de invadir Brasília...

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Nós sabíamos, não é? Eu acho que o Brasil todo sabia que estava vindo muita gente para o Distrito Federal.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Eles falavam em mil pessoas, Deputado. Desculpe, mil pessoas não...

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Não. Falavam em cinco mil pessoas...

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Não, eles falavam mil ônibus.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Ah, perfeito. Chegaram até...

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Desculpe. É que eu me expressei errado.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Mil ônibus se você colocar cinquenta, cinco mil pessoas... Não, perdão, aí seria cinquenta mil, não é? (risos.) Mas a previsão era de cinco mil pessoas em Brasília, de fora, que acabaram se misturando com o pessoal do acampamento, não é? Mas, para todo efeito, uma coisa que eu quero saber de V.Sa. é o seguinte... até me preocupei um pouco, então eu gostaria que o senhor explicasse um pouco para nós, porque, aqui na fala, não pode ficar confuso o que é falha operacional e o que é falha de planejamento porque nós tivemos o PAI. Correto? O PAI foi elaborado. O Planejamento de Ação Integrada foi previamente elaborado.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Deputado...

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Houve o planejamento?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – É isso, essa é a diferença...

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Por favor...

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – O PAI é um planejamento...

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Isso...

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – É um protocolo de ações integradas...

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Perfeito...

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – ... Que quando a SOPI distribui, ela encerra... E aí é

deixar bem claro que a Coronel Cintia, que está cedida e todos os outros policiais militares que estão cedidos lá, eles não têm vínculo com a Polícia enquanto estão cedidos. Eles não têm obrigação e subordinação à Polícia Militar, e aí...

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Coronel, não. Perdoe-me fazer um corte em sua fala, mas não é esse o fundamento que eu quero. O fundamento que eu quero é o seguinte: existe o planejamento e a execução.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Não, mas o protocolo, ele é um planejamento onde cada instituição que foi demandada, compareça. Ela se compromete, dentro de uma matriz de responsabilidade, a fazer uma coisa. A Polícia Militar e as outras instituições eu não conheço...

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Eu vou chegar lá. A minha pergunta então é: o que falhou? Planejamento ou execução?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Como não tinha planejamento, a execução falhou.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Ah, não havia planejamento, então?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Tomei conhecimento, através do relatório do interventor, que o planejamento, o plano de operações ou a ordem de operações que deveria ter sido feito, após a reunião e a recepção do Protocolo de Ações Integradas, não havia sido feito pelo Departamento de Operações. Aí a execução falhou.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Então, isso é muito grave, Presidente. É muito grave, porque se eu estou falando de força de segurança... Diga-se de passagem, exemplar. O trabalho de V.Sa., como comandante da polícia, foi exemplar. Nós o louvamos, até.

Eu já falei aqui e vou repetir: se, na nossa cabeça, houvera pensamentos de que poderia acontecer algo, talvez a nossa cabeça funcionaria no dia 1º de janeiro, dia da posse do Presidente Lula, já que algumas pessoas que não votaram nele – das quais eu também – estavam insatisfeitas pela eleição dele, o que era um direito. Havia o direito, inclusive, de manifestação, não de quebradeira, não de atos de quebradeira, não de depor quem foi eleito. Quem foi eleito, foi eleito. Acabou.

Mas, se todo mundo sabia... E, aí, eu fico estarecido, porque, até então, eu estava entendendo que houve planejamento. Na minha cabeça, estava o entendimento de que, se houve falha, foi operacional. Se eu sei que vão chegar mil ônibus ou cinco mil pessoas... Eu já vi movimento – e aqui nós temos o testemunho, inclusive, do pessoal da Esquerda, que sabe muito fazer manifestação. E eles sempre dizem que, nas manifestações – e o presidente já falou isto aqui –, é cheio de policial militar na Esplanada dos Ministérios. Então, eu não sei, mas teria que haver um quantitativo maior. E as imagens falam por si.

Vamos lá. O que eu penso: se a Coronel Cintia disse que havia 150 pessoas no acampamento, e chegaram 150 pessoas em estado de vulnerabilidade, seriam 300. Se essas 300 desceram para a Esplanada, para fazerem o que houve – e não foi o caso –, aquele quantitativo dava. Digamos que 50 iriam para o Palácio do Planalto, 50 iriam para o Congresso Nacional e 50 para o STF. Não deveriam ter ido para lugar nenhum, mas aquele quantitativo dava. O que houve? Um afluxo enorme de pessoas para Brasília, fora de Brasília, e que os órgãos de segurança sabiam que viriam para cá. Havia – vou ressaltar – um relatório da ABIN prevendo isso, e não houve um planejamento, Deputado Chico Vigilante? Eu julgo por demais...

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Deputado, posso trazer uma informação para o senhor?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Segundo o Centro de Inteligência, não recebeu de qualquer órgão, seja do SISBIN, que é o órgão integrador da ABIN, nem da Subsecretaria de Inteligência, qualquer relatório sobre essa... que foi difundida pela Secretária Marília, de que haveria a possibilidade...

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Aí são falas, é isso que estou falando.

Chegou para nós, nós tivemos a informação de que a ABIN exarou um documento, dizendo que notificou vários órgãos. O Ministro Flávio Dino falou isso dia desses. O delegado da Polícia Federal também comunicou isso. Todo mundo sabia que estavam vindo para cá. Eu acho que ninguém vai negar isso. Nós sabíamos, todo mundo sabia. O que eu estou querendo dizer é que houve falha no planejamento e na execução.

No dia 6 de janeiro, houve uma reunião entre órgãos que integravam a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal e, até onde sabemos, foi quando definiram o Plano de Ação Integrada nº 2/2023.

O senhor participou dessa reunião ou enviou algum representante?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – O comandante-geral não participa dessas reuniões no plano operacional. Quem participou foi o Major Leonardo, que compunha a Sessão Operacional do DOP, era um dos integrantes, e o Coronel Casimiro, que era o Comandante do 1º Comando de Policiamento Regional, que é responsável pelo emprego do policiamento em toda a área central, também.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Ok.

Segundo o PAI nº 2/2023, elaborado para as ações do dia 8, qual órgão ficou encarregado de planejar o quantitativo do efetivo necessário para a segurança da área central de Brasília?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Segundo o protocolo e dentro das atribuições, esse planejamento deveria ter sido feito pelo Departamento de Operações da Polícia Militar. Lembrando ao senhor que planejamento não é só quantidade de efetivo. Isso é importante dizer, porque, se o senhor não detalha como a operação vai ser, o senhor tem cinco mil homens ali e não sabe onde colocar.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Perfeito.

Acho que a gente teve assim que acabar aprendendo bastante. Quase todos que passaram falaram essa mesma coisa. Eu acho que a gente entendeu bem como funcionava, como deveria ter funcionado esse planejamento.

O senhor se recorda do dia em que tomou conhecimento de que a tropa designada para o evento estaria de sobreaviso e não de prontidão? O senhor recorda qual foi a data?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Então, a primeira vez que o Coronel Klepeter comentou comigo foi na sexta-feira. Inclusive, os informes eram de baixa adesão. Na sexta-feira, ele comentou que o DOP não havia solicitado prontidão, de acordo com o efetivo que ele ia empregar, achava que era suficiente, e que a expectativa era que se colocasse sobreaviso. Depois ele retornou a falar no sábado, no sábado à noite. Não sei especificamente qual o horário específico, mas ele teria falado que iria divulgar essa circular. E aí é importante dizer que a nossa anuência é em razão de que o próprio DOP não havia solicitado e que havia um planejamento e que esse planejamento havia sido informado que seria suficiente para a execução da operação.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Esse tempo nosso é muito curto, coronel. Às vezes, ele judia da gente.

Mas só para eu entender aqui.

Então, assim, há uma responsabilidade do Departamento de Operação. Ele deveria ter informado, então. Se eu estiver errado...

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Solicitado.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Ao subcomandante.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Solicitado.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Solicitado a tropa para prontidão ou para sobreaviso. Ele não fez nenhum dos dois?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Ele não fez nenhum dos dois.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Mas o subcomandante colocou a tropa de sobreaviso. Foi isso?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Preventivamente.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Preventivamente.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Por quê? É aquilo que eu falei a V.Exa. Embora haja um relato aí meio equivocados, porque o policial de sobreaviso sabe que, naquele dia, ele não pode ir para o churrasco, ele não pode comer... Demora mais do que a prontidão, mas não é um policial também que não vai atender o telefone.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – O senhor tem muita experiência. Qual é o ideal? O senhor tem muita experiência, qual é o ideal? Sobreaviso ou prontidão?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Aí é de acordo com o planejamento.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Coronel, deixe eu fazer uma pergunta bem franca para o senhor. Qual é o seu... O senhor sabia. O senhor é coronel da polícia. Todos nós sabíamos da quantidade de gente que vinha para cá. O senhor acabou de falar: mil ônibus, 5 mil pessoas.

Qual era o ideal para esse evento? Prontidão ou sobreaviso?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Sete de setembro: 350 mil pessoas. Não foi prontidão.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Como?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Sete de setembro: 350 mil pessoas. Não foi prontidão.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sete de setembro?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Aí como é que eu vou comparar o planejamento?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Mas foi sobreaviso? Mas em 7 de setembro ninguém falou em quebradeira, coronel.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – É o tempo todo... Já tinha informações de pedido de intervenção militar.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Mas em 7 de setembro não teve um copo. Eu participei. Terminou o evento e o povo com um saco – e eu fui um deles. Com o saco, nós fomos recolher lixo. Eu estou falando do dia 8 de janeiro em que o povo falou: "Nós...". Olhe o que o povo falou. Está nos relatórios. "Nós vamos para Brasília. Nós vamos quebrar e vamos agredir autoridades". Então, as forças sabiam disso.

Minha pergunta é: prontidão ou sobreaviso?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Deputado, nós temos que avaliar o que era que estava previsto no planejamento. Não tem como eu dizer para o senhor. O DOP, que é o responsável pelo planejamento, disse que não precisava de ser prontidão.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Não. Mas eu sei. Eu não estou imputando nada ao senhor. Eu estou fazendo uma pergunta. O senhor é um coronel, um homem respeitado, trinta anos de polícia. Só a sua opinião. Isso não o incrimina de maneira nenhuma. Se quiser responder, tudo bem.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Eu posso dizer a V.Exa. que, diante dos fatos ocorridos, eu teria botado 10 mil policiais na Esplanada.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Muito obrigado, coronel. Muito obrigado.

Eu não estou aqui imputando culpa. Não é isso. É porque eu não sou da polícia.

Deputado Hermeto, V.Exa., como Relator, deixe eu lhe fazer uma pergunta em dois minutos que faltam.

Se o senhor fora Comandante da Polícia Militar ou Comandante do DOP ou

subcomandante, o senhor colocaria a polícia de prontidão ou o de sobreaviso?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado, por favor.

O Deputado Relator não está autorizado a responder.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Eu sei, mas eu quero... Eu sei, mas eu estou fazendo uma pergunta de Deputado para Deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – V.Exa. se dirija ao depoente aqui.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Deputado.

DEPUTADO HERMETO – Olha o Presidente aí.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Mas ele não manda no senhor nessa questão, não. Pela experiência do senhor, eu acho que é tão importante, não estou lhe inquirindo, não. Fique tranquilo, mas eu percebo, eu vou dar a minha opinião. Prontidão todo mundo! Prontidão! Tinham que estar nos quartéis, principalmente nesses quartéis ao redor do Plano Piloto, porque eu tenho certeza de que, se a tropa estivesse de prontidão, tinha chegado a tempo e, provavelmente, essa quebradeira não teria acontecido no Distrito Federal, e nós estaríamos diante de cenas lamentáveis como essa.

Nós estaríamos, aqui, comemorando o que a gloriosa Polícia Militar acabou de fazer no ano passado. A Secretaria de Segurança, as forças de segurança derrubaram todos os índices de criminalidade. O Governo do Distrito Federal, na condução do Governador Ibaneis, fez algo extraordinário pela segurança, e, infelizmente, em vez de comemorar, estamos todos lamentando e chorando por todas essas cenas, mas autoridades sabiam, houve leniência, houve falha, houve apagão, houve participação, mas nós vamos buscar.

Essa CPI busca isso, e eu creio que, na condução do Presidente Deputado Chico Vigilante, Relator Deputado Hermeto e com a participação de nós, Deputados, nós vamos encontrar quem fez isso, quem patrocinou, quem planejou e aí vamos poder encaminhar isso para a Justiça para que as pessoas sejam culpadas e condenadas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Deputado Pastor Daniel de Castro. Eu tenho brincado com ele que está a caminho do bispado; logo, logo, vamos estar nos referindo a ele como Bispo Daniel de Castro.

Concedo a palavra ao Deputado Joaquim Roriz Neto.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Primeiro, eu gostaria de agradecer a Deus pela presença de cada pessoa, aqui, hoje. Coronel Fábio, gostaria muito de lhe agradecer por estar aqui com toda boa vontade, prestando esclarecimentos, respondendo, às vezes, até a algumas perguntas que seguem uma linha de questionamento, acredito até, abusiva, mas o senhor está com uma boa vontade aqui, e eu agradeço.

Antes de lhe fazer as perguntas, há algumas ponderações que eu gostaria de fazer relacionadas à politização dessas investigações.

Vimos, em janeiro, que depois que houve a invasão dos Poderes, o nosso Governador Ibaneis Rocha ficou afastado mais de 60 dias. Houve a prisão do ex-Secretário Anderson Torres, houve a prisão do Coronel Naime, houve inclusive a prisão do senhor, e todas elas, de certa forma, foram até justificadas, para poder existir a isenção das investigações.

O próprio interventor, depois ele apresentou um relatório, que mostrou que essas pessoas não tinham toda a culpa que, a princípio, foi jogada em cima delas, mas ele fez certo, porque é melhor pecar pelo excesso do que correr o risco de manter alguém em uma posição de autoridade, em um cargo que possa impossibilitar, obstruir ou comprometer as investigações. Ele fez de forma certa, mas há uma coisa que eu não consigo entender que é muito curiosa: por que, do outro lado, não observamos a mesma coisa sendo feita, no poder do âmbito federal?

Da mesma forma que o Ibaneis foi possivelmente levado ao erro, o Ministro da Justiça Flávio Dino também, possivelmente, não foi levado ao erro? E dessa forma, não por decisão

dele de querer fazer algum ato ilícito, foram afrouxadas as medidas de segurança na Praça dos Três Poderes, porque ele foi mal informado? Por que o Ibaneis foi afastado por tanto tempo e nada foi feito em relação ao Flávio Dino? Já que o Dino passou o dia todo em contato com o Ibaneis, não seria o caso de o Ministro também ser afastado, a fim de garantir a isenção na condução desses casos?

São dois pesos e duas medidas. Infelizmente, é isso o que está acontecendo.

Alguns Deputados falaram: "Queremos chegar à verdade". Mas eu pergunto: como? Como a gente vai chegar à verdade se os requerimentos e as convocações que não convêm à Esquerda não estão sendo pautados? Eu vou lembrar a todo mundo que está aqui neste plenário o acordo que foi feito naquela salinha quando a gente estava definindo a composição desta CPI. Foi acordado que todos os requerimentos que são constitucionais seriam pautados – não aprovados – para o colegiado decidir se as pessoas seriam convocadas ou não. Mas, de novo, a gente vê que há de forma descarada uma imparcialidade dos requerimentos que são colocados em pauta. Graças a Deus, vai haver uma CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, porque eles vão conseguir apurar os fatos que estão sendo ocultados de forma grotesca nas investigações desta Casa.

Peço ao relator que – isso é muito importante –, quando o senhor for fazer o seu relatório – e eu sei que você vai fazer um relatório de forma séria e coerente –, inclua que os requerimentos que não convêm ao PT foram retirados de pauta por várias ocasiões e de forma descarada. Por favor, coloque isso no seu relatório. Infelizmente, eu chego a esta conclusão: de que há gente aqui, nesta CPI, que não quer chegar à verdade. Eles querem reforçar as narrativas que já construíram na cabeça deles.

Coronel Fábio, o senhor, por reiteradas vezes, disse que houve falha no âmbito do DOP, mas o que houve, o que me chama a atenção é o fato de que toda a responsabilidade por esses fatos está sendo atribuída à Polícia Militar do Distrito Federal.

Coronel Fábio, até que ponto, à data dos fatos, a falta de controle da manifestação aconteceu por erro da operação das forças do DF? E na sua opinião, qual o grau de responsabilidade ou conivência das forças de segurança da União e se a Casa do Poder na Praça dos Três Poderes teve algum envolvimento nisso?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Boa tarde, Deputado. Quero cumprimentar V.Exa. e agradecer pela pergunta.

A primeira coisa que eu gostaria de dizer é que eu não fui leniente, não tive conhecimento de nenhum policial que tenha sido leniente ou qualquer outra pessoa, porque senão eu mesmo teria dado voz de prisão. É importante que a gente ressalte isso aqui. Relativo aos órgãos federais, em que pese eu ter percebido que havia um pequeno número de efetivo, eu tenho um respeito muito grande pela Polícia Legislativa, pela Polícia Judicial e também pelo GSI, por várias operações que fizemos de forma integrada. Como eu não tive acesso a qualquer relatório sobre eles, eu não tenho como responder a V.Exa. essa pergunta. O que eu posso afirmar a V.Exa. é que quem eu vi também no terreno, eu vi atuando de forma combativa e integrada com a Polícia Militar, e isso contribuiu para que a gente conseguisse restabelecer a ordem. Agora, dizer até que ponto que houve ou não houve, qual era o efetivo previsto... eu não tive acesso a essa informação.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – O senhor sentiu algum tipo de facilitação para a ocorrência dos fatos, por parte das forças de segurança da União, seja no momento de planejamento, de contenção ou durante os fatos?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – No terreno, eu não percebi ninguém facilitando. Nem mesmo a própria Polícia Militar. Não houve, da minha parte, essa percepção. É o que nós precisamos encontrar com as investigações. O que, às vezes, a gente vê numa imagem, como o próprio Deputado Hermeto citou aqui... às vezes, ela não está contextualizada. Então, o que eu tomei conhecimento foi por imagens divulgadas através da mídia, mas eu não sei dizer, especificamente, que horas que foi, como que foi, e nem atribuir a quem seria, se teria ou não responsabilidade.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Entendo.

Comandante, a gente pode observar, nas imagens hoje passadas na comissão, que os efetivos de segurança do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do STF eram pequenos. Inclusive, o gradil – vale lembrar que ele é de responsabilidade do Governo Federal – era simples e sem travamentos.

Por muitas vezes, foi dito por Parlamentares de esquerda, nesta mesma CPI, que no dia 7, um dia antes dos atos ocorridos, era de conhecimento geral que ia ocorrer manifestação e que era sabida a grande quantidade de manifestantes. Como o senhor falou, havia a previsão da chegada de mil ônibus à nossa Capital e uma possível violência empregada nesse conhecimento.

Dito isso e levando em consideração os esforços empregados pelas forças de segurança do Planalto, pode-se afirmar que houve facilitação por parte desses autores, dificultando, talvez, de maneira excessiva, a atuação das forças de segurança do próprio Distrito Federal?

É possível afirmar que o comprometimento da segurança do Planalto Central ocorreu diretamente em razão do subdimensionamento das forças empregadas pelo Planalto?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – A primeira coisa que eu gostaria de esclarecer aqui, Deputado, é a questão dessa situação dos mil ônibus. Eu não tomei conhecimento previamente que seriam mil ônibus. Eu tomei conhecimento disso depois que havia vários chamados. Mas a esse número especificamente, a gente não teve... eu, pelo menos, não tive acesso para dizer.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Não trabalhou em cima desse número especificamente. Sim.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – É. Tudo que o senhor falar relativo ao Governo Federal eu não tenho como dimensionar, porque eu não participei de nenhuma reunião com eles. O que eu posso dizer do terreno, quando eu estive presente no terreno, é que houve uma colaboração e uma integração com a Polícia Militar. Que o efetivo estava menor do que realmente é previsto para uma manifestação...

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Talvez, de forma até anormal.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Isso foi visualmente perceptível, como está sendo alegado da Polícia Militar. Mas eu não acredito, da minha parte, que houve falta de comprometimento desses profissionais. É isso que a gente precisa apurar: de que forma, por que isso ocorreu, de forma geral, em alguns órgãos? Quero deixar claro para o senhor o seguinte: no dia 8, para que isso fosse elucidado, tão logo eu tive contato com o Corregedor da Polícia Militar, Coronel Valtênio, eu determinei que fossem instauradas apurações para elucidar os fatos. Quantas fossem necessárias. E foram, salvo engano, pelo relatório do interventor, seis IPMs – Inquéritos Policiais Militares instaurados. É importante ressaltar que não houve conivência da Polícia Militar e do seu comandante, que esteve presente no terreno, combatendo, o tempo todo, preservando e restabelecendo a ordem. No primeiro momento, tentando preservar, depois restabelecendo e garantindo o Estado Democrático de Direito. Isso é importante a gente ressaltar...

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Sim.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Esse comprometimento da Polícia Militar com a democracia. Nós tivemos já a presença, para V.Exa. entender... Historicamente, desde a redemocratização, desde que temos democracia no Brasil e que a Capital se transferiu para o Distrito Federal, a Polícia Militar se faz presente. Se faz presente, inclusive garantindo que as instituições tenham o seu pleno funcionamento. E esse dia não foi diferente! Não houve conivência. Eu não tenho conhecimento de conivência. O que houve foi uma falha. Essa falha depois conseguimos reestabelecer e, a partir daí, pudemos recuperar o terreno com o trabalho da Polícia Militar e impedir que o funcionamento dos Poderes fosse interrompido.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Entendi, Coronel Fábio. Agradeço.

É muito importante realmente esse posicionamento do senhor, que pode falar em nome da Polícia Militar e não necessariamente julgar se houve ou não essa falha em relação às

Forças da União. Houve uma fala do senhor, que é muito importante, sobre as imagens que não são contextualizadas.

Eu queria fazer uma última colocação para os Parlamentares, para a imprensa e para o pessoal que está assistindo a esta CPI por meio da nossa *TV Câmara Distrital*: foi passado um vídeo mostrando cenas dos atos, das manifestações no dia 8 de janeiro. Eu queria “parabenizar” – coloco aspas – quem fez esse vídeo que passou aqui no telão do plenário. Ele ficou muito bem editado. Ficou muito bem editado. Houve uma narração pesada, com aquela voz bem condenatória, com aquela tonalidade sarcástica, houve aquela musiquinha de terror, foi uma megaprodução. Mas é uma pena que tenham faltado algumas imagens, faltaram algumas imagens da grande maioria dos manifestantes gritando para uma pequena minoria: “Não depreda!” “Não depreda porque a gente está aqui para fazer manifestação pacífica!” Faltaram as imagens do fotógrafo fazendo ceninhas e criando fotos fantasiosas, fingindo que estavam quebrando e derrubando uma porta, sendo que a porta já estava aberta, já estava destrancada. Faltou a imagem, nesse vídeo, do General Gonçalves Dias, o então Ministro do GSI, o braço direito do Lula, ajudando e orientando os manifestantes, dando agulha para eles. Faltou tanta coisa nesse vídeo, que foi tão bem produzido. É uma pena. Haja *fake news*! Haja *fake news*!

Falando em *fake news*, eu gostaria de mandar um recado aos Parlamentares do âmbito federal. Peço a eles que foquem um pouco menos no PL das *fake news* e foquem mais nessa CPI, porque, de acordo com o próprio Ministro Flávio Dino, nem adianta eles votarem contra. Podem votar contra. O Flávio Dino falou que, se não passar esse PL, eles vão empurrar na marra. Eles não vão mais seguir a lei, não vão mais usar o Congresso, o Senado, para aprovar nada. Vai ser por meio do Judiciário. Vão atropelar todos os procedimentos legais e vão implementar o que eles querem da forma que eles querem. Esse é o nosso Ministro Flávio Dino.

Então, que os nossos deputados federais e senadores foquem na CPI para poder chegar à verdade, porque eu vejo que infelizmente esta CPI aqui da Câmara Legislativa está mais preocupada em construir narrativas.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu devo esclarecer às pessoas que estão nos assistindo que nesta CPI não vai prevalecer a mentira. Todos os requerimentos que têm fundamento foram submetidos a voto aqui. Todos. Aqui há Deputado de Esquerda e Deputado de Direita. Aqui ninguém vai fazer palanque. Não tem questão de ordem. V.Exa. falou e eu estou respondendo, enquanto Presidente da CPI, para que não prevaleça a mentira. Mentira que V.Exa. falou aqui. Todos que são requerimentos foram submetidos. Agora, requerimento que foi rejeitado, só volta na próxima CPI que for criada.

Com a palavra o Deputado Max Maciel por quinze minutos.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Deputado Chico Vigilante. Coronel Fábio, obrigado pela oportunidade de estar aqui colaborando com a gente neste momento. Quero dizer que não é a pessoa do Coronel Fábio, mas, sim, a situação de um fato ocorrido notoriamente que o colocou nesta situação.

Eu queria, Coronel Fábio, dizer a você e aos membros desta Casa que acompanham a gente que, para mim, está muito precisa a narrativa que se criou diante do fato após o dia 8, mas eu vou deixar isso para as minhas considerações finais. Queria logo ir às perguntas, porque eu tenho pouco tempo.

Primeiro, Coronel Fábio, chegou a ocorrer uma transição da saída do anterior secretário para o Sr. Anderson Torres com todo o comando?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Deputado, com a Polícia Militar, não. Com a Polícia Militar, não. Dentro da secretaria, eu não sei informar V.Exa.

DEPUTADO MAX MACIEL – Então, após ele tomar posse, não chegou nenhuma informação ao comando de como deveria ser, a partir do momento que ele assumiria, a relação ou a correlação de ações em detrimento ao acampamento pró-Bolsonaro?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Na Polícia Militar e com o Coronel Fábio Augusto, comandante, não foi tratado. Inclusive, informei aqui que eu tive o despacho na terça-feira, que durou dez minutos. As perguntas tecnicamente foram essas: efetivo, viaturas, operações. Não tratamos nada. Ele falou que entraria de férias e, quando retornasse, faria uma reunião de alinhamento operacional com as forças de segurança.

DEPUTADO MAX MACIEL – O senhor tem trinta anos de Polícia Militar, certo, coronel?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Agora tenho.

DEPUTADO MAX MACIEL – É razoável, na história desses trinta anos, coincidentemente, as cabeças das forças de segurança envolvidas em algum tipo... saírem conjuntamente de férias?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Deputado, o senhor fala da Polícia Militar?

DEPUTADO MAX MACIEL – Da Polícia Militar, da Secretaria de Segurança.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Da secretaria, eu não tenho como precisar o senhor, porque eu comecei a trabalhar na secretaria em 2021, e em 2022 eu era o comandante-geral. Eu realmente não me lembro se teve ou não teve uma saída simultânea. O que eu posso dizer a V.Exa. é que eu, apesar de estar com as férias publicadas para segunda-feira, estava presente no terreno, acompanhando a operação.

DEPUTADO MAX MACIEL – Coronel, segundo informações do Ministro Alexandre de Moraes, no documento em que ele cita o relatório do Sr. Ricardo Capelli, interventor na época, o Sr. Ricardo Capelli pontua que o Coronel Augusto, liderando os seus comandados, "solicita reforços e ele perde a capacidade de comando por estar em campo". E ele perde o comando a partir do momento que ele solicita reforços feitos pelo senhor, que não foram considerados nem atendidos prontamente. A quem o senhor fez esses pedidos?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Os pedidos foram feitos tanto ao Chefe do Departamento de Operações quanto ao Comandante do 1º CPE, do 1º Comando de Policiamento Regional, à época, Coronel Paulo José e Coronel Casimiro.

DEPUTADO MAX MACIEL – O senhor explicou um pouquinho sobre o organograma de funcionamento. O nobre Deputado Fábio Félix pediu e o senhor explicou.

Eu confesso que é a primeira vez que eu estou entendendo que, no funcionamento geral da secretaria dos comandos da polícia, ninguém se conversa. É a primeira vez que a impressão que estou tendo aqui é esta: que a secretaria despacha determinados documentos, que o Comando da Polícia Militar tem determinadas hierarquias, mas que a fundo não se conversam. Ou, excepcionalmente, no fato do dia 8, não se conversaram.

Eu gostaria de saber do senhor, então, qual é o *modus operandi* em uma gestão de crise. O que se faz diante da temperatura e pressão, diante do fato ocorrido em que você tem um relatório de um PAI que diz que é baixíssima a intervenção, você desloca um efetivo bem menor que o necessário, mas no momento da ação vocês percebem que há uma perda de controle.

Qual é o *modus operandi* numa gestão de crise nesse fato? Quais são os fatos que devem ocorrer para evitar, por exemplo, que isso chegasse aonde chegou?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – A primeira coisa que a gente precisa entender é a seguinte: o órgão integrador de todas as forças de segurança, na segurança pública, é a secretaria. Como eu expliquei anteriormente aqui – e vou reiterar a V.Exa. –, o Secretário Júlio Danilo, quando surgia uma operação que trazia uma certa ameaça, um certo risco, de imediato convocava o chefe das forças para uma reunião, instalava o gabinete de crise, determinava a instalação da célula integrada de inteligência de segurança pública, onde há vários participantes dos diversos órgãos.

DEPUTADO MAX MACIEL – Sim. Isso aconteceu no dia?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Não aconteceu. Não recebi da parte da Secretaria de Segurança nenhuma convocação nesse sentido. Quando...

DEPUTADO MAX MACIEL – Podemos afirmar que, na sala de crise do CIOPS...

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – CIOB.

DEPUTADO MAX MACIEL – ...CIOB – eu já fui do conselho de segurança do Distrito Federal e já estive naquela sala de crise. Não tinha ninguém naquela sala de crise, naquele momento, para conduzir...

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Não. Depois que houve o rompimento da linha lá no Congresso, parece que foi acionado. Foi o que eu tomei conhecimento. Quem foi para o CIOB foi o Coronel Klepter, porque eu estava no combate. Eu estava lá liderando a Polícia Militar para restabelecimento da ordem, efetuar as prisões e restabelecer as três Casas.

DEPUTADO MAX MACIEL – Coronel, desculpe-me se a minha ignorância não faz sentido, mas em toda manifestação, de menor ou de maior potencial ofensivo, é notório que se tenha, na sala de crise, pessoas.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Não.

DEPUTADO MAX MACIEL – Bem. Se não tem, acho que é um erro que nós temos que corrigir. Está aí o que virou. Pelo menos a informação que a gente acompanhava é que sempre tinham monitoramentos, dentro dos CCOs do CIOB, acompanhando permanentemente as câmeras e informando os comandos *in loco* da incidência, por exemplo, de grupos que se desviavam ou não do caminho orientado e pactuado por um PAI, por exemplo.

Mas eu queria...

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Posso?

DEPUTADO MAX MACIEL – Pode.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Só para acrescentar uma informação. Então, eu acho que eu que não entendi o que V.Exa. falou. Por quê? Porque o monitoramento do CIOB não significa o acionamento do gabinete de crise. O gabinete de crise é composto pelos chefes das forças de segurança, o secretário e o *staff* estabelecido por ele. Inclusive, para esse acionamento do gabinete de crise, é feita uma publicação de uma portaria dentro da própria Secretaria de Segurança. Então, não são todas as manifestações que o gabinete... mas não significa que o CIOB não esteja monitorando. Mas o gabinete nem sempre é acionado.

DEPUTADO MAX MACIEL – Foi feito esse protocolo, então? Foi publicada essa portaria desse gabinete de crise no dia 8?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – No dia 8, até o rompimento das linhas, não tinha essa publicação. Não foi instalado o gabinete de crise. O gabinete de crise é instalado pós rompimento da linha, e aí eu não sei nem dizer se não foi o próprio interventor. Aí eu não sei, não tenho precisão.

DEPUTADO MAX MACIEL – A gente, depois, pode conseguir essa informação. Em campo, poucas horas antes de ter a invasão do STF, havia um contingente de policiais próximos e bem posicionados em frente ao STF – já passamos aqui em vídeo. Ocorreu que, em um determinado momento, alguém determinou que esses policiais saíssem da frente, o que permitiu, inclusive, que esse grupo avançasse. O senhor tem informação de quem orientou essa guarnição, juntamente com a patrulha que estava *in loco*, a sair daquele local?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Esse foi um fato... Até na entrevista do Secretário Interventor, Dr. Ricardo Cappelli, ele esclarece essa informação. Eu estava dentro do Congresso Nacional com um grupo pequeno de policiais. Nós estávamos sendo agredidos, porque tentávamos e conseguimos impedir que os vândalos entrassem dentro do Salão Verde da Câmara dos Deputados. E aí nós solicitamos reforço, mas não sabíamos, especificamente, de onde seria tirado esse reforço. A solicitação foi de reforço. Foi realizado, inclusive, por um policial que trabalhava diretamente comigo. E aí o comandante, salvo engano, o Major Flávio Alencar, teria tomado a decisão de retirar uma fração para poder ir lá atender... Isso foi explicado, inclusive, pelo interventor, acho que na entrevista dele.

DEPUTADO MAX MACIEL – Coronel Fábio, obrigado. Eu queria só colaborar aqui, até para o Deputado Joaquim Roriz Neto, com o seguinte: quem cuida da Praça dos Três Poderes

é a Polícia Militar do Distrito Federal. Então, se a gente quiser inquirir alguém naquele lugar, vai ter que recorrer novamente a essa força.

Acho que se a gente quer chamar uma outra força para o debate, nós temos que chamar aquela força que impediu a Polícia Militar de desmontar aquele acampamento, que, notoriamente, cometia contra uma lei estabelecida. Aqui eu faço o exercício do nobre Deputado Pastor Daniel de Castro que é trazer o art. 359-L, do Código Penal, que é a abolição violenta do Estado Democrático de Direito, que diz: "Tentar, com emprego de violência ou grave ameaça, abolir o Estado Democrático de Direito, impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais".

Essa turma do acampamento ficou meses com faixa, com discursos, promovendo declaradamente um crime constitucional no Código Penal Brasileiro. A gente prevaricou em incidir naquela forma. O dia 8 decorreu de um dia 12 de dezembro com o atentado à Polícia Federal, de um atentado a bomba no Aeroporto de Brasília. A gente não pode esquecer desse fato.

Aí vem a conclusão da narrativa que está dada. Para mim, a narrativa que está dada é a seguinte: nós entendemos que o acampamento é tudo paz e amor e ninguém queria fazer nada; que ninguém conversou com o comando e com todas as forças estabelecidas no dia 8; que houve um apagão e que, simplesmente, ninguém vai culpar ninguém, porque a informação não transitou...

Desculpe-me, Coronel Fábio, isso para mim não faz sentido. Não faz sentido que a secretaria tenha feito um protocolo, Relator, Deputado Hermeto, e não tenha despachado para as outras áreas, que os comandos das áreas: um estava de folga, foi chamado na hora e não sabia; o outro estava deslocado, foi pedido o tempo todo e não atendeu ao pedido.

Temos uma informação de que um documento chegou para a gente, que é o *print*, inclusive, do grupo do DOP e CPRS, em que o Sr. Paulo José informa para deixar de sobreaviso – isso às 20h12min do dia 7 de janeiro –, porque ele já dizia que seria necessário o uso da força excessiva diante dos dados.

Sabe o que isso quer dizer, Deputado Chico Vigilante? Que o Sr. Paulo vai sentar aqui e vai dizer que ele avisou que era para estar todo mundo de sobreaviso, mas alguém vai vir aqui e dizer que não sabia que era para estar de sobreaviso.

Então, na verdade, está como aquele meme do Homem-Aranha em que todo mundo está apontando para todo mundo, e ninguém quer culpar ninguém para assumir a real responsabilidade.

O nosso Estado permitiu que uma turma atentasse contra o Estado Democrático de Direito. Isso é gravíssimo, porque a polícia mais preparada, a polícia que tem inteligência, não pode se permitir, num discurso, dizer que informações não chegavam em tempo real, que uma mensagem de WhatsApp dentro de um grupo não valia.

Eu vou dizer, Coronel Fábio, infelizmente, que conheço a Polícia Militar por outra lógica, e não é a que eu queria tratar aqui nesta CPI, porque mexe muito comigo. Eu já fui espancado várias vezes pela Polícia Militar, mas isso eu trato em outro fórum.

Eu queria trazer um relato aqui. Imaginem, no fundão da Ceilândia, numa manifestação, alguém dá uma "conada" no Comandante-Geral da Polícia Militar.

Coronel Fábio, baixariam cavalo, helicóptero, força, turma da reserva, para impedir aquilo. Isso não aconteceu no dia 8. Todo mundo do contingente, do comando, das forças permitiu, de alguma forma, isso acontecer, e agora não temos condição de, obviamente, culpabilizar ninguém. Isso não é meu papel, mas eu entendo o *modus operandi* da Polícia Militar e jamais a Capital do País poderia ter permitido isso.

Para finalizar, no meu um minuto e cinquenta segundos, Deputado Hermeto, quero informar a V.Exa. – e eu não estou os culpando aqui – que o *Estadão* acaba de publicar que não é uma verdade que o senhor disse que eles não estavam bebendo água e água de coco. A foto dele, inclusive no metaverso, comprova que foi tirada às 15h50min pelo *Estadão*. Mas eu não estou aqui culpando os policiais que estão em volta, tentando buscar água, uma vez que a

gente já tem informação que nem esse tipo de insumo foi destinado para a tropa. Isso é só um reflexo do descomando completo que aconteceu no dia 8, em que encaminharam cadetes em treinamento de formação para um local de alta complexidade. Isso não existe, coronel. Nós sabemos que não se faz treinamento em um momento daquele ali.

Então, eu só queria colaborar dizendo que, para minha narrativa do que está posto aqui, já é muito preciso. Todo mundo vai achar que o acampamento é legal e todo mundo vai achar que as forças, que cada uma delas cumpriu o seu papel, mas ninguém vai querer culpar, efetivamente, aquele que não cumpriu o seu papel. Nós vamos achar, e esta CPI tem condição de indiciar cada um daqueles que prevaricou na sua função naquele dia.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – V.Exa. fez uma pergunta ao Coronel Fábio e eu vou permitir que ele responda num tempo breve.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Rapidamente, Deputado, só esclarecer a V.Exa.: o Protocolo de Ações Integradas é feito a partir de uma reunião com os demais órgãos que irão integrar a operação. Ele foi feito e foi distribuído. Ele chegou ao seu destino final. Esclarecer para o senhor isso daí, dessa forma. E o senhor citou também sobre a questão da bomba no aeroporto. Inclusive, esse fato, foi feito... Todo o início foi feito pela... o atendimento da ocorrência foi feito pela Polícia Militar, que preservou, desativou e permitiu que os vestígios que ali tiveram, levaram... que a Polícia Civil conseguiu, através desses vestígios, chegar até o terrorista lá, acho que, salvo engano, no Sudoeste. Em todas essas ocorrências relativas ao dia 8 que tenham imagens, ao dia 12 também, foram instauradas apurações para apurar a conduta dos policiais. E isso está em andamento nas apurações dos IPMs da corregedoria. E, em nome da Polícia Militar, pedir desculpas ao senhor se alguma vez a gente teve algum embate, alguma coisa que tenha lesionado o senhor aí.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está com a palavra, por quinze minutos, a Deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Bom dia. Que Deus nos abençoe.

Nós estamos diante, aqui, de uma CPI da Câmara Legislativa, e eu continuo, como Deputada Distrital, tendo esperança de que esta Casa seja realmente uma representação do povo de Brasília.

Foram feitas aqui, hoje, algumas denúncias.

Eu estou sendo a penúltima a falar, e todos os Parlamentares que falaram, me antecedendo, denunciaram e falaram. Inclusive, o Presidente disse que o senhor foi vítima de traição. Nós estamos falando aqui de traição, de emboscada, de conspiração, de sabotagem. Foi tudo isso falado pelos outros Parlamentares. Eu só estou repetindo o que foi falado.

Então, eu espero, comandante-geral – que foi por muito tempo –, que o senhor aproveite esse momento da CPI para que a gente possa, também, colocar verdade nas coisas. É uma grande oportunidade para que o senhor, que tem um trabalho de 30 anos na Polícia Militar – como a teve aqui o Comandante Naime também –, possa restabelecer a Polícia Militar. Porque, quando o Deputado Hermeto falou a respeito da interferência política, não fui eu e nenhum Parlamentar que trouxe esse assunto aqui, foi um depoente que ficou no lugar do senhor. Inclusive, eu vou repetir o que foi falado: “Então, quando o Comandante Vasconcelos, Marco Alves, tantos outros da minha turma, não são nem amigos, são irmãos. Assim, o Coronel Fábio já tinha, há alguns meses, nas nossas conversas, reclamado muito da interferência política dentro da corporação. Eu tinha que alongar uma história muito grande”. Ele dizendo que ele teria que falar dessa interferência política.

Uma coisa é pegar a informação, e eu acho que é muito justo. Eu não sei da Polícia Militar, quem sabe é o Deputado Roosevelt, do Corpo de Bombeiros, o Deputado Hermeto, da Polícia Militar. Outra coisa é a interferência que foi falada pelo Comandante Coronel Naime. Não fui eu que falei. Deixo claro isso. Uma pessoa que trabalha há 30 anos na polícia.

Nós temos que chamar a atenção aqui, e eu espero que haja alguém do Governo do

Distrito Federal que ouça isto. Governador Ibaneis, ouça o que os seus comandados estão falando, que está havendo interferência na Polícia Militar, política. Nós não podemos permitir. Por quê? Porque, como o senhor também disse, a Polícia Militar é responsável por manter a democracia no Distrito Federal. E, mediante essa fala do Coronel Naime, eu quero fazer uma pergunta ao senhor. Logo no começo da CPI, o senhor disse que o senhor foi nomeado Comandante da Polícia Militar no dia 1º de abril de 2022. Como eu disse, estou conhecendo a hierarquia, mas o que eu entendi, pela hierarquia, nós temos o comandante-geral, nós temos o subcomandante, que é, altamente, da confiança do comandante-geral. É isso?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Eh... Deputada...

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Teria que ser, por exemplo...

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Deputada, eh... Primeiro, não, não, não, não disse isso ao Coronel Naime. Não disse isso ao Coronel Naime.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Eu estou dizendo o que ele disse.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Então, o Coronel Naime teve o direito de depor aqui. Eu não costumava tratar especificamente isso com o Coronel Naime. Eu não disse isso a ele.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Tá. Eu estou perguntando para o senhor se...

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Se em algum momento ou outro...

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Se o senhor... Eu estou querendo perguntar – se o senhor puder se atentar, porque eu tenho menos tempo...

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Desculpe.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Se o senhor puder me falar que o subcomandante é uma pessoa de confiança do comandante. Normalmente, teria que ser?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Deputada, todos os oficiais, em tese, teriam que ser de confiança do comandante, né? Agora não significa...

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Tá. Rapidamente. Então, o senhor falou que é de confiança. Eu quero perguntar ao senhor o seguinte: o senhor, em um primeiro momento, tinha o subcomandante e o seu Comandante Edvã. Não é isso?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Perfeito. E vou lhe explicar por quê. Quando eu assumi o comando, existia um subcomandante, esse subcomandante saiu. As minhas indicações, eu sempre procuro avaliar o melhor perfil de acordo com o que eu conheço...

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Eu só quero saber o seguinte: o Edvã...

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Mas eu preciso explicar para a senhora, porque não basta eu falar um nome sem dizer para V.Exa....

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Era da sua confiança?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Sem dizer para V.Exa. por que que eu escolhi o Coronel Edvã. O Coronel Edvã era o perfil mais técnico, voltado para lidar com a parte operacional. Na mesma linha, eu escolhi o Coronel Klepter para ser o chefe do Estado-Maior, que era... A gente estava construindo o planejamento estratégico da corporação para os próximos vinte anos. Em razão disso, eu escolhi o Coronel Klepter para ser o chefe do Estado-Maior.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Tá. E aí aconteceu... O senhor entrou em 2022, em uma época de período eleitoral, em novembro o Edvã saiu, e o senhor colocou seu cargo à disposição?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Depois do primeiro turno, o Coronel Edvã foi substituído pelo Coronel Klepter.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Ok. Aí, nós tínhamos os departamentos, não é? É isso. Eu queria só entender: então, o Alto-Comando da Polícia Militar o que era? Quem era? Pode me falar os nomes? O senhor...

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – O Alto-Comando são todos...

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Não, quais são os nomes?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Está bom. Vamos lá. Coronel Fábio Augusto, que era o comandante-geral à época. Nesse período após a eleição?

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Agora, dia 1º de janeiro, quem estava no comando?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Ah, tá. Então, Coronel Fábio Augusto, comandante-geral; Coronel Klepter, subcomandante-geral; Coronel Angelis, Chefe do Estado-Maior.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Tá. E nós tínhamos...

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Chefe do Departamento de Operações, Coronel Naime...

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Pronto. Está bom para mim.

Eu quero perguntar para o senhor. Hoje foi falado e denunciado aqui – não por mim, estou só repetindo as palavras que foram faladas aqui pelo próprio Presidente desta CPI – que o senhor foi traído. Aqui foi falado pelo Deputado Fábio Félix – eu acho importante dizer isso – que houve uma conspiração contra o senhor, uma sabotagem. Foi isso que foi falado. Nós estamos vendo o seguinte: o senhor está afastado desse Alto-Comando. Desses quatro nomes que estavam no dia 1º, o senhor está afastado, o Naime está preso e o Coronel Angelis está onde?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Coronel Angelis é o Chefe do Estado-Maior ainda da corporação.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Sim, ele está onde agora?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Chefe do Estado-Maior.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Ele continua sendo?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – O Subcomandante-Geral, depois que o Coronel Klepter alçou ao Comando-Geral, é o Coronel Adão.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Entendi. Então, ficaram dois comandantes e os outros caíram? É isso? Não estão mais hoje no alto-comando?

O senhor tem uma determinação... Nós temos uma informação aqui que o senhor havia determinado que o afastamento dos oficiais só poderia ocorrer a partir do dia 9 de janeiro? É isso? Essa informação está correta?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Deputada, essa circular foi emitida pelo Subcomandante-Geral, Coronel Klepter.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Sim, mas está correto? Ela foi emitida pelo senhor ou pelo subcomandante?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Pelo subcomandante.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Mas, mesmo assim, ele assinou a dispensa do Coronel Naime?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Segundo consta no processo, sim.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Então, ele mandou uma missão, mas ele mesmo não obedeceu a ordem dele? É isso?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – É, vamos ter que esperar, aguardar a vinda do Coronel Klepter aqui para esclarecer o que, porventura...

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Mas eu estou perguntando o que aconteceu. O que aconteceu não é esclarecimento. Ele colocou uma ordem e não obedeceu a própria ordem. É isso o que aconteceu, não é?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – É, então, supostamente, sim, porque ele assinou uma circular dizendo que não podia e, depois, acabou... Agora, é preciso entender que o

subcomandante-geral tem as suas competências.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Ele tem a competência de fazer todo o operacional. O operacional é o Departamento de Operações que, à época, no dia 8, quem estava lá era o Paulo José, não é isso? O Naime estava afastado, não é isso?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – O Naime estava afastado, dispensa-recompensa.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Deixa eu fazer uma pergunta para o senhor: nós temos aqui uma cópia de uma mensagem, de um grupo, que foi colocada por volta das 19h, pelo hoje Comandante-Geral, Capitão Klepter, e ele coloca aqui que a tropa está de sobreaviso às 19h do sábado. É para que a tropa esteja de sobreaviso. Ele chegou a conversar com o senhor pelo WhatsApp ou de alguma maneira pessoalmente?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Conversou pessoalmente e pelo WhatsApp. E é importante, que eu já expliquei, que, se no planejamento realizado pelo DOP, ele não solicitar a prontidão ou o sobreaviso... Ele fez até de uma forma preventiva. Como não havia uma solicitação de emprego de todo o efetivo da corporação por parte do DOP, assim ele me informou, ele estaria colocando a tropa de sobreaviso.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Tá. E aí, nós temos aqui também um documento oficial, que eu quero protocolar tudo aqui na nossa CPI. É um Protocolo de Ações Integradas assinado pelo Sr. Paulo André Vieira, em que ele só coloca dois batalhões – eu não entendo muito, mas o senhor pode me corrigir –, que me parece que são a Tropa de Choque e a ROTAM. Os restantes das operações não foram feitas. É isso mesmo? Por quê?

Porque eu tive a oportunidade, depois que eu estive na CPI, eu estive lá na Secretaria de Segurança e fui conhecer como é. Como o Deputado Max Maciel aqui falou, o Deputado Fábio Félix, eu fui conhecer. Um planejamento são quarenta, cinquenta páginas. E, hoje, nós temos assinado aqui por esse Comandante Paulo André Vieira Monteiro que ele só chama duas forças. É isso?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – É, pelo que a senhora está me descrevendo aí, é o que consta aí. Eu acho que é um processo SEI, não é?

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Isso.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Isso. O Coronel Paulo André, na data, estava respondendo pelo Comando de Policiamento de Missões Especiais.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Tá. A outra coisa que nós temos aqui é um processo SEI direcionado a Alcenor Pereira dos Santos, assinado pelo Sr. Adriano André dos Santos, em que ele fala várias situações que não foram feitas. Inclusive, disse que é lícito frisar que, até o término do expediente do dia 6 de janeiro, não havia informações oficiais do Departamento de Operações da Secretaria de Segurança. No dia 6 de janeiro, quem era responsável pelo Departamento de Operações?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – O Coronel Paulo José.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Ele fala que não havia um planejamento e, um pouco mais adiante – eu tenho pouco tempo, eu não posso ler tudo –, diz: “no dia 8 de janeiro de 2023, o efetivo do 1º CPR de folga estava de sobreaviso conforme determinação do Subcomandante-Geral: ‘considerando a possibilidade de emprego [...]’” O que mais me impressiona aqui é que mais um caiu. Depois de dez dias desse documento, ele não está mais no comando.

Então, a gente vê realmente que as peças do xadrez caem, dependendo do que se fala. E é o que está acontecendo nesta CPI. Foi por meio de um acordo entre todos os Parlamentares que o Deputado Chico Vigilante é hoje o Presidente Deputado Chico Vigilante. Por quê? Porque ele se comprometeu a pautar todos os requerimentos.

Eu quero enfatizar as palavras do Deputado Joaquim Roriz Neto: não é verdade que estão sendo pautados todos os requerimentos! Eu mesma já tive requerimento aqui que não foi pautado, chamando o Comandante Klepter. O Deputado Pastor Daniel de Castro também teve, tiraram de pauta. E nós estamos falando de uma importante pessoa estar aqui,

subcomandante, é o Comandante Klepter.

Aí, a CPI coloca a data da oitiva dele para o dia 29 de junho, parecendo que está brincando com a gente! Dia 29 de junho é a última semana, é a votação da LDO. Está brincando com a população brasileira! Está brincando com os brasilienses, que não podem aceitar que manifestação seja proibida, e está brincando com a Polícia Militar, porque eu tenho certeza de que a Polícia Militar sabe o que está acontecendo.

Que a gente não indicié pessoas que são honestas e que estão se dedicando e entregando seu sangue há 30 anos para essa Polícia Militar. Eu não tenho conhecimento total do que acontece na Polícia Militar, mas nós precisamos nos unir para que isto aconteça: a verdade!

O que está havendo aqui... Além dessas denúncias que foram feitas, de traição, de emboscada, de conspiração, eu faço uma: de autoritarismo, porque aqui está se mudando o Regimento Interno. Por duas vezes, Deputado tentou fazer questão de ordem e foi falado que não se iria fazer questão de ordem. Foi falado aqui que não vão ser aprovados requerimentos que tenham outro tipo de coisa. Nós estamos chamando de testemunha um fotógrafo que ficou, sim, checando os manifestantes.

Então, eu denuncio que esta aqui é uma chapa branca, porque está tudo combinado! Os senhores não sejam reféns desta chapa branca, porque há Deputado aqui que está querendo lutar pela verdade verdadeira – não essa verdade que estão tentando colocar. Eu peço para a imprensa publicar isso que eu estou falando, porque até nisso a gente vê o filtro.

Muito grata, Sr. Presidente. Que Deus abençoe a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao Deputado Thiago Manzoni por até quinze minutos.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Bom dia, Coronel Fábio, bom dia aos advogados que acompanham o coronel. Boa tarde já a esta altura.

A imparcialidade e o comportamento inadequado conseguiram tirar do sério até o Deputado Joaquim Roriz Neto. O Deputado Joaquim Roriz Neto falou em descaramento. Eu sinceramente não imaginava, Joaquim – até quase cá aqui –, que fosse ouvir isso de V.Exa., mas é porque as coisas vão se acumulando, vão se avolumando. Chega uma hora em que a gente sai do sério.

Então, a depender do cargo que cada um ocupa e guardadas as devidas proporções, a gente vê o autoritarismo crescendo, o autoritarismo comunista. Dizem assim: "O comunismo morreu". Morreu nada, está vivo. A gente está vendo-o vivo todo dia. A gente vê um ministro de estado falando assim: "Eu não preciso do Congresso para votar lei, não. Não preciso do Congresso, não. Se o Congresso não votar, o Supremo vai definir. Se o Supremo não definir, a gente faz tudo por decreto". O Estado de Direito está morrendo no Brasil. Isso é lá na esfera federal, foi o Ministro da Justiça que falou assim: "Eu sou comunista com muito orgulho". Mas o comunismo morreu. Morreu nada. Morreu nada.

Aí a gente pede uma questão de ordem aqui: "Não, não há questão de ordem". Como não há questão de ordem? Há questão de ordem, sim. Art. 15 do Regimento Interno: "Art. 15. O exercício do mandato do Deputado Distrital inicia-se com a posse, cabendo-lhe, uma vez empossado: (...) IV – usar da palavra, nos termos deste Regimento Interno".

"Art. 105. O Deputado Distrital somente poderá falar, nos expressos termos deste Regimento, para: (...) V – levantar questão de ordem".

"Art. 70. As comissões temporárias são: (...) II – parlamentares de inquérito", como é esta aqui.

"Art. 78. Ao Presidente de comissão permanente e das demais comissões" – como é esta aqui – "no que for aplicável, compete (...) XIV – conceder a palavra a Deputado Distrital que a solicitar".

Há questão de ordem, sim. É o nosso Regimento Interno. E V.Exa., Deputado Joaquim Roriz Neto, foi chamado de mentiroso. Pediu uma questão de ordem e não foi-lhe dado o

direito de responder para poder dizer: "Não, espera aí, eu não estou mentindo". Então, é difícil. É difícil.

Aí há requerimento assinado por quatro Parlamentares que integram como titulares ou suplentes esta CPI que não foi votado. Vai se votar só quando houver outra CPI. Não vai haver outra CPI. É só esta. E a gente vai deixar de ouvir uma testemunha ocular que estava lá filmando, e fotografando, e fazendo uma armação, como disse o Deputado Joaquim Roriz Neto, fingindo que uma porta que estava aberta estava trancada, e conferindo com o pessoal para ver se a foto ficou boa, e depois se cumprimentando como se amigos de longa data fossem, e a gente não vai ouvir. Fica para a próxima CPI, que não vai acontecer nunca.

Então, às vezes, é de perder a paciência. Até o Deputado Joaquim perde a paciência, às vezes.

O Ministro Flávio Dino não é a incorporação da lei no Brasil. E *data venia*, Presidente, Deputado Chico Vigilante, V.Exa. não incorpora o Regimento Interno. Em várias sessões ordinárias aqui, V.Exa. pede três, quatro, cinco, sete questões de ordem e são sempre deferidas, porque é direito do Parlamentar falar.

V.Exa. nunca teve o direito cerceado de falar na Comissão de Constituição e Justiça, a qual eu presido. E nem terá, porque é seu direito falar. É seu direito regimental. Em outra ocasião, aqui nesta comissão, V.Exa. interrompeu o Secretário Júlio quando ele respondia a uma pergunta. Hoje V.Exa. permitiu, acertadamente, que o Coronel Fábio terminasse de responder – mesmo após expirados os 20 minutos do Deputado Fábio.

Mas não dá para ter dois pesos e duas medidas. Não dá. É errado. É errado conosco, é errado com esta Casa, é errado com a população do Distrito Federal.

A mesma voz que os Deputados de Esquerda têm nesta CPI, os Deputados de Direita têm também. Ou pelo menos era pra ter. Pelo menos era pra ter. Mas há uma espécie do monopólio da virtude, do monopólio das qualidades. O politicamente correto não amordaça só lá fora, não. Amordaça, muitas vezes, nas Casas Legislativas também. E só um espectro pode falar. E, quando o outro fala, quando lhe é permitido falar, é rotulado de um monte de nome e de qualificação e de adjetivo. Eu ia dizer um monte de "ista", mas hoje não foi "ista", foi mentiroso.

Então, fica aqui o meu desagravo. Metade do meu tempo foi embora no meu desagravo a V.Exa., Deputado Joaquim. Mas a sua educação nesta Casa aqui, desde sempre, deveria ser respeitada e eu gostaria de falar essas palavras antes de fazer as poucas perguntas que ainda tenho, depois dos meus colegas.

Coronel Fábio, com o pedido de perdão pelo desabafo, Protocolo Tático Operacional. V.Sa. falou que o Palácio do Planalto fica a cargo do GSI, confere?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – É o Protocolo Tático Integrado.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Protocolo Tático Integrado, obrigado.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Sigla PRTI.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Obrigado. Essa era a dúvida que eu queria tirar.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – É importante V.Exa. saber que esse protocolo, ele foi construído lá atrás com a participação de todas as instituições. Tanto do Governo Federal, quanto do Governo Distrital, secretarias, agências, inclusive ele estabelece essa matriz de responsabilidades lá. Ele é o embrião das operações integradas aqui no Distrito Federal.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Toda operação na Praça dos Três Poderes é integrada?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – É... Normalmente, se for de conhecimento prévio, sim.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Então, no Palácio do Planalto a responsabilidade é do GSI? Confere?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Pelo Protocolo Tático Integrado, sim.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – A do Congresso Nacional fica a cargo de quem?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Polícia Legislativa.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – A do Supremo Tribunal Federal?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Da Polícia Judicial e, salvo engano, da Polícia Federal também.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Pelo que eu entendi de outros depoimentos e do que V.Sa. está falando aqui, a Polícia Militar tem a missão de conter eventuais manifestações até a entrada desses prédios. Confere?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Não é que a Polícia Militar não possa colaborar, mas é importante, nas reuniões, estabelecer... Mas eles têm, pelo Protocolo Tático Integrado, essa atribuição.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – V.Sa. já falou que não houve essa coordenação, eu vou pular essa pergunta.

Os gradis. Normalmente, eles ficam colocados lá com o barramento ou sem o barramento, via de regra?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – É... Que eu... Todas as manifestações em que eu estive presente ou trabalhei, com exceção do dia 8, é com barramento. É porque isso traz uma segurança na contenção.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Então, em todas as outras tinha barramento?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Eu não posso...

DEPUTADO THIAGO MANZONI – As de que V.Sa. participou?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – As que eu presenciei, sim. Era ali na frente do Congresso, havia uma linha na frente da Avenida das Bandeiras e outra lá na Avenida José Sarney sem barramento.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Quem é responsável pelos gradis, Coronel?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Quem possui os contratos é o Congresso Nacional, é o GSI; do Supremo é o Supremo, do Itamarati é o Itamarati.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Não é responsabilidade da Polícia Militar?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Não é responsabilidade da Polícia Militar.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Eu sei que V.Sa. já respondeu. A inexistência do barramento inviabilizou a contenção daqueles criminosos?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Inviabilizou, porque, quando eles se aproximaram, eles puxaram, e aí, como não estava travado, as grades foram para o chão, para um lado e para o outro. E aí permitiu que atropelassem o policiamento. O efeito manada.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Naquelas imagens que a gente viu mais cedo, a Polícia Militar estava colocada no lugar certo ou no lugar errado para conter os manifestantes?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Deputado...

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Em especial em relação aos gradis.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Eu acredito que a Polícia Militar estava colocada no lugar certo naquele cenário que existia ali. O grande... O negócio é que, normalmente, numa operação... Ali a gente trabalhava com um gradil na frente do Congresso e outro na frente da Avenida das Bandeiras, e preservava a Avenida das Bandeiras somente por policiamento.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Houve algum óbice à atuação da Polícia Militar naquele dia, Coronel?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – O que o senhor chama de óbice? Se o senhor puder detalhar...

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Alguém atrapalhou ou tentou impedir a atuação da

Polícia Militar naquele dia?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Que eu tenha conhecimento, ninguém tenha tentado atrapalhar ou não. O senhor fala seja policial ou seja...

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Policial, Exército, Polícia Legislativa, GSI. Alguém tentou impedir o trabalho de vocês?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Ah tá... Dentro do Palácio do Planalto – isso foi amplamente divulgado –, após efetuar acho que 182 prisões, feitas pelo Comandante do BPCoque, Major Cunha, não sei dizer quem, mas parece que alguns integrantes do Exército haviam interferido, e o Major Cunha foi bem firme, não permitindo que quem estava sendo preso no momento fosse solto.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – As prisões foram efetuadas no ato, dentro, então, do Palácio do Planalto?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Dentro do Palácio do Planalto.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – O restante da turba que foi identificada como tendo cometido os atos de depredação, parte daquela turba se evadiu. A Polícia Militar fez algum tipo de perseguição a essas pessoas?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Perseguição, não, mas nós fizemos um acompanhamento na tentativa de realizar mais prisões, até chegar no acampamento, nas proximidades do Setor Militar Urbano, onde estava instalado o acampamento.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Houve algum problema na hora de fazer esse acompanhamento e, na tentativa de prender essas pessoas, ao longo do tempo, houve alguma dificuldade para que vocês pudessem se movimentar com celeridade em razão da falta de equipamento necessário – balas, o que a gente chama de bala de borracha, esse tipo de equipamento?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Houve um determinado momento em que foi preciso repor a munição química, que é o que faz a dispersão. Mas, além disso, também era um contingente muito grande. Então, a gente tem que usar de toda uma metodologia para que seja efetuada a prisão e não provocado um outro incidente. Vou tentar detalhar para o senhor. Na rodoviária de Brasília, se o senhor tentar prender cinco mil manifestantes nas proximidades, pode causar um caos dentro da rodoviária. Mas, mesmo assim, em nenhum momento, nós – e eu estava compondo lá também –evitamos ou ponderamos fazer qualquer tipo de prisão. É que, devido ao contingente, às vezes, não sai na velocidade que a gente mesmo gostaria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Eu não vou perguntar nomes, coronel. Alguém integrante da Polícia Militar do Distrito Federal desonrou a farda naquele dia?

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Que eu tivesse conhecimento, eu não presenciei. E, se o senhor se refere à desonra teria...

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Facilitado o trabalho de criminoso, essas coisas.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Se eu tivesse conhecimento, teríamos feito, tomado as providências cabíveis. Eu não presenciei.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Coronel, eu não vou me meter nas disputas internas da Polícia.

Eu não tenho a intenção de compreender o que acontece lá. Acho que isso é *interna corporis*.

Tenho alguns amigos policiais. Perguntei a muitos deles sobre a sua pessoa. Não só do seu trabalho, porque do seu trabalho os trinta anos falam por si só, mas de sua pessoa e nenhum dos policiais a quem eu perguntei tinha uma vírgula para falar da sua conduta.

A gente fica aqui tentando descobrir o que aconteceu, o que não aconteceu. Quem quer ser comandante, quem não quer. Eu imagino que todo coronel da Polícia tenha aspiração de ser comandante um dia. Acho que isso é até natural do ser humano.

É uma pena que isso tudo tenha acontecido. A gente fica tentando ligar os pontos aqui e nem sempre consegue.

Obrigado pelas suas respostas. Obrigado pela firmeza das suas respostas, pela ponderação, pela tranquilidade e obrigado pelo seu trabalho ao longo de trinta anos de corporação.

A população – falo em nome do povo do Distrito Federal –, o povo do Distrito Federal agradece à Polícia Militar pelo trabalho que desempenha e pelo esforço que faz para garantir a segurança do povo daqui.

Muito obrigado.

Eu encerro aqui as minhas palavras.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está com a palavra o Deputado Robério Negreiros.

É importante esclarecer que o Deputado Robério Negreiros chegou aqui, saiu para uma reunião do Planejamento e voltou novamente. E chegou antes das 11 horas, porque nós combinamos aqui também que o Parlamentar, para falar aqui, tem que chegar até as 11 horas. Isso foi entendimento nosso aqui na CPI.

Portanto, concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros, porque chegou no horário, saiu e retornou.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Eu tenho acompanhado de perto essa questão da greve dos professores e estou participando de reuniões na Casa Civil e no Planejamento.

Eu queria fazer apenas duas perguntas ao convocado. Vai ser bem breve.

Há informações de que havia ônibus parados na via S2, atrás da Catedral, no momento em que os manifestantes desciam o Eixo Monumental, do Quartel-General do Exército para a Esplanada.

O senhor sabe da presença desses ônibus? Os ônibus estavam vazios? Houve algum tipo de inspeção nesses ônibus? São as perguntas.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Os ônibus que estavam parados no dia 8? Antes de eles descerem?

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Isso.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Eu não tomei conhecimento. O que nós fizemos, a Polícia Militar, foi impedir a circulação de ônibus em toda a área central. Não tenho conhecimento desses ônibus lá. Não me foi reportado, até onde eu me lembro.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – E não tendo conhecimento, então a outra pergunta fica prejudicada, porque eu ia perguntar se teve inspeção.

A segunda e última pergunta é que percebemos, pelos vídeos, no momento da manifestação, uma grande diferença do número entre manifestantes e policiais. Além disso, vimos algumas ações de afastamento de carros da corrente de bloqueio, de facilitação da entrada de manifestantes, além da inação, policiais parados em frente à Catedral, enquanto tudo acontecia nos prédios da Câmara, do Senado, STF e Planalto.

Como o senhor vê isso? Sei que o senhor comentou de uma forma oblíqua, aqui, em relação a vários questionamentos, mas eu gostaria de reforçar isso.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Deputado, eu, particularmente, que estava na linha de contenção à frente do Congresso, não percebi nenhuma falta de combatividade por parte dos policiais militares. No entanto, eu quero esclarecer ao senhor que o planejamento em si, como não foi escrito, não foi como a gente já mencionou aqui, ficou prejudicado, porque ele precisa englobar toda a área central. Então, o senhor precisa ter policiamento na Catedral. O senhor precisa ter policiamento nos Ministérios, o senhor precisa ter policiamento nas vias de acesso

adjacentes, N2, S2. Então, por isso que, quando se fala no emprego um pouco maior, talvez esteja se considerando só a parte da Esplanada, só que o perímetro de segurança e de proteção daquela área, quando há uma manifestação, é muito maior. Na escadaria, havia a previsão, até onde eu sei, que o meu ajudante de ordem me informou, era de três policiais em cada escada. Entendeu? Porque precisa revistar. Para revistar tem que ter um para fazer a segurança, o outro para revistar e o outro para ficar de olho se não vai ter alguma coisa. Então, tudo isso consome um efetivo maior. Então, talvez tenha essa impressão.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Presidente, eu me dou por satisfeito.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado.

DEPUTADO HERMETO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra a V.Exa., que regimentalmente, por ser relator, tem direito a falar em qualquer momento da reunião.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Sem revisão do orador.) – Eu quero... O Deputado Roosevelt me pediu para externar ao Sr. Comandante-Geral todo o apreço, todo o reconhecimento, segundo palavras do Deputado Roosevelt, que é membro do Corpo de Bombeiros, do trabalho que V.Sa. desenvolveu no comando da Polícia Militar.

Então, fica registrado aí o que o Deputado Roosevelt pediu. *Ok?*

O Deputado Jorge Vianna também está aqui no plenário.

SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado às pessoas que estão nos acompanhando através da televisão, que compareceram a este plenário, só quero repetir mais uma vez: É regimental, matéria votada em uma legislatura não volta naquela legislatura.

Portanto, o requerimento de convocação do jornalista não será pautado. E eu expliquei, na época, aqui, por que a gente não ia convocar o jornalista. Fui derrotado. E por que eu não vou repetir a convocação do jornalista? Porque nós, aqui, defendemos a liberdade de imprensa real, a liberdade de imprensa para valer e o jornalista não tem ninguém que o obrigue a dizer a fonte. Portanto, o fotógrafo, para quem não sabe, é jornalista. Está coberto pela lei. E não será convocado.

Muito obrigado a todas e a todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h20min.)



Documento assinado eletronicamente por **MILENE DE ALENCAR FERNANDES - Matr. 13109, Consultor(a) Técnico - Legislativo**, em 12/05/2023, às 12:51, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Taquigrafia**, em 12/05/2023, às 13:38, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **1167034** Código CRC: **9D5C47B8**.

